

Outubro de 2009

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO



Rua Candelária, n.º 9, 6º andar. Centro,
Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-904
Telefone: 55(21) 2253-8317
Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br



Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*
Edição Especial
www.agriculturas.leisa.info



CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt - CPDA/UFRRJ – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Eugênio Ferrari - CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG

Ghislaine Duque - UFCG – Universidade Federal de Campina Grande; e Patac

Jean Marc von der Weid - AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

José Antônio Costabeber - Emater – Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, RS

Maria Emília Pacheco - Fase – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, RJ

Romier Sousa - GTNA – Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia

Sílvio Gomes de Almeida - AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá - Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária

EQUIPE EXECUTIVA

Edição - Paulo Petersen

Produção - Adriana Galvão Freire

Base de assinantes - Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque - Rosa L. Peralta e Gláucia Cruz

Revisão - Gláucia Cruz e Sheila Dunaevits

Tradução - Rosa L. Peralta e Gabriel B. Fernandes

Foto da capa - Luciano Silveira

Projeto gráfico e diagramação - I Graficci

Impressão - Gráfica Reproset

Tiragem - 10.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

PETERSEN, PAULO (org.)

Agricultura familiar camponesa na construção do futuro
/ Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro:AS-PTA, 2009.

168p.; 24cm

ISBN: 978-85-87116-14-7

1- Agricultura familiar; 2- Agricultura Camponesa; 3- Desenvolvimento Rural; 4- Agroecologia; I. Petersen, Paulo. II. AS-PTA. III. Título.

CDD 338.10981

Apoios:




Sumário

Introdução	05
Sete teses sobre a agricultura camponesa	17
Jan Douwe van der Ploeg	
O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro	33
Maria de Nazareth Baudel Wanderley	
Um novo lugar para a agricultura	47
Jean Marc von der Weid	
Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro	67
Sílvio Gomes de Almeida	
A construção de uma Ciência a serviço do campesinato	85
Paulo Petersen, Fábio Kessler Dal Soglio e Francisco Roberto Caporal	
Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios	105
Cláudia Job Schmitt e Daniel Tygel	
Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos	129
Marijane Vieira Lisboa	
Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural	139
Emma Siliprandi	
A Agroecologia e os movimentos sociais do campo	153
Depoimentos de Alberto Broch, Altemir Tortelli e João Pedro Stédile	
Publicações	163



Introdução

 mundo contemporâneo atravessa uma crise sem precedentes. Não se trata de um fenômeno conjuntural, mas do esgotamento de um projeto civilizacional que tem o seu fundamento no ato de acumular riquezas nas mãos de minorias, sem considerar os limites naturais e humanos necessários a sua própria reprodução. A decorrência imediata desse projeto falido, mas ainda vigente, é o alastramento, o agravamento e a interconexão de males que acompanham a humanidade desde sempre e a instalação de uma crise sistêmica global. Em face da abrangência, profundidade e complexidade dessa crise, já se tornou lugar-comum a afirmação de que nos encontramos diante de uma encruzilhada histórica. De fato, a combinação de uma população mundial crescente e cada vez mais urbanizada com a degradação acelerada dos recursos naturais e as mudanças climáticas globais molda um cenário perturbador que nos confronta com dilemas decisivos.

Como alimentar uma população mundial crescente? Como superar a pobreza e o desemprego estrutural? Como manter os níveis de produtividade alcançados pela agricultura industrial sem dar continuidade ao uso intensivo de combustíveis fósseis e à deterioração da base biofísica que sustenta os processos produtivos da agricultura? Como construir mecanismos de adaptação dos sistemas agrícolas às já inevitáveis mudanças climáticas globais? Como assegurar a viabilidade da agricultura frente a mercados cada vez mais imprevisíveis, competitivos e subordinados aos interesses dos setores industrial e financeiro?

O grande desafio que se apresenta diante de questões com esse nível de complexidade é que o futuro já está em grande medida condicionado por decisões colocadas em prática no passado ou que estão sendo aplicadas no presente com base em projetos e interesses de curto prazo, que estão exatamente no cerne da crise global sistêmica que ronda a humanidade. Soluções do tipo *mais do mesmo* continuam sendo propugnadas sem que as razões fundamentais que ocasionaram o atual estado de crise sejam levantadas e enfrentadas. Pelo contrário, tais proposições nada mais fazem do que prolongar e acentuar a vigência dos mecanismos geradores da crise, projetando-os para o futuro.

A História, no entanto, já nos ensinou que a abertura de novos horizontes para a Humanidade muitas vezes vem de onde menos se espera. E parece ser exatamente essa a realidade que se desenha à nossa vista:

- Diante de um mundo crescentemente urbanizado, *novas ruralidades* apontam caminhos fecundos para a redistribuição demográfica e a descentralização econômica com a criação de postos de trabalho digno.
- Diante de uma agricultura cada vez mais artificializada, novos métodos de manejo técnico reconectam a agricultura e a Natureza, assegurando níveis produtivos elevados e a conservação da base ambiental que dá sustentação ecológica à agricultura.
- Diante da expansão desmedida de grandes fazendas monocultoras, que operam pela economia de escala, pequenas unidades de produção demonstram que a economia de escopo, viabilizada pela diversidade produtiva e pela integração de atividades, é uma estratégia consistente para conviver com ambientes econômicos cada vez mais erráticos e opressores.
- Diante do crescimento sem precedentes dos fluxos internacionais das *commodities* agrícolas promovido pela ordem econômica neoliberal, assistimos à reemergência e ao fortalecimento das cadeias curtas de comercialização e à revalorização dos *produtos locais*.
- Diante da crescente mercantilização da agricultura – a montante e a jusante – e da disseminação da racionalidade do empreendedorismo capitalista no campo, o afastamento estratégico dos mercados de insumos e de produtos ressurgiu por meio de trocas não-monetarizadas, fundamentando a moderna economia solidária em tradicionais relações sociais de reciprocidade.

Esse conjunto de fenômenos que se insinua de forma quase imperceptível para o conjunto da sociedade pode ser sintetizado pela noção de *recampesinização* do mundo rural. De fato, quando são considerados em conjunto, esses processos encontram sua coerência nas motivações dos camponeses de continuarem existindo e, dentro do possível, de prosperarem num mundo que lhes é cada vez mais hostil. Contrariando a antiga previsão do inevitável desaparecimento dos camponeses frente ao avanço da agricultura industrial e do capitalismo no campo, são exatamente eles e suas organizações que se apresentam nos dias de hoje, em plena era neoliberal, como uma das mais significativas forças de resistência à ordem hegemônica da globalização. Além de expressarem capacidade para resistir ao poder econômico e político-ideológico que nega a sua permanência enquanto modo de vida e modo de produção, as respostas camponesas a esse mundo hostil podem também ser interpretadas como sinais antecipatórios da sociedade democrática e sustentável que queremos ver construída e consolidada.

A *recampesinização*, noção proposta por Jan Douwe van der Ploeg, professor da Universidade de Wageningen, Holanda, pode ser interpretada como uma forma de resistência da agricultura familiar que se expressa como *luta por autonomia na era da globalização* (feliz definição que está no título da edição brasileira de seu mais recente livro – ver resenha na página 164). No artigo elaborado para esta edição especial da *Revista Agriculturas* (pág. 17), o professor van der Ploeg deixa claro que, após a modernização agrícola ocorrida a partir dos anos 60 do século passado, já não podemos nos ater aos antigos dualismos entre o modo de produção patronal e o familiar, ou o capitalista e o camponês, ou ainda do grande e do pequeno produtor. A modernização baseada nos preceitos técnico-científicos da Revolução Verde introduziu mudanças substanciais nas formas de gestão técnica e econômica dos sistemas agrícolas, tornan-

do esses clássicos dualismos absolutamente inapropriados para a interpretação dos fenômenos socioeconômicos do mundo rural contemporâneo.

A industrialização da agricultura induziu processos de especialização produtiva; a disseminação do empreendedorismo baseado na economia de escala; e uma forte dependência da agricultura a insumos comerciais e a mercados de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais. Essas transformações foram determinantes para a salvação da grande propriedade patronal (antes escravocrata) que domina a paisagem rural brasileira desde os tempos coloniais, razão pela qual são atribuídas ao que se convencionou denominar de *modernização conservadora*.

O chamado *agronegócio* é a expressão atual dessa antiga agricultura patronal monocultora. De fato, representa a versão mais acabada de um estilo de desenvolvimento orientado de fora para dentro, cujo traço mais característico é uma racionalidade econômica movida pelas expectativas de curto prazo para a recuperação do capital investido, em detrimento de quaisquer preocupações com o bem-estar social e com a integridade do meio ambiente.

Mas a lógica técnico-econômica da modernização tem sido assimilada também por parcelas significativas da agricultura familiar que perderam muito de sua natureza camponesa. Configurou-se assim um novo modo de produção: *a agricultura familiar empresarial*. A principal característica que distingue o modo empresarial de produção do típico modo camponês está no fato de que essa estratégia de reprodução econômica e social coloca a agricultura familiar em posição de permanente e crescente dependência em relação aos mercados de insumos e de produtos. No entanto, essa nova e mais complexa realidade não pode ser interpretada como um novo dualismo que situa o modo empresarial e o modo camponês em campos opostos. A agricultura familiar empresarial retém o essencial da existência camponesa, que é exatamente a centralidade do trabalho na família, a preservação do patrimônio familiar e a busca pela otimização das rendas. Nesse sentido, em vez da visão de pólos em oposição, que induz a interpretações empobrecedoras da atual realidade do mundo rural e a enfoques maniqueístas do processo histórico, a noção de *recampesinização* nos ajuda a compreender esse cenário a partir de perspectivas mais matizadas referenciadas ao *grau de campesinidade* da agricultura familiar.

No presente contexto de expansão desenfreada dos *impérios alimentares* (numa outra feliz definição de Ploeg), o conceito de *recampesinização* pode ser apreendido por sua dimensão quantitativa – o aumento do número de famílias camponesas, com a democratização da estrutura agrária – e por sua dimensão qualitativa – o fortalecimento da natureza camponesa na parcela da agricultura familiar que assimilou elementos do modo empresarial de produção em decorrência dos processos de modernização.

Dessa forma, além de situar a presença da agricultura familiar no processo histórico, a noção de *recampesinização* evidencia que o sentido desse processo não é unidirecional, como proclamam os arautos da modernização. Os estudos do professor van der Ploeg demonstram que os atuais processos de *recampesinização* não podem em absoluto ser confundidos com um retorno ao passado. Pelo contrário, indicam caminhos consistentes para que o futuro seja enfrentado de forma a atalharmos a encruzilhada civilizacional em que nos metemos. Isso porque, ao contrário dos modos de produção capitalista e empresarial, a agricultura familiar camponesa constroi o seu progresso a partir do emprego de seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais. Assim construído, o progresso

do camponês contribui diretamente para o progresso da sociedade em que ele está inserido. Para usar o jargão corrente das ciências sociais, trata-se de um modo de produção multifuncional: além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, ele molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos, dinamizando as economias regionais por meio da diversificação de atividades e se adaptando com flexibilidade a mudanças de contextos climáticos, econômicos e socioculturais. Em suma: induz processos de desenvolvimento triplamente vencedores – social, econômica e ambientalmente –, dando assim concretude ao ideal de sustentabilidade.

Mas para que essas virtualidades do modo de produção da agricultura familiar camponesa sejam efetivamente valorizadas é necessário que ela conquiste espaço na sociedade em termos físicos, econômicos e político-ideológicos. A professora Maria Nazareth Baudel Wanderley, da Universidade Federal de Pernambuco, argumenta em seu artigo (pág. 33) que as condições que prevaleceram na formação do mundo rural brasileiro operaram sistematicamente no sentido de bloquear a expansão do espaço do campesinato. Destaca, nesse sentido, o papel decisivo que o Estado brasileiro desempenhou historicamente em defesa da empresa agromercantil como elemento privilegiado para a ocupação dos territórios rurais e para a orientação do desenvolvimento rural. A modernização da agricultura brasileira ocorrida no bojo da Revolução Verde, a partir da década de 1960, foi mais uma expressão desse papel determinante do Estado. Segundo Nazareth, *apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, a reafirmação do lugar central da grande propriedade ocorreu como um voto de confiança na sua capacidade de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna.*

Ao mesmo tempo, porém, a professora chama a atenção para o fato de que essa opção não era a única possível naquele momento histórico. Tratava-se de uma alternativa deliberada e amparada mais em motivações político-ideológicas do que em argumentos de caráter técnico ou econômico. Uma das razões essenciais apontadas por ela para essa escolha foi a negação da agricultura familiar como forma de produção merecedora do mesmo voto de confiança dado ao patronato rural. Para legitimar a opção política pela grande propriedade perante a sociedade, foi necessária a criação de um conjunto de mistificações acerca do campesinato, que passou a ser associado ao atraso e à precariedade, sendo considerado, portanto, um segmento social que não condizia em nada com a ideologia do progresso então em voga.

De lá para cá, fruto da ação de movimentos sociais do campo, houve muitas mudanças no ambiente político e ideológico. A agricultura familiar é hoje reconhecida pelo Estado, contando inclusive com uma lei que a define e que estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas específicas (Lei n. 11.326, de 2006). Apesar desse avanço no plano oficial, seguiram-se novas contradições: se é verdade que *nunca antes neste país* foram investidos tantos recursos públicos na agricultura familiar, também é verdade que nunca antes o grande capital agroindustrial e financeiro se apropriou tanto das riquezas geradas pelo trabalho de agricultores e agricultoras familiares e pela exploração dos ecossistemas onde eles(as) vivem e produzem. Essa aparente contradição se deve ao fato de que, mais uma vez, o modo de produção reconhecido como merecedor do apoio estatal é aquele definido por Ploeg como empresarial. A agricultura camponesa permanece sendo frequentemente considerada por parcela significativa de estudiosos do mundo rural e tomadores de decisões como um resíduo histórico em vias de extinção.

Assim, a despeito das fartas evidências da insustentabilidade da agricultura industrial, ela permanece sendo incentivada pelas políticas públicas, seja em unidades de produção capitalistas ou em unidades familiares empresariais. A insistência nesse modelo nos dias de hoje, sem que uma reação social de vulto detenha sua reprodução, só pode ser explicada pela permanente reiteração de uma determinada concepção de modernidade que está enraizada no imaginário coletivo. Se é certo que a Ciência dotou a Humanidade de instrumentos poderosos para a produção de conhecimento visando a compreensão e a intervenção na realidade, não se pode esquecer que o desenvolvimento das teorias científicas, como qualquer outra prática social, é fortemente condicionado pelas relações de poder na sociedade. Só assim podemos entender a emergência das sofisticadas teorias raciais no século XIX, em plena era de expansionismo europeu. Nesse sentido, da mesma forma que as ciências jogam luzes sobre a realidade social, projetam sombras que conformam uma imagem do mundo que serve de amálgama ideológico ao sistema de dominação social que legitimam.

Um dos elementos encobertos pelas grandes sombras projetadas pelas ciências sociais sobre o mundo rural contemporâneo refere-se ao *modus operandi* camponês e suas relações com o conjunto da sociedade. Daí a relevância de trabalhos intelectuais como os de van der Ploeg e Narazeth Wanderley. Ao ajudarem a interpretar os fenômenos sociais rurais por ângulos heterodoxos, essas contribuições funcionam como um poderoso instrumento de conhecimento em apoio à consistência dos processos políticos na sociedade. Como diz Nazareth, *está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses agricultores (camponeses), mas sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país.*

Somente assim, assumindo explicitamente a responsabilidade política de interferir no devir histórico, é que uma ciência comprometida com valores éticos universais poderá contribuir para a construção do *outro mundo possível* de que tanto se fala. As ciências estão convocadas a exercer essa postura decisiva ao iluminar a realidade atual por ângulos distintos dos propostos pelas teorias cristalizadas em dogmas que vêm dificultando a visualização de trajetórias exequíveis rumo a esse outro mundo. Felizmente, mudanças nessa direção estão em curso: em vez de continuar decretando o inexorável desaparecimento do campesinato, as ciências sociais contribuem ao entendimento de que os camponeses permanecem entre nós para ficar e que o mundo estaria muito pior se eles houvessem efetivamente desaparecido; em vez de continuar se fiando na crescente capacidade humana de controlar a Natureza por meio do aporte intensivo de energia e insumos industriais, as ciências agrárias começam a compreender que a agricultura é a arte da co-produção entre o ser humano e a Natureza e que os camponeses são os grandes mestres dessa arte.

A implantação de estratégias consistentes rumo a padrões mais sustentáveis de desenvolvimento rural não se fará sem que se dissemine uma compreensão ampla das causas estruturais da insustentabilidade da agricultura moderna e, por extensão, do conjunto das sociedades contemporâneas. Jean Marc von der Weid, da AS-PTA, analisa fatores essenciais subjacentes aos modernos sistemas agrícolas que, juntos, contribuem para as múltiplas crises que vivenciamos: a alimentar, a energética, a climática, a ambiental, a social e a econômica (pág. 47). Por se reali-

mentarem mutuamente, essas crises não podem ser apreendidas fora de um sistema complexo de relações causais que está ancorado nos arranjos sociais, políticos, ideológicos e financeiros atualmente hegemônicos.

Esses arranjos foram estabelecidos para viabilizar a rápida disseminação global dos padrões de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos dominados por grandes corporações empresariais e trouxeram, como consequência, uma profunda reorientação na multimilênar lógica de apropriação dos recursos naturais pela agricultura, sobretudo ao distanciá-la dos processos ecológicos responsáveis pela reprodução da integridade ambiental dos agroecossistemas.

A Agroecologia é apresentada como um enfoque científico que fornece as diretrizes conceituais e metodológicas para a orientação de processos voltados à refundação da agricultura na Natureza por meio da construção de analogias estruturais e funcionais entre os ecossistemas naturais e os agroecossistemas. Além disso, o enfoque agroecológico visa a intensificação produtiva da agricultura em bases sustentáveis por meio da integração entre os saberes científicos institucionalizados e a sabedoria local de domínio popular. Weid apresenta algumas evidências empíricas que se multiplicam em todas as regiões do mundo e que comprovam que a perspectiva agroecológica possui vigência histórica ao oferecer respostas consistentes para a saída dessa crise multidimensional vivenciada pelas sociedades contemporâneas.

Apesar dessas fartas evidências, a hegemonia mundial do modelo da agricultura industrial se mantém graças à obstinada resistência a transformações por parte da aliança de elites agrárias, agroindustriais e financeiras reunidas em torno do agronegócio, assim como à sua influência decisiva sobre a concepção de legislações e políticas executadas nacional e internacionalmente. De fato, sem as regulamentações e os subsídios estatais e de organismos multilaterais que criam as condições econômicas e institucionais necessárias para a manutenção da agricultura industrial, novos rumos para o desenvolvimento das agriculturas no mundo já teriam sido tomados em resposta aos críticos desafios socioambientais de nossos tempos. Nesse sentido, a disseminação da perspectiva agroecológica apresenta-se como um grande empreendimento político, já que interpela diretamente o sistema de poder que *sustenta a insustentabilidade* do agronegócio.

Sílvio Gomes de Almeida, da AS-PTA, nos apresenta um ponto de vista sobre a construção do movimento agroecológico no Brasil, descrevendo-o como um tributo às históricas lutas dos movimentos sociais do campo (pág. 67). Tomando como referência as mobilizações camponesas nas décadas de 1950 e 1960, quando o projeto de rápida industrialização e urbanização impulsionado pelo Estado cobrava alto preço às comunidades rurais, o artigo explica como a crescente incorporação da perspectiva agroecológica pelos movimentos nos dias de hoje agrega e enriquece suas antigas bandeiras de luta, sobretudo pela democratização da terra. Demonstra também que, antes de ser apropriada como bandeira de luta, a Agroecologia já vinha sendo exercitada como prática social por meio de um amplo processo de experimentação que se capilarizou em todas as regiões brasileiras com base na interação entre organizações da agricultura familiar e entidades de assessoria proponentes desse novo enfoque para o desenvolvimento rural. Foi justamente o adensamento dessas experiências e a criação de espaços de intercâmbio entre seus protagonistas que constituíram o fator decisivo para que essas iniciativas inovadoras, mas ainda pouco visíveis, começassem a ganhar notoriedade. Apesar das várias formas de manifestação dessa experimentação social, como seria de

se esperar em um país com tamanha sociobiodiversidade, esses intercâmbios propiciaram a paulatina construção de identidades comuns em torno a princípios norteadores de um projeto popular e democrático para o campo brasileiro.

A criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002, resulta exatamente desse caldo cultural criado pela intensificação dos intercâmbios entre os portadores das experiências agroecológicas. Como diz Silvio Almeida: *concebida como uma rede de redes e de organizações, ela se estruturou e fundamenta sua vitalidade na confluência de vontades coletivas de pavimentar os caminhos do campo agroecológico e contribuir para que ele se amplie e se fortaleça no país.*

Por ser uma perspectiva científica aberta ao diálogo de saberes, a Agroecologia vai ao encontro do gênio criativo de agricultores familiares com o intuito de fortalecer suas capacidades de inovar nos processos de gestão da base de recursos de que dispõem para o processo produtivo. Com esse embasamento epistemológico, a Agroecologia se constroi por meio da sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento, estabelecendo as dinâmicas sociais de desenvolvimento local como dispositivo metodológico central para a criação de ambientes de interação entre pesquisadores e agricultores.

É nesse sentido que a Agroecologia pode ser definida como uma ciência a serviço da recampesinização, tal como proponho juntamente com Fábio Kessler Dal Soglio, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Francisco Roberto Caporal, da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (pág. 85). Argumentamos que, na atual conjuntura histórica, é primordial a articulação das trajetórias de construção da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas e nas organizações da sociedade civil para que a perspectiva agroecológica seja ampla e efetivamente incorporada como enfoque orientador de transformações estruturais na agricultura brasileira. É a partir desse contexto que apresentamos o sentido e os desafios da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), instituição que integramos no momento como membros da diretoria.

Outro elemento estratégico na promoção dessas transformações no mundo rural é disseminação da crítica ao modelo agrícola dominante. Ao mesmo tempo, é essencial que essa crítica se traduza em proposições concretas para o conjunto da sociedade e ganhe crescente densidade em termos de sustentação social e política. Afinal, nos marcos da gestão democrática, uma proposta transformadora com esse grau de abrangência e profundidade só terá vigência se for assumida como projeto de nação por amplos setores sociais. Trata-se, portanto, de um desafio de enorme envergadura, uma vez que o enfoque técnico da agricultura industrial e a perspectiva econômica do agronegócio permanecem profundamente enraizados na consciência coletiva como referências únicas de progresso e de modernidade.

Certamente, o Estado deverá assumir um papel essencial na condução dessas transições, seja no plano prático ou das mentalidades. Entretanto, será ilusório aguardar pela iniciativa exclusiva do Estado, ainda mais nesse momento em que ele perdeu muito do seu poder regulador em virtude da globalização neoliberal que deu ao processo histórico um sentido cada vez mais favorável às corporações transnacionais. Nesse contexto de enfraquecimento do Estado nacional como instrumento privilegiado de indução do desenvolvimento, abandona-se a ideia de um projeto nacional soberano que seja capaz de enfrentar as disfunções que estão na raiz das mazelas atuais. Em vez dessa atribuição, o Estado assume o papel de gestor do capitalismo internacional, tornando-se

refém das determinações de curto prazo que, com o passar do tempo, transformam-se na essência da política. Na melhor das hipóteses, implantam políticas atenuadoras das tensões sociais, sem colocar em xeque os fundamentos estruturais que fazem com que as riquezas sociais sejam carreadas para engordar o capital transnacional.

Essa nova forma de estruturação do poder nas sociedades modernas repousa na posição de vanguarda que as corporações empresariais assumiram na condução da inovação científico-tecnológica. A dependência tecnológica cada vez maior imposta pelas empresas transnacionais é condição essencial para a manutenção da sua força política e econômica. Mas, para que essa imposição seja aceita, torna-se necessária a criação e a disseminação de valores ideológicos que apresentam as tecnologias como indispensáveis. E, assim, a dependência tecnológica converte-se em dependência cultural, criando um círculo vicioso que leva à autorreprodução do sistema hegemônico e que atrofia as capacidades inventivas locais necessárias a todo e qualquer processo de desenvolvimento endógeno.

No entanto, essa característica de reprodução do poder imperial das corporações transnacionais também pode ser seu *pé de barro*. Como na mitologia bíblica, a proposta agroecológica seria como a pedrinha que, ao ser atirada pelo povo, destruiu os pés de barro que sustentavam o império babilônio. Esse potencial transformador da Agroecologia vem de duas frentes complementares: de um lado, ela se associa a uma tradição científica orientada à reconstrução da autonomia tecnológica e que retoma a noção da agricultura como *a arte da localidade*; por outro, ela se alia a movimentos sociais cujas bandeiras entram em confronto com a ideologia que legitima o ordenamento social e econômico excludente que prevalece na agricultura.

Ao mobilizar agricultores, consumidores, profissionais das ciências agrárias e sociais, gestores públicos e outros atores locais, que direta ou indiretamente incidem sobre os rumos do desenvolvimento, as redes sociais de inovação agroecológica formam um movimento de disputa pelo território. Ao passo que a lógica empresarial do agronegócio promove a crescente desterritorialização da agricultura familiar, as redes agroecológicas têm no território o seu principal elemento de identidade.

A construção de níveis crescentes de autonomia é uma ideia-chave nessas redes sociais. Além de romper com a dependência material, ao refundar a agricultura na natureza e na sociedade do entorno, essas dinâmicas revitalizam laços de sociabilidade e valores substantivos para a ordenação da vida social e econômica. Dessa forma a inventividade local é orientada para a criação e o aprimoramento de métodos mais eficientes de gestão técnica dos agroecossistemas, assim como dá origem a atores sociais coletivos portadores de projetos próprios de desenvolvimento que em nada têm a ver com a pura racionalidade mercantil.

Essa fundamentação do movimento agroecológico em valores éticos associados ao bem-estar coletivo e ao compromisso com as futuras gerações é o fator essencial que vem permitindo a sua aproximação com outros movimentos sociais que militam em defesa da democratização e da sustentabilidade da sociedade. As convergências se expressam tanto em termos materiais, com a articulação de bandeiras de luta, quanto teóricos, com a identificação de princípios e estratégias comuns. Ao mesmo tempo em que essas convergências vêm permitindo que a proposição da Agroecologia seja compreendida e posta em prática por ativistas mais identificados a outros movimentos sociais, proporcionam o enriquecimento do próprio campo agroecológico com os aportes teóricos e políticos trazidos por outras lutas sociais.



Por meio dessa rica construção política verificada na sociedade civil brasileira, vão se criando as condições materiais e simbólicas para que a ordem neoliberal que sustenta o agronegócio seja confrontada na prática. Nesta edição, apresentamos três exemplos de como essas aproximações vêm ocorrendo e os desafios que suscitam.

As convergências entre o movimento agroecológico e o campo da Economia Solidária são descritas e analisadas por Cláudia Job Schmitt, do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e por Daniel Tygel, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (pág. 105). Como revelam os autores, essa aproximação se dá pela própria essência da tradição cultural camponesa de regular socialmente os mecanismos de troca (sejam eles monetarizados ou não) por meio de relações de reciprocidade. A construção de cadeias curtas de comercialização, os empreendimentos associativos, a gestão de recursos coletivos (água, sementes, terra, etc.), os mutirões e os sistemas de troca-dia são alguns exemplos de dispositivos sociais que permitem que o campesinato construa uma relativa autonomia em relação ao intercâmbio capitalista.

Marijane Lisboa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nos apresenta alguns dos pontos de confluência do campo agroecológico com o movimento socioambientalista (pág. 129). Após uma breve descrição do processo constitutivo do movimento ambientalista no final do século XIX, que surge como reação aos efeitos negativos da industrialização que já se faziam sentir nas sociedades do primeiro mundo, a autora relata como ele foi se complexificando e assumindo diferentes ênfases que correspondem a variados campos de interesse da luta social relacionada à interação entre sociedade e Natureza.

Embora desde o período imperial houvesse uma rica tradição de crítica ambiental que relacionava os efeitos devastadores dos padrões de exploração agrícola com a exploração do trabalho escravo, somente nas primeiras décadas do século passado é que essa questão foi abordada de forma mais sistemática. E, sendo a agricultura ao mesmo tempo uma das maiores causadoras e vítimas da degradação ambiental, pouco a pouco as crises social e ambiental passaram a ser compreendidas como faces da mesma moeda de um estilo de desenvolvimento insustentável, amadurecendo as condições para a emergência do socioambientalismo.

Presentemente esse movimento tem sido capaz de mobilizar populações rurais tradicionais contra a violação de seus direitos territoriais promovida por grandes projetos de infraestrutura, muito frequentemente voltados para a expansão do agronegócio. Outros temas, tais como a luta contra os transgênicos e os agrotóxicos e a crítica ao projeto governamental dos agrocombustíveis, também têm suscitado alianças estratégicas efetivas entre o socioambientalismo e o campo agroecológico.

Outra dimensão essencial relacionada ao aprofundamento da democracia e à construção de um projeto civilizacional mais avançado refere-se ao enfrentamento das desigualdades sociais de gênero. Emma Siliprandi, doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, dá uma importante contribuição a esse debate ao focar com maior especificidade a luta ecofeminista no mundo rural, em particular no universo da agricultura familiar (pág. 139).

Com base em um conjunto de depoimentos colhidos durante sua pesquisa de doutorado, Siliprandi apresenta correlações positivas entre processos de transição agroecológica e o empoderamento de mulheres, seja no âmbito dos núcleos familia-

res ou de suas comunidades e organizações. Entretanto, chama a atenção para o fato de que essas correlações não podem ser interpretadas como mecanismos automáticos e intrínsecos. Os contraexemplos estão aí para deixar claro que a superação da dominação masculina nas sociedades patriarcais, também encontrada no meio rural brasileiro, exige estratégias múltiplas voltadas para a emancipação política, econômica e social das agricultoras. Como alerta a autora, *a Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria para a ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras.*

Em seguida, reproduzimos os depoimentos de três grandes lideranças de movimentos e organizações da agricultura familiar e camponesa do Brasil colhidos especialmente para esta edição: Alberto Ercílio Broch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Altemir Antônio Tortelli, coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul); e João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina Brasil (pág. 153).

Pela importância que representam como forças políticas socialmente ativas e reconhecidas e pela potencialidade que encerram para mobilizar as forças vivas do campo brasileiro, o futuro da agricultura familiar camponesa no país depende em grande parte das opções desses movimentos e sua capacidade de traduzir em projeto político coletivo as estratégias de resistência e de inovação que estão sendo construídas autonomamente pela iniciativa dos produtores e produtoras familiares.

Numa seção final (pág. 164), apresentamos resenhas de um pequeno conjunto de publicações recentes sobre o tema do campesinato na formação da nacionalidade brasileira, suas formas específicas de existência social e econômica e sua importância atual e futura para a construção de uma sociedade mais democrática e sustentável.

Os textos reunidos nesta edição convergem para a ideia de que a agricultura familiar camponesa será um elemento essencial na construção de um futuro possível. Sua luta cotidiana pela sobrevivência é aqui encarada como a luta pela sobrevivência desse futuro. Em vez de desaparecer diante das conjunturas cada vez mais asfixiantes, como proclamam muitos teóricos e políticos, o campesinato se redefine como um ator contemporâneo portador de uma força que une o passado e o futuro da humanidade.

Essa aposta pode ser interpretada como uma utopia irrealizável frente ao mundo perverso que se apresenta diante de nós. Mas é nesse mesmo mundo, em que o fim da história já foi decretado, que o modo de vida e de produção camponês irrompe como poderosa arma contra a descrença e o empobrecimento cultural da sociedade. Por enquanto, a agricultura familiar camponesa vivencia o paradoxo da onipresença e, ao mesmo tempo, da invisibilidade. Sua contribuição para a construção de um outro mundo possível se apresenta ainda como um potencial não concretizado, mas já é possível vislumbrar promessas de realização que ensejam o encontro entre o mundo idealizado e o mundo real.

Paulo Petersen
Diretor-Executivo da AS-PTA
paulo@aspta.org.br



Sete teses sobre a agricultura camponesa

Jan Douwe van der Ploeg

17

1. A agricultura camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial

Embora com peso relativo e interrelações que variam consideravelmente, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo atual resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados (Fig. 1). São eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada.

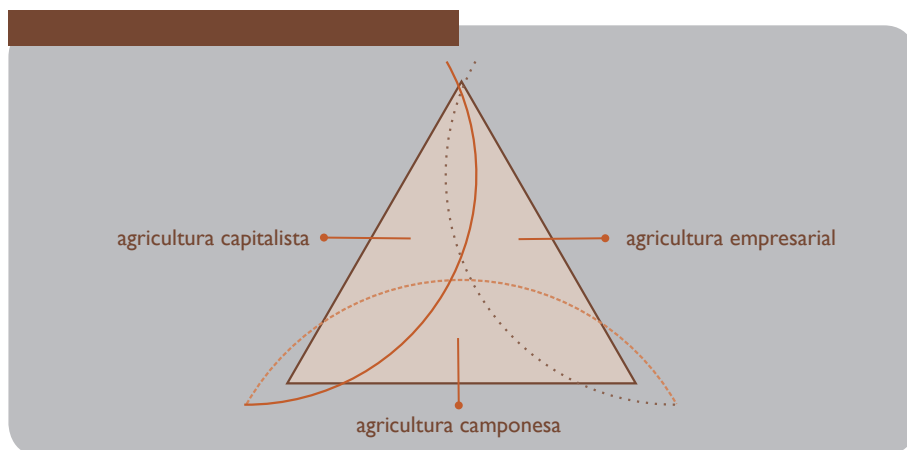
Ao mesmo tempo, a dependência do capital financeiro torna-se a principal característica da agricultura empresarial, favorecendo a economia de escala e rápidos (embora frequentemente parciais) aumentos de produtividade.

Em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela, se não a maioria esmagadora da população agrícola do mundo.

É enorme e indispensável sua contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral.

Especialmente sob as condições atuais (crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas), o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais.

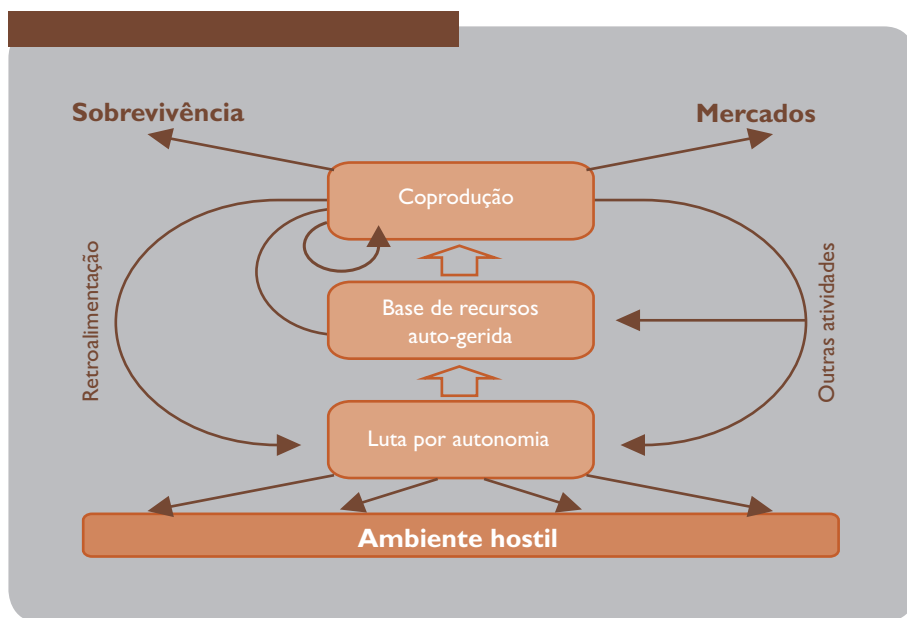
Figura 1. A diferenciação da agricultura mundial



2. A atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa

Para falar do lugar que os camponeses ocupam na sociedade podemos utilizar o conceito de condição camponesa. A agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (**Fig. 2**).

Figura 2. Coreografia da condição camponesa



Apesar das muitas diferenças entre a agricultura dos países desenvolvidos e a dos países em desenvolvimento, é importante notar que ambas estão submetidas a elevados níveis de dependência. As vias e os mecanismos dessa dependência, assim como o grau de privação, marginalização e insegurança associadas, podem variar, mas os agricultores nas duas regiões estão confrontados com um ambiente hostil. Nos países desenvolvidos, o fenômeno se dá por meio de diferentes formas de pressão sobre a agricultura,¹ esquemas regulatórios e pelo poder do agronegócio.

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente.

Essa base de recursos, por sua vez, propicia diferentes formas de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retroalimentarem positivamente a coprodução, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se em ampliação da autonomia. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica prevaiente, a sobrevivência e o desenvolvimento da base de recursos autogerida podem ser fortalecidos por meio da inserção em outras atividades não-agrícolas. Tomadas em conjunto, essas relações são concatenadas num fluxo de atividades estrategicamente ordenado ao longo do tempo.

3. A luta por autonomia fundamentalmente implica – e funciona como – a construção, o uso e o desenvolvimento contínuo do capital ecológico

A agricultura camponesa tende a se basear principalmente em um capital de recursos não-mercantilizado associado a uma circulação de recursos também não-mercantilizada. Isso está sintetizado na Figura 3 (derivada do trabalho de Victor Toledo), na qual a letra *N* refere-se a natureza; *S*, a sociedade; e *P*, a produção camponesa. A produção camponesa é baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na

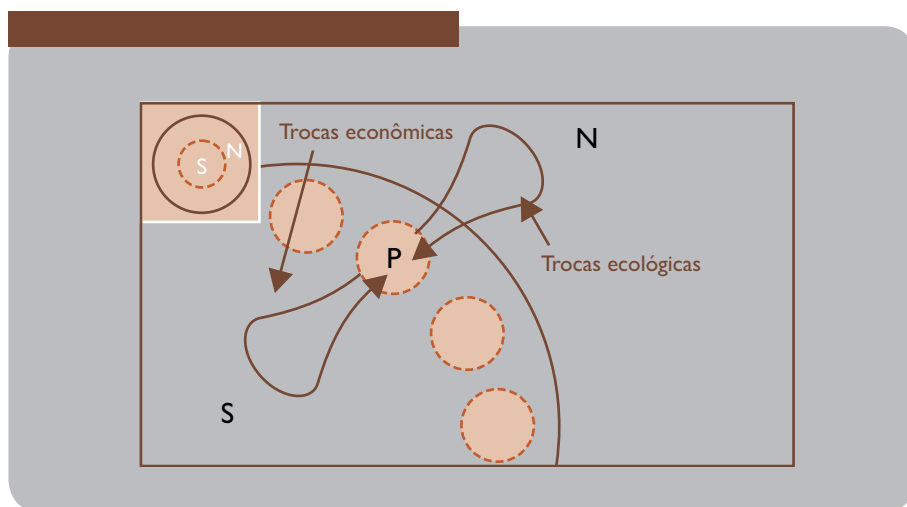
¹ *Squeeze on agriculture*, no original. O autor refere-se à *tesoura de preços* representada pelo aumento dos custos de produção e à queda da remuneração pelos produtos agrícolas. (nota do Editor)

mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas). Se, no entanto, os circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista).

Nesse sentido, os *níveis de campenização* tornam-se essenciais para a análise da agricultura. Esses níveis variam no tempo e no espaço. A agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção. Para ela, esses *meios e insumos* são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico. Não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial. Sendo assim, a agricultura camponesa é de fato autossuficiente (ou autoabastecida).

Consequentemente, a produção camponesa visa: a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução.

Figura 3. Trocas econômicas - trocas ecológicas



4. A centralidade do capital ecológico ajuda a desenvolver (de forma sustentável) a produção agrícola, mesmo sob condições altamente adversas

A posição específica ocupada pelo campesinato na sociedade como um todo – condição camponesa – tem implicações importantes sobre a maneira como a agricultura camponesa se estrutura. A primeira, e provavelmente a mais importante de todas essas implicações, é que a agricultura camponesa está voltada para produzir

tanto valor agregado quanto possível sob as circunstâncias dadas, e que seu desenvolvimento visa, acima de tudo, aumentar o valor agregado² na unidade produtiva. Esse foco na criação e ampliação do valor agregado reflete a condição camponesa: o ambiente hostil é enfrentado por meio da geração independente de renda no curto, médio e longo prazo.

Por mais que a centralidade da produção de valor agregado possa parecer autoevidente, essa característica claramente *distingue* a agricultura camponesa dos outros tipos de agricultura. Embora o modo empresarial também se oriente para a produção de valor agregado, o seu progresso é construído essencialmente pelo aumento de escala da produção, o que muitas vezes é viabilizado pela aquisição de outras unidades produtivas (frequentemente as pequenas). Dessa forma, a *apropriação* das oportunidades de produzir valor agregado também faz parte da sua estratégia.³ A agricultura capitalista centra-se na produção de lucros, mesmo que isso implique a redução do valor agregado total.

Essa distinção entre o padrão camponês e os padrões empresarial e capitalista de produção é essencial para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural. Enquanto empresários e capitalistas geram crescimento no plano de suas unidades de produção, mas com estagnação ou decréscimo do volume total de valor agregado em nível local e regional, o progresso construído pelo camponês reverte-se também em progresso para a comunidade e para a região.

O ambiente no qual a agricultura está inserida influencia significativamente os níveis de valor agregado e a forma como se desdobrarão ao longo do tempo. A agricultura camponesa, em particular, precisa de espaço para realizar seus potenciais. Se tal espaço político-econômico não estiver disponível, em razão de interações negativas entre a agricultura camponesa e a sociedade à qual ela pertence, a capacidade de concretizar esses potenciais será bloqueada.

Uma segunda característica que distingue a agricultura camponesa é que a base de recursos disponível para cada unidade de produção e consumo é limitada e está sob crescente pressão. Isso decorre de mecanismos internos, tais como questões envolvendo herança, que implicam principalmente a partilha de recursos entre um número crescente de núcleos familiares. Também se deve a pressões externas sobre os recursos como, por exemplo, mudanças climáticas e/ou usurpação de recursos por interesses de grandes corporações voltadas para a exportação.

Os camponeses não procurarão compensar essas pressões aumentando sua base de recursos por meio do estabelecimento de relações de dependência substanciais e duradouras com os mercados de insumos, uma vez que isso se choca com a busca por autonomia e implicaria também altos custos de transação. A (relativa) escassez de recursos disponíveis eleva a importância do aprimoramento da eficiên-

² Valor agregado corresponde à nova riqueza gerada pelo trabalho da família agricultora no processo produtivo. É expressa na diferença entre o valor monetário dos bens produzidos e os custos técnicos da produção (consumos intermediários). O VA é um importante indicador do grau de autonomia produtiva e de eficiência no uso dos recursos disponíveis nos sistemas agrícolas. Sistemas com altos valores de produção e baixo VA empregam grande parte do seu faturamento na remuneração de agentes externos, como fornecedores de insumos e serviços. (nota do Editor)

³ Um exemplo vem do plano do governo holandês e da indústria leiteira de promover o aumento médio da escala de produção de 60 vacas para um número entre 300 e 500 cabeças. Para que esse plano seja implantado, muitas famílias terão que vender seus recursos que serão acumulados para viabilizar a expansão das unidades empresariais.

cia técnica. Na agricultura camponesa, isso significa obter níveis máximos de saídas com os recursos disponíveis, mas sem deteriorar sua qualidade.

Uma terceira característica diz respeito à composição quantitativa da base de recursos: a força de trabalho será sempre relativamente abundante, enquanto os meios de trabalho (terra, animais, etc.) serão relativamente escassos. Em associação com a primeira das características distintivas, isso significa que a produção camponesa tende a ser intensiva: a produção por cada unidade de trabalho será relativamente alta e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação baseado no trabalho.

Também é importante considerar a natureza qualitativa das interrelações próprias à base de recursos. Isso traz à tona a quarta característica do campesinato: a base de recursos não pode ser separada em categorias de elementos opostos e contraditórios – trabalho *versus* capital, ou trabalho manual *versus* atividade intelectual. Ao contrário, os recursos materiais e sociais disponíveis se articulam numa unidade orgânica que pertence e é controlada por aqueles envolvidos diretamente no processo do trabalho. As regras que governam as interrelações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos) são tipicamente derivadas e incorporadas à cultura local, incluindo as relações de gênero. Os tipos de equilíbrio interno da família camponesa descritos na obra de Chayanov⁴ (p. ex., aqueles entre penosidade do trabalho e satisfação de necessidades) também cumprem papel importante.

Uma quinta característica (que dá sequência às anteriores) diz respeito à centralidade do trabalho: a produtividade e o futuro progresso da unidade produtiva camponesa dependem criticamente da quantidade e da qualidade da força de trabalho. Aspectos a isso relacionados incluem a importância do investimento de trabalho (terraços, sistemas de irrigação, instalações, gado cuidadosamente melhorado e selecionado, etc.), a natureza das tecnologias empregadas (foco na habilidade em oposição à mecanicidade) e a inventividade camponesa.

Em sexto lugar, deve-se fazer referência à especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e os mercados. A agricultura camponesa está tipicamente enraizada em (e ao mesmo tempo envolve) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção apoia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso, como meios e instrumentos de trabalho (em suma: como não-mercadorias) que são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção. Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias.

Do ponto de vista neoclássico, são irrelevantes as diferenças entre a situação de autoabastecimento ativamente construído (ou seja, uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida) e aquela caracterizada por alta dependência do mercado. Entretanto, vistas desde uma perspectiva neoinstitucional, ambas as situações representam típicos exemplos de um dilema básico: *fazer* ou

⁴Alexander Chayanov (1888-1930). Estudioso russo que foi chefe da seção agrária da Academia de Ciências da URSS e um dos principais expoentes da Escola da Organização da Produção, que tinha como objetivo central apoiar os camponeses na melhoria da gestão dos recursos disponíveis. (N.T.)

comprar? A resposta camponesa típica para esse dilema é tão relevante para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento.⁵

As características acima apresentadas conjugam-se para compor a peculiar natureza da agricultura camponesa. Embora seja quase sempre mal compreendida e materialmente distorcida, ela é orientada primordialmente para a busca e a subsequente criação de valor agregado e emprego produtivo. Já nas formas empresariais e capitalistas de agricultura, os lucros e os níveis de renda podem ser aumentados com a redução do trabalho investido. As duas modalidades não só se desenvolvem por meio de fluxos contínuos de saída do trabalho da agricultura, como também contribuem para o fenômeno. Isso não acontece nas unidades camponesas e, quando acontece, representa um retrocesso. Na produção camponesa, a emancipação (enfrentando com êxito o ambiente hostil) coincide necessariamente com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção. Isso ocorre em decorrência de um lento, porém persistente, aprimoramento da base de recursos e/ou da melhoria da eficiência técnica.

5. O mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanentes

A atual crise agrária emerge a partir da interação entre (1) a parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em *impérios alimentares* que exercem um poder monopolístico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos, criando um novo e global regime alimentar, está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição.

A industrialização da agricultura é um processo que tem em vista especialmente os modos empresarial e capitalista de produção agrícola. Ela envolve diversas dimensões, muitas das quais se relacionam com as explicações para a crise atual. A industrialização da agricultura implica uma desconexão – frequentemente extrema – da agricultura com a natureza e com as localidades: fatores naturais (tais como fertilidade do solo, bom esterco, variedades cuidadosamente selecionadas e raças localmente adaptadas) têm sido progressivamente substituídos por fatores artificiais que se expressam na forma de insumos externos e novos equipamentos tecnológicos. Em vez de ser construída em função do capital ecológico, a produção agrícola se tornou dependente do capital industrial e financeiro. Isso fez com que os custos variáveis se tornassem uma parte relativamente alta e rígida do custo de produção total, assim como reduziu drasticamente o excedente (ou margem) por unidade de produto final.

⁵ A economia neoclássica privilegia o mercado como elemento central de construção social. Tem como o princípio ordenador a livre iniciativa individual e a busca do equilíbrio ótimo entre essas iniciativas que, em tese, beneficiaria o conjunto da sociedade. As perspectivas institucionalistas rejeitam a idéia das preferências individuais em equilíbrio ótimo pela ação dos mercados e enfatiza os espaços institucionais (que incluem os agentes do mercado) na determinação das opções econômicas da sociedade. (nota do Editor)

O segundo processo é a reestruturação de mercados sob a égide do projeto neoliberal que se tornou dominante a partir da metade da década de 1990. Nesse sentido, o Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio é um marco importante (WEIS, 2007). Embora apenas 15% da produção agrícola mundial cruzem fronteiras (tornando-se, portanto, parte de um mercado de fato global), os 85% restantes (que circulam em mercados nacionais, regionais e/ou locais) agora são alinhados pelos níveis de preços, tendências e relações que governam o mercado global.

A diferenciação previamente existente de mercados interconectados, local ou regionalmente centrados, que em certo nível refletia a especificidade dos preços relativos dos fatores em termos local ou regional, está sendo reestruturada em um mercado global cada vez mais caracterizado por um mesmo conjunto de níveis e índices de preços.

Esse mercado global permite, simultaneamente, enormes fluxos de mercadorias entre diferentes partes do globo. Essa possibilidade, junto com a extensiva mercantilização de todos os principais recursos (p. ex.: terra, água, sementes), criou uma característica completamente nova na agricultura e no mercado mundial de alimentos, isto é, a deslocalização de grandes sistemas agrícolas. Antes, a produção de aspargos era tradicional em áreas como Navarra, na Espanha, mas era desconhecida, por exemplo, no Peru. Nos últimos anos, o Peru tornou-se o maior exportador mundial de aspargos. O sistema *aspargo* agora segue rumo à China, onde encontra condições ainda melhores. Essa deslocalização aplica-se hoje a todos os produtos frescos. E aplica-se a qualquer lugar, introduzindo, assim, considerável insegurança e turbulência.

Polanyi certa vez escreveu que *deixar o destino da terra e das pessoas nas mãos do mercado é equivalente à sua aniquilação* (1957: 131). Essas palavras condizem agora mais do que nunca com os mercados agrícola e alimentar ativamente *globalizados*. Atualmente, essa turbulência não se reflete só em abruptas flutuações de preços, mas também ameaça a própria continuidade de muitos sistemas agrícolas. Mais do que qualquer outra coisa, é a insegurança que foi *globalizada*.

O mercado agrícola e alimentar liberalizado tornou-se uma arena na qual diferentes grupos do agronegócio passaram a disputar posição hegemônica. Por meio de uma série acelerada de apropriações, que foram facilitadas pela oferta praticamente ilimitada de crédito do mercado de capitais, os novos impérios alimentares foram construídos de forma a controlar crescentemente amplos segmentos da produção, processamento, distribuição e consumo globais de alimentos.

Paralelamente à expansão continuada de impérios alimentares já bem estabelecidos, como Nestlé, Unilever e Monsanto, muitos novos surgiram nos últimos 20 anos, incluindo Ahold, Parmalat e Vion, o império da carne do noroeste europeu recentemente criado. Alguns desses grupos mostraram a vulnerabilidade particular desses conglomerados. A Ahold esteve perto da falência em 2002 e, mais tarde, no mesmo ano, a Parmalat colapsou, deixando uma dívida total de 14 bilhões de euros. Os impérios alimentares detêm considerável monopólio de poder: está se tornando cada vez mais difícil, se não impossível, para os agricultores venderem seus produtos e para os consumidores comprarem sua comida *independentemente* dos circuitos controlados por eles.

Os impérios alimentares representam cada vez mais a *mão visível* que governa uma variedade de mercados por meio do controle sobre importantes elos

de ligação dentro e, especialmente, entre diferentes mercados. Por conseguinte, novos liames foram construídos entre espaços de pobreza e espaços de riqueza no campo da produção de alimentos. Produtos de elevado valor, tais como aspargos, vegetais, frangos, suínos, carne bovina, laticínios e flores, agora são produzidos, respectivamente, no Peru, Quênia, Tailândia, Brasil, Argentina, Polónia e Colômbia (se bem que amanhã podem mudar-se para países como China, Ucrânia e Madagascar) e transportados, frequentemente por via aérea, para o noroeste europeu e metrópoles dos Estados Unidos. Essas novas ligações permitem uma enorme acumulação de riqueza e ao mesmo tempo exercem uma descomunal pressão em outros espaços.

Na interface desses três processos, assistimos à criação de uma crise agrária global e persistente. Inicialmente, a liberalização dos mercados agrícola e alimentar e a emergência de impérios alimentares induziram um recrudescimento sem precedentes da pressão sobre a agricultura que se traduz cada vez mais em dificuldades para os agricultores continuarem a produzir (pois os preços estão muito baixos).

Em segundo lugar, os impérios alimentares ampliaram consideravelmente o hiato existente entre os preços oferecidos pela produção primária e aqueles pagos pelos consumidores. Os elevados preços pagos pelos consumidores agravam a fome e a subnutrição crônica – não somente em países em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos (onde, por exemplo, fenômenos como *bancos de alimentos* estão se tornando cada vez mais comuns). Atualmente, um bilhão de pessoas (!) estão confrontadas cronicamente com fome e subnutrição.

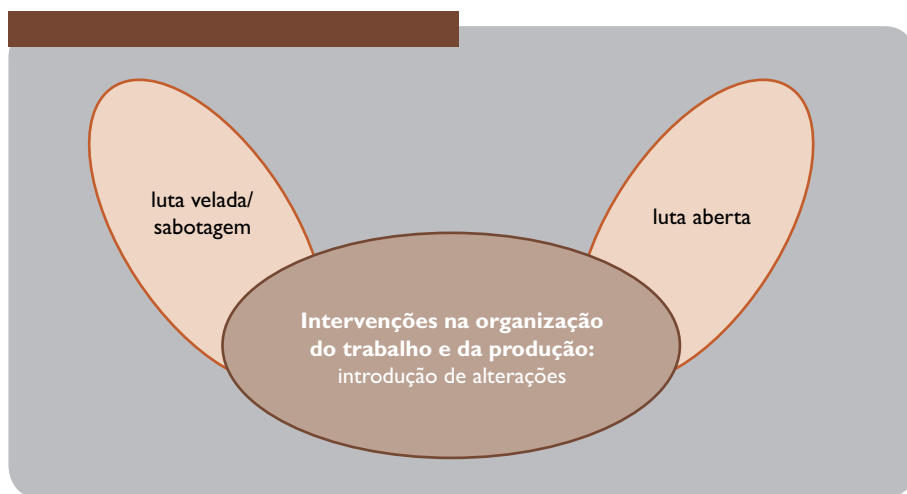
Em terceiro lugar, a liberalização dos mercados e, especialmente, as operações globais dos impérios alimentares provocaram elevados níveis de turbulência, que agora caracterizam não só o *mercado global stricto sensu*, como também a articulação dos muitos mercados alimentares nacionais e regionais que conectam materialmente a produção com o consumo de alimentos.

Entretanto, esses mesmos efeitos estão crescentemente se contrapondo aos requisitos intrínsecos das agriculturas empresarial e capitalista. Esses modos de produção precisam de previsibilidade (em oposição a turbulências), preços que compensem tanto as obrigações financeiras como os custos relacionados aos crescentes aportes de insumos (em oposição à pressão) e preços aos consumidores que permitam um aumento de demanda (em oposição aos preços que produzem considerável retração no consumo e exclusão de consumidores dos mercados de alimentos). Em resumo: os mesmos impérios alimentares que requerem produção agrícola industrial (para viabilizar a distribuição de grandes quantidades de matéria-prima padronizada e barata para posterior processamento e comercialização), estão contribuindo para destruí-la. Essa contradição particular (que se intensificou em razão da liberalização) tem provocado o surgimento de uma variedade de novos e permanentes fenômenos: pobreza (especialmente entre grandes produtores), reduzida margem de manobra devido a esquemas regulatórios asfixiantes (em parte impostos pelos impérios alimentares e, em parte, por agências estatais), contínua degradação do capital ecológico e um aumento substancial da quantidade e intensidade de tensionamentos entre agricultores e a sociedade em geral. O crescimento abrupto no número de *escândalos alimentares* é somente uma das muitas expressões de tais tensionamentos (nos EUA, o número de escândalos divulgados triplicou nos últimos 10 anos).

6. Se de um lado os campesinatos do mundo estão sofrendo com as muitas consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outro eles constituem a maior resposta

Até recentemente, a resistência foi geralmente conceituada como um fenômeno que ocorre *do lado de fora* das já bem estabelecidas rotinas que estruturam o trabalho e os processos de produção. Isso se aplica especialmente àquelas formas de resistência que se expressam como lutas abertas: greves, protestos, bloqueio de estradas, ocupações, operações tartaruga, etc. Porém, a luta pode também se dar pelas beiradas, como no caso da resistência cotidiana, a oculta e camuflada resistência que foi magistralmente descrita por James Scott em sua obra *Weapons of the Weak (As armas dos fracos*, em tradução livre), de 1985. No entanto, há outros campos de ação nos quais a resistência se materializa. Esses campos de ação estão localizados *dentro* dos espaços de produção. Nos anos 1960 e 1970, testemunhamos um amplo leque de expressões urbanas, que foram teoricamente elaboradas na tradição do *operaismo* italiano (HOLLOWAY, 2002). Em tais formas de resistência, as estruturas técnico-institucionais de trabalho e dos processos produtivos são ativamente *alteradas*. Rotinas, ritmos, padrões de cooperação, sequências, mas também máquinas, seus ajustes e misturas de materiais utilizados, são todos alterados visando melhorar o trabalho e os processos produtivos e alinhá-los aos interesses, expectativas e experiências dos trabalhadores envolvidos. Assim, temos três formas de resistência (Figura 4), todas interconectadas por uma miríade de interrelações ligadas no tempo e no espaço.

Figura 4. Formas interrelacionadas de resistência



O que quero destacar é que a terceira forma de resistência – a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração – está onipresente na agricultura de hoje. Está presente no florescimento da Agroecologia, assim como é a principal força motriz das muitas formas de desenvolvimento rural autóctone que estamos testemunhando na Europa. A resistência é encontrada em uma ampla gama de *práticas* heterogêneas e crescentemente interligadas, por meio das quais o campesinato se constitui como *essencialmente diferente*. Essas práticas só podem ser

entendidas como uma expressão, se não como uma *materialização*, da resistência. A resistência reside nos campos, na forma como o *bom adubo* é preparado, as *vacas nobres* são cruzadas, as *propriedades bonitas* são construídas. Por mais ultrapassadas e irrelevantes que essas práticas possam parecer quando consideradas isoladamente, no atual contexto, elas tem cada vez mais assumido o papel de veículo pelo qual a resistência se expressa e é organizada.

A resistência reside também na criação de novas unidades camponesas de produção e consumo em áreas que em outras circunstâncias permaneceriam improdutivas ou seriam destinadas à produção em larga escala de cultivos para exportação. Reside ainda na apropriação de *áreas naturais* pelos agricultores. Em suma: a resistência reside na *multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas)* que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades.

Uma característica importante dessas novas formas de resistência, especialmente relevante para a sustentabilidade, é que elas conduzem à busca e à construção de soluções *locais* para problemas globais. Evitam roteiros prontos. Isso resulta em um rico repertório: a heterogeneidade das muitas respostas torna-se, assim, também uma força propulsora que induz novos processos de aprendizagem.

Esse padrão reflete as novas relações que atualmente dominam em muitas partes do mundo: confrontações diretas são cada vez mais difíceis, quando não contra-producentes, e ao mesmo tempo as soluções globais estão cada vez mais desacreditadas. Portanto, essas novas respostas seguem um caminho diferente:

A resistência não é mais uma forma de reação, mas sim de produção e ação [...]. Resistência não é mais aquela dos trabalhadores da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inventividade [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. É a capacidade de desenvolver novas potencialidades constitutivas que vão além das formas prevalecentes de dominação (NEGRI, 2006: 54).

Considero que essa é uma boa descrição da multiplicidade de respostas envolvidas. A resistência do terceiro tipo é difícil de ser percebida. Está em todo lugar, assume múltiplas formas e é frequentemente inspiradora no sentido que reconecta as pessoas, as atividades e os projetos. Provê um fluxo constante e muitas vezes inesperado de expressões que volta e meia superam as limitações impostas pelos modos dominantes de ordenamento. Essas resistências são a expressão de crítica e de rebelião, um desvio das normas estabelecidas que engendra superioridade. Individualmente, essas expressões são inocentes e inofensivas, mas tomadas em seu conjunto tornam-se poderosas e podem mudar o panorama atual.

7. A resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos

As respostas para a atual crise agrária (especialmente em relação aos preços baixos e flutuantes, níveis crescentes dos custos e dificuldades associadas com o refinanciamento das dívidas) diferem consideravelmente. Basicamente, os agricultores capitalistas tendem a fechar suas fazendas-empresas, enquanto os agricultores empresários tendem a desativar seus negócios agrícolas ao mesmo tempo em que redire-

cionam seus recursos para outros domínios não-agrícolas. A agricultura camponesa é relativamente menos afetada: está menos endividada e requer muito menos aportes externos. Isso não quer dizer que os campesinatos do mundo passam incólumes pela crise. Pelo contrário, eles são gravemente afetados. Mas a sua maneira de *reagir* difere estruturalmente daquela escolhida pelos agricultores empresariais e capitalistas.

Os camponeses não desativam (nem fecham completamente) suas unidades de produção agrícola. Ao contrário, eles tendem a resistir de modos distintos, mas mutuamente interrelacionados: primeiramente, eles tentam, tanto quanto possível, aumentar a produção. A quantidade e a qualidade de seu próprio trabalho (familiar) continuam sendo aqui um fator-chave. Qualquer redução da produção total contrariaria imediatamente seus próprios interesses. Em segundo lugar, eles procuram reduzir os custos monetários enraizando ainda mais o processo de produção agrícola no capital ecológico disponível. Em terceiro lugar, eles se engajam, onde for possível, em lutas, arranjos institucionais e na construção de redes que lhes proporcionem melhores preços, maior segurança e melhor acesso aos recursos escassos. Em quarto lugar, o camponês procura, sempre que necessário, *cintos de segurança* (p. ex., pluriatividade e multifuncionalidade) que lhe permitam continuar produzindo (e proteger sua base de recursos), mesmo sob condições de extrema dificuldade.

Juntas, essas formas de resistência ajudam a defender, se não a aumentar, o valor agregado (ou renda) da unidade de produção camponesa. Na situação atual elas também se apresentam como a principal força motriz da produção de alimentos. O aumento da produção total de alimentos e a emancipação dos produtores são, no contexto da agricultura camponesa, coincidentes: uma tem implicações sobre a outra e vice-versa.

Há duas outras questões que vêm à mente de maneira quase inevitável:

1. O desenvolvimento da agricultura camponesa é ambientalmente sustentável?
2. Os diferentes campesinatos são capazes de alimentar o mundo?

Em relação à primeira questão, penso ser impossível alegar que as pessoas em situação de miséria sejam sempre e sob qualquer circunstância ambientalistas. Na linha de Martinez-Alier, pode-se dizer com segurança que isso é *falta total de noção* (2002: viii). No entanto, como argumenta Martinez-Alier, *na distribuição ecológicos dos conflitos, os pobres estão frequentemente do lado da conservação dos recursos e de um ambiente limpo* (ibid). Isso se deve à posição que ocupam na atual constelação imperial, assim como aos meios pelos quais eles estão construindo níveis de autonomia. Além disso, há outras razões importantes que explicam por que os pobres podem criar arranjos produtivos ambientalmente mais sustentáveis. Sem entrar em maiores detalhes, os mecanismos apresentados a seguir parecem ser importantes:

- a. Quando os espaços de produção são organizados em termos de coprodução (ou seja, com base no encontro, na interação e na mútua transformação do ser humano e da natureza viva), a produção será mais alinhada aos ecossistemas locais. Isso evita os muitos tensionamentos inerentes às formas mais padronizadas e industrializadas de organização e produção.
- b. Ao serem confrontados com mercados que cada vez mais impõem custos crescentes e preços finais baixos ou defasados, muitos produtores respondem com o fortalecimento da coprodução: aumentam o enraizamento de seus processos produtivos no uso e na reprodução da natureza (ou capital ecológico). Nesse sentido, a resistência flui em direção a novos padrões de sustentabilidade.

(...) penso ser impossível alegar que as pessoas em situação de miséria sejam sempre e sob qualquer circunstância ambientalistas. No entanto, na distribuição dos conflitos ecológicos, os pobres estão frequentemente do lado da conservação dos recursos e de um ambiente limpo.

- c. Os consumidores valorizam cada vez mais a autenticidade, os produtos recém-colhidos, o sabor e a diversidade e estão dispostos a remunerar produtores engajados em novas e apropriadas formas de sustentabilidade. Esse processo requer o compartilhamento do conhecimento a respeito da origem dos produtos e serviços, o que ajuda a criar e sustentar mercados que oferecem preços diferenciados (um pouco acima do valor convencional).
- d. As economias camponesas, assim como muitas economias informais urbanas, possuem um padrão em que os recursos naturais (terra, água, animais, madeira, combustível, etc.) são escassos e não têm um caráter mercantil. Então, há uma forte tendência para sua conservação e proteção. Esse é um contraste marcante em relação aos processos produtivos estruturados nos moldes do Império. Nestes, os animais, por exemplo, são objetos descartáveis, enquanto nas economias camponesas eles são recursos preciosos e zelosamente cuidados.
- e. À medida que mais unidades de produção buscam uma transição para padrões poliprodutivos ou multifuncionais (em parte como resposta às incertezas dos mercados globalizados), há uma maior necessidade de externalidades positivas. Novamente, isso se traduz (ainda que indiretamente) em contribuições positivas para a sustentabilidade.
- f. Finalmente, quero fazer referência à notável capacidade dos camponeses de elaborar mecanismos de conversão que diferem das transações comerciais. Os mercados operam cada vez mais como o domínio exclusivo onde se organizam *todas as conexões, transformações e traduções*.⁶ Com a prática da resistência, estão sendo criados ou mantidos modos contrastantes, como a reciprocidade, trocas socialmente mediadas e empreendimentos voltados para o autoabastecimento, que permitem às pessoas se organizarem para além dos limites do mercado. Suas contribuições para a construção da sustentabilidade podem ser consideráveis. Como Marsden observou recentemente:

⁶ Em um mundo ordenado pela lógica de um Império, as conversões ocorrem por meio de transações monetárias, e cada transação deve ser rentável por si só. Para o Império, o valor de troca e a rentabilidade dominam qualquer outro tipo de valor de uso (HOLLOWAY, 2002, p. 262) ou, de acordo com Burawoy, “o modo de troca oprime o modo de produção” (2007, p. 4). Consequentemente, recursos, trabalho, conhecimento, produtos, serviços ou o que quer que seja, são todos convertidos em mercadorias. Assim, muitas relações tornam-se impossíveis, muitos recursos são inutilizados, muitas vidas são desperdiçadas e muitas conversões são impedidas.

É possível reconstruir o desenvolvimento rural em formas que aumentem as interações com a economia externa e maximizem, ao mesmo tempo, o valor social e econômico inerente às áreas rurais [...]. No entanto, isso não ocorrerá exclusivamente pelos mecanismos de mercado (2003).

Tomados em seu conjunto, esses pontos têm o potencial de transformar um mundo caracterizado, de um lado, por sérios problemas de sustentabilidade e, por outro, por milhões, senão bilhões de pessoas cujos destinos só podem ser pensados em termos da prática da resistência cotidiana.

Por último, devemos abordar a questão do potencial de os camponeses alimentarem o mundo (especialmente em 2050, quando a pressão demográfica atingirá seu ápice). Partimos da premissa básica de que a agricultura camponesa, do ponto de vista produtivo, é superior aos demais modos de produção agrícola. Isso foi amplamente demonstrado, por exemplo, nos estudos realizados na década de 1960 pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida) na América Latina. O mesmo se aplica para o continente asiático. Mesmo sob condições adversas, os camponeses produzem muito mais por hectare (e também por quantidade disponível de água, etc.) do que as agriculturas empresarial e capitalista. Esse ponto foi enfatizado recentemente por Griffin *et al.* no *Journal of Agrarian Change*.

A superioridade produtiva da agricultura camponesa é visível não só nas nações em desenvolvimento, como também, por exemplo, na Europa. No livro *Camponeses e Impérios Alimentares*⁷ eu demonstrei como tal fenômeno se dá na Itália. Com base em um estudo longitudinal de 30 anos, foi possível verificar que a agricultura camponesa (na região de Emilia Romagna, em 1971) produzia (com as demais condições mantidas iguais) 33% a mais do que a empresarial. Essa diferença subiu para 48%, em 1979, e para 55%, em 1999.

Houve (e ainda há) acirrada polêmica sobre essa questão da superioridade produtiva. O ponto estratégico, no entanto, é que tal *superioridade produtiva* não está descolada da sociedade e da história. Basicamente, a superioridade produtiva é um *potencial*. Se ela será ou não *concretizada* depende seriamente do que Halamska definiu (numa referência ao campesinato polonês) como o *espaço*.

Se os camponeses tiverem suficiente espaço sociopolítico e econômico, eles podem promover níveis de produtividade e de produção às vezes impressionantes (como no caso da história agrária holandesa entre 1850 e 1950). Contudo, se esse *espaço* é cada vez mais limitado (ou em vias de ser expropriado), então podem ocorrer drásticos retrocessos. Isso significa que aqueles que tentam promover o campesinato devem contribuir o quanto possível para a ampliação da autonomia, assim como apoiar as ações voltadas para o fortalecimento da produção e da sustentabilidade.

⁷Ver resenha na página 164.

Referências bibliográficas:

BURAWOY, M. Sociology and the Fate of Society. **View Point**, jan.-jul. 2007. Disponível em: <<http://www.geocities.com/husociology/michaelb.htm?200711>>.

- CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola). **Tenencia de la tierra y desarrollo socio-económico del sector agrícola**. Peru. Washington DC, 1966.
- CIDA. Bodennutzung und Betriebsführung in einer Latifundio-landwirtschaft. In: FEDER, E. **Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft**. Hamburgo: Hofmann und Campe Verlag, 1973.
- GRIFFIN, K.; RAHMAN, A.Z.; ICKOWITZ, A. Poverty and the Distribution of Land. **Journal of Agrarian Change**, v. 2, n. 3, p. 279-330, 2002.
- HALAMSKA, M.A Different End of the Peasants. **Polish Sociological Review**, v. 3, n. 147, p. 205-268, 2004.
- HOLLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy**. Madri: El Viejo Topo, 2002.
- MARSDEN, Terry K. **The Condition of Rural Sustainability**. Assen: Royal van Gorcum, 2003.
- MARTINEZ-ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- POLANYI, K. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1957.
- SCOTT, J.C. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven, Londres: Yale University Press, 1985.



O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Introdução

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, momento em que os processos de industrialização e de urbanização se tornavam predominantes, um grande debate polarizou a sociedade brasileira a respeito da necessidade da adequação da agricultura às novas exigências do desenvolvimento do país. Enfrentavam esse debate novos e velhos atores sociais, representando interesses divergentes e distintas concepções de desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento rural. Seu *desfecho* ocorreu já no contexto do golpe de estado e da implantação do regime militar no país, expressando-se, mais diretamente, por meio do Estatuto da Terra, promulgado ainda em 1964 pelo Presidente Castelo Branco.

Neste pequeno artigo, a lembrança desses fatos históricos visa nos ajudar hoje a compreender em que circunstâncias a sociedade brasileira *escolheu* o seu caminho para o desenvolvimento da agricultura e do mundo rural. Também permite visualizar as tensões geradas nesse longo e profundo campo de conflitos, cujos fundamentos se dão pelo acesso à terra e aos demais recursos produtivos, bem como pelo reconhecimento dos atores sociais capazes de se tornar os portadores do progresso social no mundo rural.

No centro, a defesa da propriedade

Nesse mesmo período, salvo alguns setores agrícolas que tinham sua superioridade garantida pelo estratégico apoio do Estado, a agricultura se caracterizava, em seu conjunto – o que inclui a grande propriedade – como uma atividade tradicional, cuja expansão era assegurada pelo crescimento extensivo do uso da terra e da força de trabalho. Vale a pena retomar aqui a análise desenvolvida por Celso Furtado, a respeito dessa lógica tradicional da agricultura brasileira que ele denomina *agricultura itinerante*, para quem duas questões são centrais: o progresso técnico e a distribuição da renda e da marginalização social. Para ele, a predominância da grande propriedade

estava fortemente associada ao aumento da exploração da mão-de-obra, à imobilização de grandes quantidades de terra, à perpetuação do uso de técnicas agrícolas rudimentares e à crescente destruição dos recursos naturais. Em suas palavras,

... o controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo ensaio de atividade agrícola independente da empresa agromercantil. Visto o problema de outro ângulo, esta conseguiu reduzir a população não escrava a um potencial de mão-de-obra à sua disposição. (FURTADO, 1972, p. 97)

Enfatizando a dimensão política, que considera a grande propriedade como um sistema de poder, Celso Furtado conclui sua análise com as seguintes reflexões:

Quando se observa com uma ampla perspectiva a organização da agricultura brasileira, percebe-se claramente nela um elemento invariante que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agromercantil, instrumento de ocupação econômica da América Portuguesa. Esse sistema de privilégios, que se apoiava inicialmente na escravidão, pode sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças a uma engenhosa articulação do controle da propriedade da terra com a prática da agricultura itinerante. A sua sobrevivência está assim diretamente ligada à persistência de formas predatórias de agricultura e é uma das causas primárias da extrema concentração da renda nacional. Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país. (FURTADO, 1972, p. 122)

A necessidade do setor agrícola de se adaptar às novas exigências da sociedade moderna, urbano-industrial, parecia ser uma convicção de largos segmentos sociais. O próprio presidente Castelo Branco, em sua mensagem ao Congresso encaminhando o Projeto do Estatuto da Terra, reconheceu que

O incremento da demanda de alimentos em face do crescimento da população e das profundas modificações organizacionais geradas pela industrialização e pela concentração urbana obrigou em toda parte a modificação das estruturas agrárias. (p. 12)

No centro das atenções, portanto, o sistema de propriedade da terra:

Impossível é dissociar-se o baixo nível da produtividade agrícola do País do sistema de propriedade, posse e uso da terra... Mantendo a terra inativa ou mal aproveitada, o proprietário absenteísta ou descuidado veda ou dificulta o acesso dos trabalhadores da terra ao meio que necessitam para viver e produzir. (MIRAD. INCRA, s/d, p. 13)

E a mensagem presidencial é enfática ao apontar as consequências sociais dessa situação:

Representando cerca de 52% do contingente demográfico ativo na agricultura, essa população sem terra tem estado praticamente alijada dos benefícios do nosso progresso, formando um vazio socioeconômico, tremendamente mais sério do que os nossos vazios geográficos. (MIRAD. INCRA, s/d, p. 12)

No entanto, duas questões polarizavam as posições em conflito: que atores sociais poderiam assumir o projeto de modernização da agricultura e que projeto seria

esse. Caio Prado Júnior explica essa polarização com toda clareza, ao distinguir os projetos que visavam *analisar e corrigir a deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora do campo brasileiro*

(...) daqueles que diziam respeito “ao negócio” da agropecuária e que interessam, sobretudo, nas condições atuais, grandes proprietários e fazendeiros, como sejam, entre outros, redução dos custos de produção (...), comercialização e financiamento da produção etc. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 22)

Ainda em 1964, já implantado o novo governo oriundo do golpe militar e após o desbaratamento e a eliminação dos movimentos camponeses, o Estatuto da Terra definiu a política agrícola como o *conjunto de providências de amparo à propriedade da terra* (artigo 1º, parágrafo 2º) e escolheu a empresa rural como o modelo de unidade de produção a ser estimulado pelas políticas propostas.

Empresa rural (é) o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados pública e previamente pelo poder executivo. (Estatuto da Terra, artigo 4º, VI).

No ato de sua promulgação, a própria imprecisão dessa definição favoreceu que, na prática, os propósitos da lei terminassem sendo compreendidos como o amparo à grande propriedade e à empresa criada sobre sua base.

O contraste é evidente entre a concepção empregada por esse texto legal e a que prevaleceu nos marcos regulatórios adotados, na mesma época, em outros países. A título de exemplo, podemos citar a Lei de Orientação Agrícola, de 1960, que definiu a política agrícola da França, cujo modelo ideal é uma unidade de produção baseada na capacidade de trabalho de dois trabalhadores, numa clara referência à associação entre família e estabelecimento produtivo. Nos termos do dispositivo legal francês, dentre os objetivos da política agrícola, encontra-se o de

(...) promover e favorecer uma estrutura de exploração de tipo familiar, suscetível de utilizar da melhor forma possível os modernos métodos técnicos de produção e de permitir o pleno emprego do trabalho e do capital produtivo. (Lei de Orientação Agrícola, 1960)

Como afirma Claude Servolin:

Se o estabelecimento familiar moderno tem sua origem em um passado longínquo, sua generalização e seu desenvolvimento [grifo do autor] no curso da história contemporânea só podem ser compreendidos se se admite que nossas sociedades, de alguma forma, o preferiram a outras formas possíveis de estabelecimentos. (SERVOLIN, 1989, p. 27)

A respeito dos Estados Unidos, José Eli da Veiga, mesmo sendo fortemente crítico do que considera o *mito americano da agricultura familiar*, afirma que:

A agricultura familiar parece ter sido a forma mais adequada para o fornecimento a preços constantes ou decrescentes porque não criava nenhuma dificuldade à intensificação da produção, incorporando todas as inovações tecnológicas... (VEIGA, 2007, p. 125)

Apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, foi feito como que um voto de confiança, uma aposta de que a grande propriedade seria capaz de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna, bastando para isso apenas o apoio financeiro do Estado.

E esse mesmo autor acrescenta: *Parece ter sido mesmo a necessidade de conciliar a regulação dos preços alimentares e a remuneração dos agricultores que levou à promoção e defesa da agricultura familiar.* (VEIGA, 2007, p. 126).

Nos exemplos citados, chama particularmente a atenção o reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, de que são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos que se traduzam em maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e plena valorização do trabalho.

A referência às concepções adotadas em outros países demonstra que a opção brasileira não era a única possível e que sua justificativa se amparava, mais do que em razões econômicas ou técnicas, em razões político-ideológicas. Apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, foi feito como que um voto de confiança, uma aposta de que a grande propriedade seria capaz de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna, bastando para isso apenas o apoio financeiro do Estado.

Essa confiança não nasce por acaso. Ela encontra fundamento no fato de que, mesmo utilizando processos tradicionais de reprodução, a grande propriedade extensiva e predatória é a forma brasileira da agricultura capitalista. Por essa razão, ela é o objeto para o qual foi pensada a segunda parte do Estatuto da Terra, referente à política agrícola. Esse texto legal, que se desdobra ao longo do tempo em um extenso conjunto normativo, vem a ser, precisamente, o marco regulatório das ações do Estado para, sob a égide do sistema financeiro, promover a criação dos dispositivos nacionais – crédito agrícola, abastecimento, preços, pesquisa, assistência técnica, entre outros – constituídos para viabilizar a modernização do setor agrícola no país.

Assim, a modernização da agricultura foi um projeto que se impôs ao conjunto da sociedade sob o argumento de que seria o portador do progresso para todos. Seu principal resultado foi a subordinação da agricultura à indústria, por meio da ação de setores industriais distintos, antes, durante e após o processo produtivo propriamente agrícola, constituindo-se o que se denomina um complexo agroindustrial (KAGEYAMA, 1990). Porém, o que caracteriza esse processo no Brasil é, como já foi assinalado aqui, a associação estabelecida entre progresso e escala da propriedade, segundo a qual os grandes proprietários puderam se beneficiar, prioritariamente, das somas consideráveis de recursos públicos, os quais, como numa espiral, terminavam por reforçar a concentração da terra. Nesse contexto,

(...) as relações sociais são fortemente assimétricas, marcadas pela dominação econômica, social e política dos grandes proprietários, em geral, absenteeistas, que se exerce diretamente sobre as “formas tuteladas do campesinato” (NEVES e SILVA, 2008), predominantes nestas situações (WANDERLEY, 2009, p. 220).

Dessa forma, menos pelo que introduziu de moderno e mais pelo que reproduziu das formas tradicionais de dominação, o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade. Esse processo não revolucionou, como ocorreu em outras situações históricas, a estrutura fundiária e, conseqüentemente, nem o predomínio político que ela produz, fato que permanece como um elemento estruturante do mundo rural. Essa natureza estrutural do capitalismo agrário brasileiro, a meu ver, qualificou a própria modernização da agricultura – uma *modernização sob o comando da terra* (WANDERLEY, 1996)¹. Ela também é, em grande parte, responsável por determinar o lugar social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história, como veremos a seguir.

A resistência dos camponeses

A empresa rural tornou-se o único modelo proposto para toda a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que a condição de (grande) proprietário foi confirmada como a via de acesso aos benefícios das políticas públicas então implementadas. Além disso, se ao agricultor sem terra acenava-se com a esperança da reforma agrária – que, sabidamente, teve poucos efeitos operacionais –, ao pequeno proprietário camponês, impossibilitado de assumir a condição empresarial, coube a total exclusão desse processo. Em conseqüência, a modernização *conservadora*, que se impôs como um patamar de referência, é, pela sua própria natureza, profundamente seletiva e excludente. Como afirma José Graziano da Silva, baseado nos dados dos censos de 1975, 1980 e 1985, (...) *menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam integrados a essa moderna maneira de produzir* (SILVA, 1996, p. 170).

Para muitos, o camponês simplesmente não existia na sociedade brasileira, sendo seu trabalho e seu modo de vida assimilados à condição operária. Outros construíram sobre esse personagem uma visão extremamente pejorativa, como é o caso de Monteiro Lobato – por outras razões, tão digno de admiração. O criador do personagem Jeca Tatu referia-se aos *caboclos*, seus empregados na fazenda que herdara, com as expressões *piochos*, *funesto parasita da terra*, *o caboclo é uma quantidade negativa*, *sombrio urupê de pau podre* (SANTOS, 2003)². Outros ainda o viam como a representação do atraso e da incultura, impossível, portanto, reconhecê-lo como um ator do progresso social.

Aos camponeses eram atribuídas práticas e atitudes que os conduziam a sua própria miséria e isolamento: pouco interessados em ampliar seu processo produtivo, limitar-se-iam a obter pelo seu trabalho o estritamente necessário à subsistência imediata; avessos a riscos, evitariam enfrentar as vicissitudes do mercado; fechados em seu próprio mundo, recusariam a influência das escolas. Nos diversos e sucessivos pro-

¹ É nesse sentido que se pode falar na permanência e atualização de uma questão fundiária Brasil.

² Os estudiosos da obra de Monteiro Lobato afirmam que essas referências tão fortemente negativas correspondem a um momento da vida do escritor em que ele assume a gestão de uma fazenda da família, para a qual não estava preparado, e que foram posteriormente reconsideradas (SANTOS, 2003).

gramas implantados, o Estado faz uso de eufemismos para substituir a própria palavra *camponês*, associada ao banido movimento das Ligas Camponesas, tais como *pequenos produtores* e *produtores de baixa renda*, todos eles desprovidos de referências positivas a essa categoria de agricultores. No mesmo sentido, a extensão rural, um dos programas de maior capilaridade no meio rural e com foco na família do agricultor, foi praticamente substituída, com a criação da Embrapa, no início dos anos 1970, pelo enfoque dos *pacotes tecnológicos*, destinados a cada produto separadamente.³

A concepção dos setores dominantes – presentes nos aparelhos do Estado, nas esferas econômicas e mesmo na academia – reafirmava, assim, o não reconhecimento da unidade familiar camponesa como uma forma social de produção capaz de merecer, ela também, um *voto de confiança* da sociedade por sua capacidade de transformação. Esse quadro revela a incompreensão acerca da lógica específica de funcionamento da produção camponesa, que se distingue, naturalmente, da lógica empresarial capitalista.

Nessa perspectiva, atenção especial deve ser dada às particularidades da ação do Estado, como ator social presente no mundo rural. Por meio das políticas públicas, ele interfere diretamente nos processos de (re)distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais, bem como no reconhecimento dos sujeitos de direitos desse mundo rural. Essa atuação, por sua vez, é o resultado das relações predominantes no interior do próprio Estado, que o definem como um campo de disputas entre forças sociais e políticas distintas, que defendem concepções igualmente distintas de desenvolvimento rural.

É certamente essa dupla face do Estado que explica a superposição e, em muitos casos, as contradições nos modelos institucionais adotados e nas orientações das diversas políticas públicas. A existência de dois ministérios voltados para a agricultura e o meio rural é o exemplo mais evidente de como o Estado no Brasil lida com interesses, sob muitos aspectos profundamente divergentes, aninhando-os em espaços institucionais distintos, que terminam por ampliar o leque das pressões políticas, sem dúvida, desiguais. Já o profundo impacto do apoio à agricultura familiar não inibe o mesmo Estado a adotar medidas que reforçam o domínio da grande propriedade e que abrem espaços de mercado a bens, cuja produção no campo se traduz em degradação ambiental, desmatamento e redução das áreas destinadas à produção de alimentos, portanto, em confronto direto com princípios igualmente defendidos por outras instituições estatais. Isso tudo sem esquecer as contradições que alimentam as relações entre as políticas agrícolas e a chamada *grande economia*.

Evidentemente, o pensamento descrito anteriormente é o dominante, mas não é o único. Concomitantemente, outra concepção foi sendo progressivamente construída, fruto do acervo de pesquisas sobre essa realidade que vem se acumulando até os dias de hoje. Assim, Antônio Candido nos explicou detalhadamente o modo de vida dos caipiras. As práticas de resistência desses agricultores camponeses, suas formas de organização, suas estratégias de reprodução, as relações com o mercado (economia do excedente), os processos de integração à cidade e ao mundo urbano em geral, os significados da migração, as lutas pelo acesso à terra e outros recursos

³ Não se trata de defender acriticamente a longa experiência da extensão rural no Brasil, mas de compreender que a dispersão dos projetos por produto representou, sem dúvida, um retrocesso. Afinal, apesar de todas as suas conhecidas limitações, a extensão rural estava voltada para a família do agricultor e sua unidade de produção.



produtivos, a vivência da reforma agrária, a ênfase na preservação ambiental, estão entre as dimensões da existência camponesa, cujo conhecimento se consolidou com a multiplicação de teses e pesquisas acadêmicas e a constituição de novos espaços de debate e reflexão.

Duas dimensões dessa realidade mereceram uma atenção especial dos estudiosos. Em primeiro lugar, hoje há um consenso de que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é bastante diversificada, tomando como referência as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas. Assim, fazem do meio rural seu lugar de vida famílias que tiram seu sustento de distintas atividades, autônomas ou combinadas entre si, que as definem como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras que trabalham; os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas.

Apesar das particularidades, que tendem a se fortalecer, uma vez que ainda lutam pelo reconhecimento de suas identidades e seus direitos, o traço de união entre todas essas categorias parece ser sua condição de *agricultores territoriais*, pelo fato de que, de uma forma ou de outra, são grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural. Seus interesses e suas demandas sociais os tornam artífices das condições concretas de vida nos espaços locais e das formas de sua inserção na sociedade mais geral. Estamos aqui no pólo oposto a uma concepção *setorial* da atividade agrícola, que a destaca das reivindicações de acesso e reconhecimento das populações rurais, até porque nem supõe, necessariamente, a moradia de seus atores no campo. Há, no entanto, ainda um longo caminho a ser percorrido para que as convergências, que aproximam os diversos atores sociais, construam, efetivamente, um campo de ação comum mais consolidado, incorporando as novas demandas em seus programas e pautas políticas.

Em segundo lugar, o conhecimento sobre o campesinato foi sendo aprimorado. Entendido como uma forma social particular de organização da produção, o campesinato tem como base a unidade de produção gerida pela família.

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 45)

Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercam-

biáveis⁴. Nesse sentido, o adjetivo *familiar* visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. (WANDERLEY, 2004, p. 48)

O importante é ressaltar que não se trata de uma relação residual, fruto da inércia, que deixa desaparecer lentamente o que não parece destinado ao futuro. Bem ao contrário, não é demais insistir sobre o fato de que o campesinato

... sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da História do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. (MOTTA e ZARTH. 2008. p. 10)

Na verdade, as conquistas registradas são o fruto, antes de tudo, da resistência e da capacidade de iniciativa dos próprios agricultores. Nesse sentido, o grande desafio vem a ser a explicitação dessas conquistas, que constituem, ao mesmo tempo, suas principais contribuições para o conjunto da sociedade, algumas das quais merecem ser aqui indicadas.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que, mesmo *reprimida*, a chamada *pequena produção* sempre teve uma participação significativa na produção agrícola nacional. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva já assinalavam a importância da agricultura de subsistência, que consideram *a face oculta da economia e da sociedade coloniais*, e dos recursos que a envolvem: *uso e posse da terra, regimes agrários, hierarquias sociais (estrutura ocupacional, níveis de renda e fortuna), movimentos demográficos, cultivos, solos, climas* (LINHARES e SILVA, 1981, p. 118).

Da mesma forma, José Graziano da Silva, coordenador de uma grande e pioneira pesquisa abrangendo os anos 1967-1972, reitera a dimensão da produção familiar na agricultura brasileira.

O ponto fundamental no que diz respeito à mão-de-obra ocupada na agricultura brasileira é a presença marcante do trabalho familiar. A sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis; ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar. (SILVA, 1978, p. 245)

⁴ A tipologia proposta por Hugues Lamarche, na pesquisa internacional que coordenou sobre a agricultura familiar, levava em conta as distintas estratégias de inserção no mercado e o peso diferenciado da família na definição dessas estratégias. É nesse sentido mais restrito que a pesquisa polarizou os modelos *empresa familiar* e *agricultura camponesa*, ambos, no entanto, integrantes do grande universo da agricultura familiar. Lamarche formula a hipótese de que *a existência do modelo ‘agricultura familiar moderna’ depende da pré-existência de um modelo de tipo camponês (modelo original)* (LAMARCHE, 1998, p. 325).

Os autores desse estudo confirmam que esses imóveis, que não utilizam assalariados permanentes e nos quais predomina, de forma quase absoluta, o trabalho familiar (p. 248), constituem a grande maioria dos pequenos imóveis, com menos de 100 hectares. Estes últimos que, em seu conjunto,

(...) representam mais de 80% dos imóveis e detêm menos de um quinto da área cadastrada (17,5%) são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação, dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutícolas e quase 10% da área explorada com extração vegetal e/ou florestal. (SILVA, 1978, p. 247)

Mais recentemente, estudo realizado pela FAO, no Brasil, chega a conclusão semelhante.

As informações disponíveis sobre a agricultura familiar mostram que, apesar da falta de apoio, ela é responsável por quase 40% da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare e responde por 76,8% do emprego agrícola. Além disso, parte significativa de produtores pouco capitalizados que receberam algum tipo de apoio conseguiu inovar seus sistemas produtivos e dar curso a trajetórias bem sucedidas de capitalização. (GUANZIROLI et al, 2001, p. 22)

Mais detalhadamente, utilizando dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, o estudo demonstra o lugar da agricultura familiar no conjunto da agricultura brasileira:

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Quando considerado o valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões... Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais. (GUANZIROLI et al, 2001, p. 55)

Além de responsável por essa significativa produção de excedente, a agricultura de base familiar assume seu próprio abastecimento. Essa dimensão da produção para subsistência é por muitos desconsiderada ou vista como a expressão do atraso e a comprovação da sua ausência no mercado. Porém, o autoaprovisionamento (GODOI, 1999) é, antes de tudo, uma estratégia, que visa garantir a autonomia relativa da família e que se inscreve numa relação complexa, na qual, como afirma Eric Sabourin (2009), estão presentes as trocas mercantis e as relações locais de reciprocidade. Pode-se dizer que, de certa



forma, as famílias produtoras assumem o custo de sua própria sobrevivência, *liberando* outras forças sociais de sua manutenção.

Deve-se ressaltar, em segundo lugar, que, embora a grande propriedade tenha sido a forma dominante de controle da terra, a ocupação efetiva de parte do território nacional foi historicamente assegurada por pequenos agricultores, por meio de um sistema de posse juridicamente precário ou mesmo pelo consentimento provisório das empresas patronais. Podem-se citar, a título de exemplo, os grandes deslocamentos populacionais, tais como o que ocorreu no Nordeste na direção da região amazônica, no final do século XIX e início do século XX, e o que envolveu agricultores do Sul, também em direção à fronteira agrícola norte, a partir dos anos 1970 (SANTOS, 1993).

Seja na fronteira ou nas áreas tradicionais, é, sem dúvida, a agricultura familiar, realizada dentro ou fora dos grandes estabelecimentos, isto é, com pequenos proprietários ou agricultores sem terra, que dá vida às áreas rurais, criando espaços comunitários, dispondo de certa estabilidade. A esse respeito, o contraste é enorme entre as áreas ocupadas por agricultores familiares, de tradição camponesa – que, com suas características relações familiares e de vizinhança, imprimem um dinamismo local proporcional à dimensão e complexidade de sua comunidade –, e aquelas compostas por grandes propriedades extensivas, que esvaziam o campo de sua população (WANDERLEY, 2000).

Finalmente, em terceiro lugar, não é menos importante enfatizar que esses *agricultores territoriais* são portadores da história territorial de seus lugares de vida e de trabalho, bem como de suas potencialidades produtivas. Pouco valorizado, especialmente pelos técnicos de pesquisa e da assistência técnica, esse conhecimento é nada menos que a fonte primeira de sua capacidade de preservação dos recursos naturais e de realização de iniciativas inovadoras, tanto no plano da organização da produção quanto no que concerne à sua própria organização social.

Os desafios atuais

O momento atual é profundamente marcado por alguns embates, novamente polarizados entre a grande propriedade, hoje revestida do manto do agronegócio, e outras formas sociais de produção, dentre as quais a agricultura familiar de origem camponesa. Tais embates se dão num contexto sob muitos aspectos favorável: a reconstrução da democracia no Brasil, que estimulou a organização dos agricultores e permitiu o livre debate nas instituições; a implantação de políticas públicas, que reconhecem o protagonismo dos agricultores familiares, sendo o Pronaf um exemplo; o aprofundamento e disseminação mundial da crítica ao modelo produtivista de modernização agrícola, que tem provocado tantas consequências nefastas; o avanço da ciência e de novas técnicas produtivas alternativas ao modelo da Revolução Verde; a globalização, naquilo que significou a ampliação dos horizontes dos agricultores e de seus espaços de intercâmbio.

Diante desse contexto, percebemos que a agricultura familiar está no centro de questões fundamentais que hoje estão postas em nível planetário e para a sociedade brasileira em particular. Entre elas, assumem especial relevo a preservação do patrimônio natural, a quantidade e a qualidade dos alimentos, as demandas de segurança alimentar, a adequação dos processos produtivos e a equidade das relações de tra-

balho. Da mesma forma, trata-se de afirmar novas configurações de vida social que, vencendo o isolamento que empobrece e estiola as relações humanas, evitem as formas degradadas de muitas das aglomerações urbanas. O grande desafio consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agridam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades. Os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas.

Entretanto, nada está definitivamente conquistado, mas está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de *confiança* a esses agricultores, mas sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

professora aposentada da Unicamp; professora-colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPE) e bolsista do CNPq
wanvilar@terra.com.br

Referências bibliográficas:

- FRANÇA. Lei de Orientação Agrícola, nº 60.808, de 5 de agosto de 1960.
- FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KAGEYAMA, Angela. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: IPEA, 1996. (Série IPEA, 127), p. 113-223.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MIRAD. INCRA. **Estatuto da Terra**. Brasília, 1964.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: _____. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: exclusão e luta – do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. **Achegas**, mai. 2003. Disponível em: <www.achegas.net/numero.sete>.

SERVOLIN, Claude. **L'agriculture moderne**. Paris: Seuil, 1989.

SILVA, José F. Graziano da (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Col. Estudos Rurais)

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/Unicamp, 1996.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Ideias**, v. 3, 1996, p. 25-54.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999, p. 23-56.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, 2000, p. 29-37.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61.

_____. Dominação ou construção de consensos: dinâmicas locais e desenvolvimento rural. In: SILVA, Aldenor Gomes; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa, 2009, p. 215-225.



Um novo lugar para a agricultura

Jean Marc von der Weid

47

Na segunda metade do século passado, o mundo assistiu sua população dobrar e a economia se expandir sete vezes. O resultado é que estamos superexplorando o planeta e provocando uma crise de proporções gigantescas. Estamos cortando árvores mais rápido do que elas podem rebrotar, convertendo pastagens nativas em desertos por excesso de carga animal, sobrexplorando os aquíferos e secando os rios. Nas áreas cultivadas a erosão empobrece a fertilidade natural dos solos. Estamos pescando mais rápido do que a capacidade de reprodução das espécies. Emitimos CO₂ para a atmosfera em ritmos mais acelerados do que a capacidade de a natureza absorvê-lo, acentuando o efeito estufa e as mudanças climáticas globais. A degradação dos habitats e as mudanças climáticas promovem a extinção de espécies vivas mais rápido do que suas capacidades de se adaptarem, o que significa que estamos provocando a primeira extinção em massa no planeta desde a que erradicou os dinossauros há 65 milhões de anos.

Com a população mundial crescendo ainda cerca de 50% antes de se estabilizar, alcançando perto de 10 bilhões de habitantes por volta de 2050, a pressão sobre o meio ambiente e os recursos naturais, renováveis ou não, ficará insuportável. Segundo estudos publicados pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos em 2002, na virada do século as demandas humanas já excediam a capacidade do planeta em 20%, com tendência à intensificação dessa pressão.

São várias as crises interconectadas que se estimulam mutuamente. A mais grave delas é a crise energética originada com o esgotamento das reservas de petróleo, gás e carvão, que fornecem quase 80% da energia consumida no mundo. A segunda crise está relacionada ao aquecimento global, cujos efeitos ainda imprevisíveis podem tornar a vida na terra muito penosa. A terceira vem da destruição dos recursos naturais renováveis, especialmente solo, água e biodiversidade. A quarta é o esgotamento das reservas de fósforo, elemento essencial para os sistemas agrícolas convencionais. A quinta refere-se ao esvaziamento das zonas rurais e a urbanização desenfreada que vem destruindo culturas rurais preciosas para o futuro da humanidade e engrossando a marginalização social nas grandes e, sobretudo, nas megacidades.

I.A crise energética

Quando o barril do petróleo ultrapassou momentaneamente a barreira dos US\$ 150 em julho de 2008, o presidente Lula acusou os especuladores pela alta assustadora. Foi enganado por seus assessores. É claro que a especulação atuou, como sempre, no mercado do petróleo, mas ela não é capaz de provocar uma alta constante de preços que durou quase dois anos. A queda foi rápida, mais vinculada às expectativas de recessão mundial com a crise financeira que explodiu no segundo semestre do que à recessão propriamente dita. Isso se torna evidente quando se verifica que a demanda de petróleo flutuou pouco, tanto na fase de ascensão dos preços quanto na fase de declínio. A questão de fundo é que o petróleo não é mais tão abundante e fácil de extrair como no passado e, por outro lado, a economia mundial é de tal forma dependente desse combustível que mesmo a crise financeira brutal não alterou muito o seu consumo.

As controvérsias sobre o fim do petróleo estão superadas pela força dos fatos. A questão agora não é se as reservas se esgotarão num futuro remoto, mas se elas já estão em fase de declínio ou se esse processo vai começar nos próximos dois ou três anos. Isso não quer dizer que os poços vão secar do dia para a noite, mas que o custo de extração será mais caro e o balanço entre oferta e demanda cada vez mais desequilibrado. Alguns especialistas independentes avaliam que por volta do ano 2030 a demanda mundial de petróleo será de 40 bilhões de barris por ano, enquanto a oferta provavelmente estará entre um terço e metade desse volume. Muito antes disso o preço do barril vai subir a um ponto que perturbará todos os ramos da economia e inviabilizará a sociedade tal como a conhecemos.

A *profecia* parece saída dos livros de Nostradamus e muita gente se recusa a enxergar a realidade, mas o fato é difícil de ser negado. Alguns acreditam que o petróleo poderá ser substituído por gás ou carvão. Em parte, isso é possível, embora sempre com custos mais elevados no processo de conversão. Mas o *pico de produção* do carvão está previsto para 2025 e o do gás para 2030 e, é claro, a conversão do consumo de petróleo para esses dois outros combustíveis fósseis acelerará o seu esgotamento. Já as outras alternativas energéticas, como a hidráulica, a nuclear, a eólica, a solar e os biocombustíveis, terão que evoluir muito para substituir a matriz de consumo baseada no petróleo, no carvão e no gás.

Os biocombustíveis são muito questionados como alternativa energética sustentável, seja por seu balanço energético como pelo seu impacto nas emissões de gases de efeito estufa e, sobretudo, por concorrerem com a produção alimentar. No ainda limitado exemplo dessa concorrência, o Banco Mundial avaliou que 75% da alta de preços dos alimentos do ano de 2008 foi devida ao aumento da produção de biocombustíveis. Além disso, a estimativa mais ambiciosa, para não dizer delirante, do potencial dos biocombustíveis não chega a prometer mais do que a substituição de 14% da demanda energética atual, para não falar daquela prevista para 2030 ou 2050.

A energia nuclear tem seus inconvenientes bem conhecidos, como os riscos de acidentes do tipo Chernobyl ou os problemas para dispor dos altamente perigosos materiais radioativos que se acumulam com a operação das usinas. O que nem todo mundo sabe é que as matérias-primas utilizadas como combustíveis nas usinas nucleares também estão se tornando mais difíceis de encontrar e mais caras para extrair. Além disso, a solução nuclear tem um custo muito maior do que qualquer das outras alternativas energéticas hoje ponderadas.

A energia hidráulica é uma solução bem conhecida, mas, por isso mesmo, praticamente já esgotou quase todo o seu potencial. Por outro lado, a água já está sendo objeto de conflitos de interesse, pois tem outros usos além da geração de energia. Quando se usa tanta água em irrigação ou em abastecimento urbano, como no caso do Rio Colorado nos Estados Unidos, não sobra nada para operações de geração de eletricidade. Finalmente, as hidrelétricas têm frequentemente o inconveniente de inundarem áreas importantes para a produção agrícola ou para a preservação ambiental.

As energias eólica e solar são muito promissoras, mas seu desenvolvimento é ainda incipiente para se poder imaginar que sejam capazes de substituir os combustíveis fósseis na matriz energética mundial sem custos muito elevados e apagões eventuais, uma vez que dependem de vento e de insolação. Sem dúvida elas terão um papel importante no nosso futuro energético, mas é impossível prever se poderão atender às múltiplas demandas da humanidade.

Para completar a análise sombria do futuro das nossas fontes de energia é preciso lembrar que as chamadas energias alternativas são, por enquanto, dependentes dos combustíveis fósseis. Estes últimos estão presentes na extração das matérias-primas, na manufatura dos equipamentos e no seu transporte.

E o que acontece quando falta energia fóssil para operar esse tipo de agricultura? Um exemplo interessante vem de Cuba. Nos anos 1990, com a queda do sistema soviético que abastecia a ilha com petróleo a preços subsidiados, a agricultura cubana entrou em colapso

Toda essa avaliação nos leva a pensar que não basta olhar pelo lado da oferta de energia para resolver o problema do esgotamento das reservas de combustíveis fósseis ou se ater à busca de alternativas energéticas. Durante quase 100 anos a economia do mundo cresceu empregando uma energia barata, abundante e de fácil extração e transporte. Essas características influenciaram as escolhas da sociedade e da economia gerando um sistema em que o custo energético é desconsiderado. Já se avaliou que se medidas de conservação de energia fossem adotadas em todo o mundo, mesmo mantendo-se o padrão de consumo atual, seria possível prolongar a vida útil das reservas de petróleo em 25%. Estamos falando de medidas para evitar perdas de eficiência apenas, mas será preciso mais do que isso para prolongar o uso desses combustíveis ou para introduzir uma nova matriz energética.

O princípio básico para avaliar qualquer investimento ou atividade humana no futuro será o seu custo energético e, mais ainda, o seu balanço energético. Será difícil manter aquilo que já se chamou de *civilização do automóvel*, em que cada ser humano tem ou almeja ter um carro para uso individual. O automóvel é um dos artefatos menos eficientes do ponto de vista energético e deverá ser substituído por sistemas coletivos de transporte. Igualmente, as edificações terão materiais e formatos mais

adaptados ao clima de cada local e serão dotadas de equipamentos de geração de energia, eólica ou solar.

A agricultura é parte do problema do paradigma de desenvolvimento da civilização atual. Nos Estados Unidos, por exemplo, o balanço energético do modelo convencional de produção agrícola é de 10 calorias de investimento para uma caloria de produto. As cadeias produtivas do setor agroalimentar, em média, fazem um percurso de 1.500 milhas entre a produção nas lavouras e pastos até chegar ao prato do consumidor, absorvendo 20% de todos os combustíveis fósseis utilizados no país. No Canadá, esse trajeto é de 5.000 milhas. Os custos energéticos da excessiva transformação pela qual os produtos alimentares passam entre as lavouras e pastos e a mesa do cidadão também condenam o modelo *fast food*. Em uma sociedade espartana em uso de energia, os circuitos alimentares deverão aproximar ao máximo produtores e consumidores, assim como evitar a excessiva industrialização dos alimentos. Aliás, essa proposta encontra guarida entre os responsáveis pela saúde pública em todo o mundo, pois estão vendo o modelo de consumo gerar problemas colossais, com verdadeiras epidemias de obesidade, aumento maciço dos diabetes e das doenças cardíacas em função das dietas ple-tóricas que hoje disseminam-se em nossa sociedade.

Mas para além da reforma do sistema alimentar atual é a produção agrícola em si que tem de ser repensada a partir da matriz de custo energético. No sistema convencional dominante em quase todo o mundo, a agricultura utiliza combustíveis fósseis para mover tratores, colheitadeiras e caminhões; para irrigação (eventualmente eletrificada); para secadores e máquinas de beneficiamento; para todos os insumos industriais, como fertilizantes, agrotóxicos e as próprias sementes compradas das empresas do ramo. As infraestruturas das fazendas também têm custos energéticos altos para sua construção e manutenção. Torna-se, portanto, evidente que um modelo energeticamente sustentável terá que mudar esse padrão no todo ou em parte.

E o que acontece quando falta energia fóssil para operar esse tipo de agricultura? Um exemplo interessante vem de Cuba. Nos anos 1990, com a queda do sistema soviético que abastecia a ilha com petróleo a preços subsidiados, a agricultura cubana entrou em colapso. Sem combustível, os tratores pararam. Sem fertilizantes químicos e agrotóxicos, as produtividades caíram vertiginosamente. A nação cubana assistiu problemas de déficit alimentar tendo que atravessar um longo período de racionamento de alimentos. O caso cubano é extremo porque o corte do fornecimento de combustível foi súbito e o cerco econômico exercido pelos Estados Unidos dificultava a busca por alternativas. Mas o impacto em outras economias não será diferente se o suprimento declinar aos poucos, à medida que se esgotam as reservas de petróleo e gás. Afinal, é o modelo de alta dependência dos combustíveis fósseis que está condenado.

2.A crise das mudanças climáticas

O aquecimento global é outro fenômeno cuja origem foi longamente contestada. Para uma minoria cada vez mais isolada, trata-se de um processo natural e que já teria ocorrido várias vezes no passado, sendo a última na Idade Média, entre os anos 800 e 1300. É bom lembrar que naquele período os impactos do aquecimento nas diferentes partes do mundo foram dramáticos, positivos na Europa e catastróficos nas Américas e na África. As pesquisas arqueológicas e climatológicas indicam que as

civilizações Maia, na América Central, e Chimu, no Peru, ambas mais avançadas do que as suas equivalentes europeias à mesma época, desapareceram em consequência dos impactos das mudanças climáticas na era medieval.

A grande maioria dos cientistas não tem qualquer dúvida de que o atual processo de aquecimento global tem origem nas ações do homem sobre a natureza. Duas causas principais vêm provocando o fenômeno: a queima de combustível fóssil e os desmatamentos. Os transportes respondem por 14% do total das emissões de gases de efeito estufa (GEE), o mesmo que a agricultura, enquanto os desmatamentos, na maior parte das vezes para fins agrícolas, respondem por 18%. Se considerarmos que a cadeia produtiva *pós-porteira* também tem forte peso nas emissões de GEE, constataremos que o sistema agroalimentar global é um dos maiores, senão o maior agente causador do aquecimento global. Esse impacto tende a crescer ainda mais no futuro próximo, pois a emissão de metano e óxido nitroso pelo setor agrícola cresceu 17% de 1990 a 2005 e crescerá outros 35% a 60% até 2030 devido ao aumento do uso de fertilizantes químicos e ao aumento da criação de gado.

Além de acentuar as mudanças climáticas, o modelo de produção agrícola é um dos setores que mais sofre com seus efeitos. Altas temperaturas reduzem as produtividades das culturas pelo seu efeito na fotossíntese, na umidade e na fertilização. Acima de 37°C a fotossíntese se reduz e cai para zero para várias culturas importantes. A absorção de nutrientes também é afetada pelas altas temperaturas. Segundo pesquisadores do Instituto Internacional do Arroz, nas Filipinas, cada grau acima da temperatura ideal durante o crescimento das plantas reduz a produtividade em 10%.

Segundo avaliações do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), as produtividades médias das culturas nas regiões tropicais cairão entre 5% e 11% até 2020 e entre 11% e 46% em 2050, dependendo do ritmo que assumirá o aquecimento global. Alguns analistas apontam que essas avaliações já podem ser consideradas otimistas, pois as emissões de GEE vêm aumentando para além do previsto, ao invés de se reduzirem como defendido pelo IPCC.

As alterações climáticas não deverão simplesmente se refletir em temperaturas médias mais altas, mas em fortes variações em cada local. Já se fala de um clima de *extremos*, em que as secas e inundações serão mais frequentes e intensas, assim como os tornados, tufões, ciclones, as chuvas de granizo e as geadas. A instabilidade tornará ainda mais difícil o processo de adaptação da agricultura aos novos tempos, pois não haverá um padrão a partir do qual os produtores poderão se preparar para conviver com os estresses climáticos.

Se não for mitigado com extrema urgência, o aquecimento global levará a uma ruptura radical da produção alimentar e provocará a volta da fome endêmica, um fenômeno que parecia superado desde meados do século passado para boa parte da humanidade. Em 1996, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) propôs a meta de reduzir à metade o número de subnutridos constatado àquela data, 840 milhões de pessoas. Desde então, esse número cresceu para um bilhão, mas se considera que a causa principal da fome não é, atualmente, a falta de alimentos no mundo, mas a impossibilidade de acesso por países pobres e/ou a incapacidade de aquisição de alimentos nos mercados por pessoas desses ou de outros países. Entretanto, as perspectivas do impacto do aquecimento global são de outra natureza. Além dos problemas de acesso, haverá diminuição de oferta de alimentos e uma forte ampliação do número de subnutridos.

3.A crise dos recursos naturais renováveis

Aproximadamente 2 bilhões de hectares de solos potencialmente agricultáveis no mundo já foram degradados desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse número corresponde a 22,5% do total de 8,7 bilhões de hectares disponíveis para cultivos, pastagens e florestas. A proporção de terras que se tornaram impróprias para cultivos é a mais alta das três categorias, 37%. A degradação química dos solos devido às práticas agrícolas é responsável por 40% da degradação total das terras cultivadas. O impacto direto da erosão dos solos, medido pelo custo de repor a água e os nutrientes perdidos, foi estimado em US\$ 250 bilhões por ano, em todo o mundo.

Sistemas agroquímicos e motomecanizados estão longe de ser os únicos a destruir os solos, mas, por ocuparem aqueles de melhor qualidade, seus efeitos se fazem sentir de modo mais significativo. As grandes monoculturas típicas desses sistemas afetam os solos de várias maneiras. A exposição de vastas áreas à ação de ventos e chuvas acentua a erosão. O uso de maquinário pesado provoca a compactação dos solos. Os adubos químicos causam a paulatina acidificação e contribuem para perturbar a biota dos solos, tornando-os mais pobres. Além disso, a adubação química repõe apenas os macronutrientes, enquanto os micronutrientes vão sendo esgotados pela continuidade dos cultivos. Finalmente, o uso inadequado da irrigação também afeta os solos, quer pela salinização quer pelo encharcamento, responsáveis, segundo a FAO, pela degradação total de 13% das áreas irrigadas no mundo e pela degradação parcial de outros 33%. A salinização afeta 28% das áreas irrigadas nos Estados Unidos e 23% na China.

Já os recursos hídricos são afetados pela agricultura de duas maneiras: de um lado, as áreas irrigadas consomem cerca de 70% de toda água utilizada no mundo, superexplorando os corpos d'água superficiais e aquíferos e competindo com outros usos; por outro, as práticas agrícolas poluem ambas as fontes e reduzem o seu uso potencial para outros fins. Em muitas partes do mundo a irrigação está esgotando aquíferos subterrâneos mais rapidamente do que eles podem ser recarregados. Em outros casos, a agricultura depende dos chamados *aquíferos fósseis*, contendo água que se depositou na última era glacial. Esses aquíferos não são recarregáveis, de modo que qualquer agricultura que deles dependa é inerentemente insustentável. O aquífero Ogallala, por exemplo, estende-se por partes de oito estados do Meio Oeste americano e seu nível vem caindo um metro por ano. Calcula-se que, em 10 anos, ele estará tão explorado que inviabilizará a agricultura da região, totalmente dependente desse recurso. A superexploração de certos rios como o Amarelo, na China, fez com que no ano de 1997 ele deixasse de desembocar no mar por 226 dias. O mesmo fenômeno de perda de volume ocorre com o Rio Colorado, nos Estados Unidos, que de tão explorado durante a sua passagem por este país, alcança a fronteira do México na forma de um filete d'água.

A eficiência da irrigação é hoje bastante baixa: calcula-se que apenas 45% da água vertida é aproveitada pelas plantas cultivadas. A produção de um quilo de milho em sistema irrigado emprega mil litros de água. A produção de carne de gado é ainda menos eficiente, consumindo 100 vezes mais água do que a produção de quantidade equivalente de proteína vegetal derivada de grãos.

Outro recurso renovável em risco é a *biodiversidade agrícola*, cuja perda constitui mais um fator de insustentabilidade dos sistemas agrícolas convencionais. Ao longo dos cerca de 10 mil anos de evolução da agricultura, camponeses em todo o



mundo domesticaram centenas de espécies e adaptaram milhares de variedades às condições ambientais em que viviam e produziam. Entretanto, nos últimos 50 anos, a humanidade perdeu grande parte dessa agrobiodiversidade, que vem sendo substituída maciçamente por variedades desenvolvidas por empresas ou centros de pesquisa. O estreitamento dessa base genética coloca em risco o futuro da agricultura, pois perde-se o potencial de adaptabilidade adquirido por gerações de incontáveis *melhoristas* práticos.

Essa redução genética característica dos sistemas convencionais também pode favorecer surtos de pragas e doenças que se espalham por culturas muito homogêneas plantadas em grandes áreas contínuas. Um exemplo, entre tantos, desse problema foi a crise da produção de sorgo nos Estados Unidos em 1998, quando um ataque de pragas produziu um prejuízo de US\$ 100 milhões. No ano seguinte, os custos dos agrotóxicos de controle aumentaram em US\$ 50 milhões. Pouco tempo depois pesquisadores descobriram uma variedade de sorgo portadora de resistência à praga em questão. Essa variedade foi usada para criar um híbrido que dispensava o uso de agrotóxicos. Isso mostra que mesmo na agricultura convencional a variabilidade genética é uma necessidade fundamental. A característica de resistência a determinadas pragas é comum em plantas domesticadas, *escondendo-se* no genoma, mas aguardando para ser ativada em caso de necessidade por melhoristas ou agricultores. Entretanto, quando as variedades são perdidas, reduz-se o tamanho do admirável *reservatório genético*, gerando perdas incalculáveis para cruzamentos futuros.

A alta vulnerabilidade de sistemas convencionais a surtos de pragas e doenças faz com que eles sejam muito dependentes do emprego de agrotóxicos. Para dar apenas alguns exemplos mais dramáticos da perda de agrobiodiversidade, citamos o caso da cultura do arroz na Indonésia, cuja modernização provocou a extinção de perto de 1.500 variedades e sua substituição por algumas poucas dezenas de cultivares de empresas. No Bangladesh, a promoção da Revolução Verde produziu a perda de cerca de sete mil variedades tradicionais de arroz. Nas Filipinas, essa perda foi de 300 variedades. Nos Estados Unidos, 86% das variedades de maçã cultivadas até o começo do século passado não são mais plantadas, enquanto que 88% das 2.683 variedades de peras não estão mais disponíveis. De modo geral, calcula-se que 75% da biodiversidade agrícola foi extinta ao longo do século passado.

Esse processo de homogeneização genética provocado pela agricultura convencional é ainda mais acentuado pelo fato de que esse sistema está cada vez mais concentrado em um número restrito de espécies e em um número igualmente limitado de variedades dessas espécies. Segundo a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, no final dos anos 60, 60% a 70% das plantações norte-americanas de feijão utilizavam apenas duas variedades; 72% da cultura de batata empregava quatro; e 53% do algodão cultivado usava somente três. Em escala global, a quase totalidade das áreas cultivadas do mundo (1,44 bilhão de hectares) é dedicada a 12 espécies de grãos, 23 espécies de tubérculos e hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Essa concentração é ainda mais visível quando verificamos que apenas quatro culturas (milho, soja, arroz e trigo) representam três quartos da produção de calorias alimentares no mundo.

Outra ameaça à agrobiodiversidade é a introdução recente dos cultivos transgênicos. A contaminação genética das variedades locais e/ou convencionais já deu início a processos de erosão genética. Nem mesmo os bancos de germoplasma estão

imunes a esse fenômeno, como se viu no caso do Centro Internacional do Milho e do Trigo, CIMYT, no México, onde transgenes foram identificados nas variedades de milho lá estocadas. O risco de contaminação e de perda da agrobiodiversidade foi reconhecido e hoje uma iniciativa internacional está criando um superbanco de germoplasma em uma área de total isolamento no círculo polar. Essa *solução* talvez salve a agrobiodiversidade existente hoje, mas estanca o processo de coevolução entre as variedades e os agroecossistemas. A expansão das culturas transgênicas vem colocando a agricultura sob o controle das empresas transnacionais do ramo da biotecnologia, ameaçando a soberania dos povos na determinação do quê e de como produzir.

4. A crise dos adubos químicos

Os sistemas agrícolas convencionais dependem do fornecimento de adubos químicos para a nutrição das variedades chamadas de *alta produtividade*, que na verdade deveriam ser designadas por variedades de *alta resposta aos adubos químicos*, já que foram desenvolvidas para esse fim. Esses fertilizantes industriais são produzidos com alto custo de energia fóssil, petróleo ou gás, e de fósforo e potássio, que são também recursos naturais não-renováveis. Esses minerais têm que ser garimpados em jazidas que estão em processo de esgotamento, assim como as dos combustíveis fósseis. No ritmo atual de crescimento da demanda, as reservas de potássio podem durar até os anos 2040. As de fósforo, entretanto, já alcançaram o pico de produção em 1989 e estão em fase de exaustão cada vez mais acelerado. Como no caso do petróleo, isso não quer dizer que o fósforo vai acabar do dia para noite, mas significa que o custo de extração crescerá e que a demanda ultrapassará a oferta de forma cada vez mais dramática. O resultado dessa equação perversa já se faz sentir. Os preços médios internacionais dos adubos à base de fosfato subiram de US\$ 250 por tonelada em 2007 para US\$ 1.230 em julho de 2008, enquanto os do potássio passaram de US\$ 172 para US\$ 500 e os dos nitrogenados foram de US\$ 277 para US\$ 450. É claro que parte desses custos deve ser imputada à subida do preço do petróleo, que alcançou seu pico na data supracitada. No entanto, é interessante notar que o custo dos adubos nitrogenados, os mais dependentes de combustíveis fósseis, foi o que menos subiu, quase dobrando de valor, enquanto o dos adubos fosfatados subiu quase cinco vezes e o dos à base de potássio quase três vezes.

O esgotamento das jazidas de fosfato representa uma ameaça mais imediata para a agricultura convencional do que a exaustão das reservas de petróleo e gás, uma vez que seu aporte é vital para esse sistema e não existem alternativas para sua substituição. Já os adubos nitrogenados constituem um elemento ainda mais indispensável para garantir a produtividade da agricultura convencional. A sua produção depende de petróleo ou gás e calcula-se que 40% da disponibilidade atual de proteína de origem vegetal consumida pela população mundial seja produzida com o seu uso. A diminuição da oferta de petróleo e gás e/ou os custos crescentes de sua extração já têm afetado seriamente os preços desses fertilizantes, processo que só tende a se acentuar.

5. Balanço econômico da agricultura convencional

Embora o modelo de agricultura convencional seja visto como um exemplo de pujança econômica e produtor de riqueza, a verdade é que ele não sobreviveria sem os pesados subsídios concedidos pelos Estados, ou seja, pela sociedade pagadora de impostos. Não estamos falando aqui dos custos indiretos da agricultura convencional,

as chamadas *externalidades*. Esses custos, também assumidos pela sociedade como um todo e não pelos produtores convencionais, são gigantescos e nunca calculados de forma precisa. Qual o custo dos impactos dos agrotóxicos na saúde de trabalhadores agrícolas e consumidores? Qual o custo do assoreamento de rios, lagos e reservatórios provocado pela erosão nos campos de monoculturas? Investimentos em dragagem de represas assoreadas ou perdas em potencial energético causadas pelo assoreamento nunca são computados no preço da soja, do milho, do algodão e de outras grandes culturas. Os custos de descontaminação de águas para poderem ter outros usos ou os custos para a saúde dos consumidores dessas águas poluídas são cobertos pelos indivíduos ou pelo Estado. O custo da criação dos chamados *desertos marinhos*, em decorrência do carreamento de adubos químicos para a foz dos rios, é assumido pelos pescadores arruinados e não pelos poluidores. Finalmente, os extraordinários custos da crescente instabilidade climática provocada, entre outros fatores, pela agricultura industrial também não recaem sobre os grandes produtores desses sistemas. Porém, mesmo nos concentrando nos custos diretos desse estilo de agricultura, encontramos sinais de imensas ineficiências.

Dados que cobrem o conjunto dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam para um gasto público da ordem de US\$ 320 bilhões em subsídios, apenas para o ano de 2002. Outro estudo, relativo ao ano de 1996, nos Estados Unidos, revela um aporte de subsídios que chega a US\$ 70 bilhões. Isso representa um gasto de US\$ 260 por americano pagador de impostos. Na União Europeia, assim como nos Estados Unidos, 90% desses subsídios são abocanhados pelos maiores produtores e, certamente, as empresas vendedoras de insumos agrícolas são ainda mais agraciadas por essas benesses.

No Brasil, a modernização da agricultura ocorrida no período do regime militar só foi possível com subsídios que cobriam em média 50% dos custos de produção e de investimento em maquinário. Esse quadro durou até o começo dos anos 1980, quando a crise financeira do Estado e as pressões do processo de globalização eliminaram os subsídios, fazendo cair o consumo de insumos agroindustriais. Nos anos 1990 e no presente século, a forma adotada para subsidiar a agricultura convencional tem sido a de conceder anistias e refinanciamentos muito facilitados das dívidas dos grandes produtores, o que se traduziu em fortes injeções de recursos para os mesmos.

Como já foi dito, um sistema produtivo altamente dependente de combustíveis fósseis para todos os insumos e operações agrícolas é vulnerável às sucessivas e cada vez mais agudas crises de abastecimento dos mesmos. A tesoura de custos de insumos versus preços dos produtos tem se fechado de forma sistemática nas últimas décadas porque os países desenvolvidos têm subsidiado as suas exportações e deprimido os preços das *commodities* agrícolas. Com a crescente pressão dos custos de produção pelos fatores anteriormente apresentados, esses subsídios serão cada vez mais onerosos até se tornarem inviáveis e os preços agrícolas se elevarão em escala global. Isso já ocorreu no ano passado, com o duplo impacto do desvio de um quarto da safra americana de milho para a produção de etanol e com o aumento dos preços do petróleo e dos adubos químicos. O resultado imediato foi o salto brusco do número de famintos para um bilhão de pessoas e a multiplicação de revoltas sociais em várias partes do mundo. Pelas mesmas razões, a disponibilidade de produtos para os programas de ajuda alimentar caiu, ampliando os efeitos nas populações mais pobres do planeta.

O esgotamento do modelo convencional de agricultura, somado aos fatores econômicos aqui apresentados, vem provocando uma constante queda na oferta de alimentos no mercado internacional, gerando déficits em sete dos últimos oito anos, déficits esses cobertos por estoques que estão perigosamente no seu mais baixo nível desde a Segunda Guerra Mundial.

Além disso, a explosão dos custos de produção do sistema agrícola convencional levará, inevitavelmente, a uma explosão de preços para os consumidores que aliviará a economicidade desse modelo para os produtores, mas trará de volta o espectro da fome em uma escala que o mundo não vê há muito tempo. A sobrevivência desse sistema será temporária, durará enquanto o esgotamento dos combustíveis fósseis e dos adubos não se agravar, mas o preço imediato para os consumidores será incalculável.


6. Impactos sociais do modelo convencional

O efeito mais significativo da expansão do modelo da Revolução Verde ao longo do século passado foi o aumento da produtividade do trabalho. Com os combustíveis fósseis a preços aviltados de um dólar por barril e com ampla disponibilidade até a crise de 1973, a mecanização não só deslocou o trabalho assalariado nas empresas rurais, como também tornou não competitivas as economias da agricultura familiar que opera em escalas muito menores.

Em países como os Estados Unidos, o resultado foi a redução da força de trabalho na agricultura a 3% do emprego total. As propriedades familiares foram desaparecendo e hoje têm uma presença marginal na economia agrícola americana. Em consequência, as áreas rurais se esvaziaram não só de agricultores, mas de outras pessoas que prestavam serviços aos mesmos. Essa situação ocasionou uma forte concentração urbana e a marginalização de muitos que não conseguiram encontrar alternativas de emprego em uma economia industrial e de serviços que se automatizou de forma acelerada nas últimas décadas. É pouco sabido, mas a pobreza nos Estados Unidos afeta cerca de 30 milhões de pessoas, que dependem do programa público de ajuda alimentar, os *food stamps*, que inspiraram o Bolsa Família aqui no Brasil.

Na Europa o efeito de esvaziamento do campo foi atenuado pelas políticas de defesa da agricultura familiar que marcaram a história da criação e expansão da União Europeia com a sua Política Agrícola Comum. No entanto, também naquele continente, a concentração urbana seguiu seu movimento inexorável devido à maior atração que os empregos urbanos exercem entre os jovens rurais. Além disso, a população rural na União Europeia envelhece a olhos vistos, o que provoca um lento processo de concentração das terras à medida que as aposentadorias e a falta de novos candidatos a produtores rurais vão deixando áreas ociosas, que provavelmente terminarão nas mãos dos grandes proprietários.

No Brasil, a modernização da agricultura impulsionada pelo regime militar nos anos 1960 e 1970 foi chamado de *dolorosa* por seus efeitos sociais. Embora a migração em direção aos centros urbanos já tenha sido iniciada nos anos 1950, mais por fatores de atração de uma industrialização acelerada, da construção de Brasília e de grandes obras de infraestrutura, foi naquelas duas décadas que ela se intensificou. Entre 1950 e 2000, cerca de 60 milhões de pessoas trocaram o campo pelas cidades e inverteram o perfil demográfico entre as áreas rurais e urbanas. Pelas estatísticas



As novas agriculturas deverão reduzir a emissão de gases de efeito estufa progressivamente até a eliminação. Além disso, terão que se desenvolver sem ampliar os processos de desmatamento e sem poluir águas e solos. Deverão ainda produzir alimentos saudáveis em diversidade, qualidade e quantidade necessárias para acompanhar o crescimento demográfico do planeta

oficiais do IBGE, os rurais, que eram maioria em 1950, representam hoje 18% da população. Essa estatística é questionável por considerar urbanos todos os que vivem em cidades, por menores que elas sejam. Se usássemos a definição adotada pela OCDE teríamos hoje 54 milhões de rurais, ou 28% da população. Mesmo assim, é notável o esvaziamento do campo, um processo que não arrefeceu nem quando a economia urbana estancou nos anos 1980, mostrando que os fatores de insustentabilidade da agricultura familiar e a pobreza rural continuavam a promover a *expulsão* dos rurais tanto quanto a *fome de terras* das grandes empresas agrícolas. A Reforma Agrária, iniciada de fato no governo de Fernando Henrique Cardoso e mantida no mesmo ritmo lento pelo governo Lula, combinada com a extensão da aposentadoria para os rurais e, mais recentemente, com os benefícios do programa Bolsa Família, pôs o primeiro freio significativo no processo de esvaziamento do campo, mas não o eliminou. As falhas no apoio aos assentados vêm contribuindo para um fenômeno de evasão das áreas reformadas, deixando lotes não ocupados ou com rotatividade de seus ocupantes. O principal fator desse processo foi, além das ineficiências no financiamento aos assentados, a persistente tentativa de levar os *novos agricultores* a adotarem as práticas insustentáveis da Revolução Verde.

O esvaziamento do campo tem outros efeitos perversos além da transferência da pobreza para as zonas urbanas. Se olharmos para um futuro em que as várias crises aqui descritas inviabilizarão a agricultura convencional, teremos que recorrer a um sistema produtivo em que a mão-de-obra volte a ser determinante para a produção. Por outro lado, como veremos a seguir, o deslocamento da agricultura familiar representa uma perda de culturas rurais e, em particular, o conhecimento popular sobre as condições naturais, fator fundamental para a retomada da produção em bases sustentáveis.

A crise cubana dos anos 1990 serve mais uma vez para ilustrar os problemas que teremos que enfrentar. A revolução cubana adotou o sistema soviético de produção em grandes fazendas estatais e marginalizou a agricultura camponesa. Com a crise do abastecimento de combustíveis e de outros insumos da agricultura convencional, as máquinas pararam e faltaram adubos e agrotóxicos. O governo cubano respondeu por meio da recriação de uma classe de agricultores organizados em cooperativas,

mas esses novos *campesinos* eram universitários formados em ciências agrárias convencionais e estavam despreparados para produzir sem os insumos ditos modernos. A introdução de conceitos da agricultura orgânica foi penosa e lenta, mas acabou surtindo efeito e o abastecimento de alimentos foi se recuperando. Entretanto, o conhecimento dos agricultores familiares sobre os ecossistemas e sobre as técnicas tradicionais que poderiam servir de base para um modelo mais avançado de agricultura ecológica se fez ausente durante a recuperação da agricultura cubana.

7.A necessidade de um novo modelo de agricultura

Para superar os fatores de insustentabilidade que caracterizam o sistema agrícola convencional baseado nos princípios da chamada Revolução Verde, os novos estilos de agricultura deverão, em primeiro lugar, ser econômicos no uso de recursos naturais não-renováveis, buscando, idealmente, chegar a dispensá-los, uma vez que as reservas de petróleo, gás, fósforo e potássio estão em processo de exaustão, como vimos anteriormente. Por outro lado, deverão recuperar, melhorar e conservar os recursos naturais renováveis, como solos, água e agrobiodiversidade, que também estão em sendo destruídos pelo sistema convencional. Deverão também ser econômicos no uso de água, recurso que escasseará nas próximas décadas pelas múltiplas demandas a que está sendo e será submetido.

As novas agriculturas deverão reduzir a emissão de gases de efeito estufa progressivamente até a eliminação. Além disso, terão que se desenvolver sem ampliar os processos de desmatamento e sem poluir águas e solos. Deverão ainda produzir alimentos saudáveis em diversidade, qualidade e quantidade necessárias para acompanhar o crescimento demográfico do planeta. Calcula-se que a demanda por alimentos no mínimo dobrará até a estabilização da população mundial. De forma mais geral, um novo sistema de abastecimento alimentar baseado no princípio da realocação deverá ser instalado evitando o *longo passeio* dos produtos e sua excessiva transformação na etapa industrial. A escassez de combustíveis vai obrigar a aproximação de produtores e consumidores para diminuir o consumo de energia em transportes de longa distância. Por outro lado, razões tanto energéticas como de saúde pública implicarão a adoção de dietas menos calóricas e mais diversificadas que exigem uma menor transformação de alimentos. Os dias do sistema de *fast food* estão contados. Aliás, em função da limitação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, a ingestão de carne de boi terá que ser reduzida, pois a sua produção ocupa, e tende a ocupar cada vez mais, solos que poderiam produzir muito mais proteínas e calorias de origem vegetal.

Para a felicidade da humanidade, agricultores camponeses em todo o mundo já estão mostrando que um sistema com essas características está em gestação e se baseia nos princípios da Agroecologia – embora haja alguma confusão conceitual com os sistemas chamados de orgânicos.

Na Agroecologia, o que se busca é o manejo integrado dos recursos naturais renováveis de modo a otimizar a produção total por unidade de área sem destruí-los e com o mínimo de perturbação ao meio ambiente. É claro que toda agricultura significa algum tipo de interferência na natureza e certo nível de seleção de espécies privilegiadas em um ecossistema determinado, mas o objetivo é minimizar essas perturbações e manter o máximo de diversidade possível, tanto nas áreas produtivas como no seu entorno natural. Quanto ao manejo dos recursos naturais renováveis, o

que se busca é a máxima reciclagem de nutrientes e um aporte mínimo de insumos (mesmo orgânicos) externos.

A partir dessa definição já se demarca uma diferença com algumas modalidades de agricultura orgânica dominantes nos países desenvolvidos, nas quais há uma tendência ao uso permanente de insumos externos orgânicos e a uma forte especialização produtiva que pode chegar, em muitos casos, a estabelecer monoculturas orgânicas. É interessante observar que os sistemas de certificação dos produtos orgânicos em geral se concentram em *negações*, ou seja, em definir aquilo que *não* pode ser utilizado para poder atribuir a qualidade *orgânica* ao produto. Já na Agroecologia, a prioridade é a qualidade dos processos de produção, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis. Sistemas agroecológicos lidam com a máxima diversidade de culturas e criações visando aproveitar da melhor forma possível a variedade dos ambientes em que a produção é realizada.

Sistemas agrícolas de base agroecológica são, portanto, conservadores dos recursos naturais renováveis e muito econômicos no uso de recursos naturais não-renováveis, como petróleo e gás ou fósforo e potássio, o que contribui para que seu balanço energético seja positivo, ao contrário dos sistemas da agricultura industrial. Eles procuram integrar áreas de vegetação nativa no desenho dos sistemas, pois as mesmas têm a função de manter o equilíbrio ambiental, evitando ou minimizando os surtos de pragas e doenças. Embora possa utilizar irrigação, a Agroecologia o faz com economia no uso da água, buscando a otimização da água das chuvas. Além disso, a emissão de GEE também é mínima em sistemas agroecológicos, que inclusive podem funcionar como *carbon sink*.

As grandes objeções aos sistemas agroecológicos ligam-se à alegação de baixas produtividades por hectare que só poderiam ser superadas com o aumento dos desmatamentos. Como repetem com frequência os defensores da agricultura convencional, a Agroecologia não pode alimentar o mundo e vai provocar mais efeito estufa com as queimas e derrubadas de matas. Nada mais falso. Já são muitos os estudos que comprovam que as produtividades da agricultura orgânica e, mais ainda, da Agroecologia, são comparáveis às da agricultura convencional. O mais antigo foi realizado nos anos 1980 pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos e aponta que:

Os agricultores que praticam alternativas à agricultura industrial de alto consumo de insumos estão operando com sucesso em todas as regiões climáticas dos EUA. Suas produtividades por hectare são comparáveis às da agricultura industrial e os impactos ambientais negativos são significativamente menores do que na agricultura convencional.

O estudo afirma que uma eventual conversão da totalidade da agricultura industrial para os sistemas de base ecológica não provocaria queda de produção total no país e ainda traria efeitos positivos no sistema agrário para propriedades de pequeno e médio portes. Outro impacto significativo seria sobre a indústria de transformação de produtos agrícolas por favorecer unidades produtivas de menor escala, mas com uma distribuição mais equilibrada das culturas no espaço. A composição da produção global dos gêneros alimentícios também seria alterada com a diminuição de sistemas industriais de produção animal e a diminuição da oferta de carnes, sobretudo a de origem bovina. Os americanos teriam que alterar a sua dieta, mas esse aspecto foi considerado uma consequência positiva do ponto de vista nutricional.

Estudos mais recentes, do início deste século e contratados pela FAO junto à Universidade de Sussex, na Inglaterra, analisaram quase uma centena de programas e projetos de agricultura sustentável no mundo e concluíram que os mesmos elevaram a produtividade das culturas em quase 100%, em média. O estudo adotou um critério bastante amplo para definir o que foi considerado *sustentável*, incluindo várias experiências em processo de transição agroecológica, que poderão se tornar muito mais produtivas à medida que avançarem na sua evolução.

Outro estudo da FAO, produzido para a Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica em 2006, apontou que se toda a agricultura do mundo fosse convertida para sistemas orgânicos a quantidade diária de calorias disponíveis por pessoa seria de 2.786 a 4.381, mais do que suficiente para as necessidades humanas – a disponibilidade diária atual é estimada entre 2.200 e 2.500 calorias. A grande variação apontada resulta de duas hipóteses relacionadas aos processos de transformação da base produtiva na agricultura mundial, sendo uma mais e outra menos otimista.

Experiências em transição agroecológica no Paraná indicam que as produtividades médias são superiores às dos sistemas convencionais e que, nos casos mais avançados, alcançam 9 toneladas por hectare (t/ha) para o milho, 3 t/ha para o feijão e 3,3 t/ha para a soja. Mas o exemplo mais espetacular de produtividade em sistemas agroecológicos no mundo é conhecido pela sigla em inglês SRI, *systems of rice intensification*, ou sistemas de intensificação do arroz. Iniciada em Madagascar, essa experiência chegou a atingir a notável cifra de 22 toneladas de arroz por hectare, com uma média de 10 t/ha. Esses resultados estão muito acima daqueles obtidos em pesquisas com produção convencional de arroz.

Já a produtividade do trabalho em sistemas agroecológicos é, sem dúvida, muito mais baixa do que em sistemas industrializados. Uma colheitadeira de grande porte pode substituir o trabalho de 100 homens, só para dar um exemplo. Sistemas agroecológicos podem ser mecanizados em algumas de suas operações, mas não na escala dos sistemas convencionais. Quanto mais avançado o sistema agroecológico, mais complexo será o seu desenho, com culturas intercalares e rotações e combinações com as criações animais. Essa complexidade não só limita a mecanização, como exige uma gestão cuidadosa e eficiente dos tempos de trabalho e do espaço disponíveis.

Essas características da Agroecologia demonstram sua adequação para as dimensões e formas de gestão do trabalho da agricultura familiar camponesa, sendo que o tamanho da área manejada dependerá da complexidade dos ecossistemas onde se pratica a agricultura. Sistemas naturais mais complexos apontam unidades produtivas mais complexas. Uma propriedade agroecológica operando na Mata Atlântica no Sul da Bahia em sistema agroflorestal não permite mais do que 10 hectares manejados por trabalhador, enquanto uma operando no Meio Oeste americano, em ambiente natural muito mais simples, pode permitir o manejo de até 100 hectares por família.

Diante do exposto, concluímos que a generalização dos sistemas agroecológicos no mundo exigiria a substituição das grandes empresas rurais por sistemas agrários baseados na agricultura familiar. A questão não é, portanto, se a Agroecologia pode alimentar o mundo de forma sustentável, mas se a atual distribuição do acesso à terra e sua conseqüente concentração de população em áreas urbanas vão permitir que essa solução seja adotada.

8. Um novo lugar para a agricultura nas sociedades do futuro

Como vimos, o avanço da agricultura industrial foi acompanhado por enorme crescimento da produtividade do trabalho. O efeito desse processo de mecanização de todas as atividades agrícolas foi a forte liberação de mão-de-obra e a tendência a uma concentração de terras ainda maior do que nos sistemas latifundiários tradicionais. Menos mão-de-obra assalariada nas empresas rurais e menos agricultores familiares significou, como vimos anteriormente, um maciço deslocamento de população para as cidades. Segundo os dados do último censo, mais de 30% da população está concentrada em dez regiões metropolitanas. Embora o número de rurais seja maior do que o indicado pela classificação do IBGE, é claro que ele está diminuindo a cada contagem.

A urbanização é vista por muitos como um processo não só inelutável, como até desejável. Um importante ministro do governo Fernando Henrique, ao se referir à Reforma Agrária, afirmou que o problema de acesso à terra era uma questão de tempo. Ele não quis dizer com isso que a Reforma Agrária, embora lenta, acabaria atendendo à demanda dos sem-terra. Ao contrário, o ministro acreditava que a evolução da economia absorveria a mão-de-obra excedente da agricultura em outros setores urbanos, tais como o industrial, de serviços, da construção civil, entre outros. A imagem da agricultura americana com seus 3% de ocupação do total dos empregos era apresentada como modelo a ser imitado. Seguindo esse raciocínio, a Reforma Agrária acabaria por falta de demanda.

Alguns economistas com sensibilidade social há muito tempo vêm afirmando que o desemprego em todo mundo é estrutural e crescente. A lógica da produtividade do trabalho que dominou todos os setores da economia, por meio da informatização e automação de indústrias, serviços e construções também foi transposta para a agricultura. No Brasil, a reprodução física da mão-de-obra urbana era vista já nos anos 1980 como sendo suficiente para atender às necessidades da economia. Em outras palavras, considera-se que a partir de então as migrações para os centros urbanos estariam apenas engrossando o desemprego nas cidades. É verdade que os anos 1980 foram de estagnação econômica, o índice de desemprego no país decaiu nos anos 1990 e, neste começo de século, houve uma retomada do crescimento, mas é também bom lembrar a enorme quantidade de trabalhadores informais e subempregados com baixa remuneração. Parte dessa massa de marginalizados vem encontrando *saídas* para a miséria no submundo do crime, gerando a violência endêmica que assola as cidades, grandes e pequenas. Os custos da violência são calculados, muito por baixo, em cerca de R\$ 100 bilhões por ano no Brasil. Esse cálculo inclui os gastos com segurança pública ou privada e uma parte das perdas de bens, mas não inclui as perdas de vidas.

A proposta clássica para superar essa situação é o crescimento econômico combinado com educação, que acabariam por absorver essa camada marginalizada. O exemplo dos países desenvolvidos, entretanto, mostra que essa proposta é ilusória. Mesmo no auge do crescimento econômico nos Estados Unidos, as duas décadas de *irrational exuberance* que se encerraram com a crise iniciada no ano passado, o desemprego nunca foi erradicado e a pobreza, tal como definida naquele país, atingia perto de 30 milhões de pessoas. O mesmo problema de desemprego estrutural afetou a Europa, apesar de, durante uma década, os governos socialistas em quase todos os países terem buscado diminuir a jornada máxima legal de trabalho para 35 horas se-

manais. Lembremos que se trata de países em que a educação é generalizada até o segundo grau, o que mostra que o aumento dos níveis de educação da população tem poder limitado na luta contra o desemprego.

Cumpra ressaltar que essa situação de desemprego estrutural ocorreu durante um longo período em que a produtividade do trabalho foi dependente do uso crescente de energia fóssil barata. O que vai acontecer quando essa fonte *secar*? A crise econômica que a diminuição da disponibilidade de energia fóssil vai gerar provavelmente ocasionará a revalorização do trabalho humano frente ao capital e às máquinas, mas haverá um tortuoso processo de redefinição dos padrões tecnológicos e, é claro, dos padrões de consumo. Até que isso se dê, assistiremos a uma crise social cuja manifestação mais forte será o desemprego maciço.

Em uma sociedade do futuro, na qual muitos dos bens que hoje são de uso corrente deixarão de ser produzidos devido aos seus custos energéticos, as necessidades básicas da humanidade voltarão a ser a preocupação dominante. De todas as necessidades básicas, a alimentação é a mais essencial, sem a qual a vida cessa. A agricultura voltará a ser uma atividade vital, ocupando um espaço na economia que já foi perdido na maior parte do mundo ao longo de século XX.

Diante desse quadro, a revitalização da agricultura familiar com base nos princípios da Agroecologia é uma solução sustentável para a produção de alimentos, capaz de responder às demandas da população mundial em crescimento. Vale lembrar que, além de intensiva no uso de mão-de-obra, a agricultura familiar de base ecológica é intensiva no uso de conhecimentos e de capacidade de gestão dos ecossistemas. Nesse sentido, a clássica distinção entre trabalho braçal e atividade intelectual não se aplica a esse padrão de produção agrícola.

O fato de ser uma atividade intensiva em uso de trabalho não será um problema na sociedade do futuro em que haverá uma reversão do uso de energia fóssil para outras formas de energia, inclusive humana. Quantos serão os trabalhadores absorvidos com a generalização da agricultura familiar de base ecológica no mundo? Não existem projeções em escala mundial, mas um estudo feito para os Estados Unidos aponta que haverá emprego para 40 milhões de agricultores, quase 40 vezes mais do que os números atuais naquele país.

Como vimos, a Agroecologia só consegue ser praticada de forma avançada pela agricultura familiar. Um sistema agroecológico é demasiado complexo e exigente em qualidade da mão-de-obra para ser eficiente com o uso, mesmo que extensivo, de mão-de-obra assalariada. É, portanto, o número de agricultores familiares que definirá a capacidade da agricultura de produzir



de forma sustentável. É bom frisar que os números da projeção americana mencionada se referem a *farmers*, e não a trabalhadores assalariados. Quantos eles seriam no Brasil?

Pelo Censo Agropecuário de 1996, a área ocupada pelas cerca de 4,2 milhões de propriedades agrícolas era de aproximadamente 420 milhões de hectares, dos quais 222,6 milhões eram utilizados como pastagem (22,1% naturais e 28,2% plantadas), 45,6 milhões como lavouras (2,1% permanentes e 9,7% temporárias), 105,4 milhões eram matas e florestas naturais, 6,3 milhões eram florestas plantadas, 19,3 eram terras produtivas não-utilizadas, 18 milhões eram terras inaproveitáveis e 10 milhões eram áreas de lavouras temporárias em descanso.

O número de agricultores familiares capaz de ocupar esses 420 milhões de hectares depende da área média de cada propriedade. Como vimos, o tamanho da área manejável nesses sistemas é determinado pelo grau de diversidade do ecossistema em que estão situados e pelo nível de complexidade do manejo adotado. Quanto mais avançado o sistema agroecológico, mais complexo e também mais produtivo ele se torna. Por outro lado, a complexidade é inversamente proporcional à capacidade de manejo agroecológico da família, limitando a extensão da propriedade, embora o tamanho da família e a qualidade do manejo adotado também interfiram na definição da área ótima de uma propriedade agroecológica.

Partindo de uma estimativa grosseira baseada na experiência do autor deste artigo, podemos afirmar que uma área média de 20 hectares é representativa da variância regional das propriedades agroecológicas. Se essa estimativa estiver correta, os 420 milhões de hectares das atuais propriedades agrícolas no Brasil permitiriam ocupar 21 milhões de famílias. Em termos do tamanho médio das famílias no país, esse número abrangeria entre 80 e 100 milhões de pessoas.

Uma população agrícola desse porte implicará uma população rural ainda maior para prover os serviços. Mantendo-se a proporção de assalariados contratados pela agricultura familiar existente no censo de 1996, a agricultura familiar agroecológica empregará, na estimativa apresentada, cerca de 8,5 milhões de pessoas. Muitos desses mesmos agricultores poderão também obter fontes de renda atuando como educadores, agentes de saúde, etc. Uma agricultura altamente desconcentrada em termos de produtos exigirá uma desconcentração das estruturas de transformação da produção que, aliás, deveriam estar sob controle dos próprios agricultores familiares organizados em cooperativas. Esse setor industrial, bem como os de armazenamento, transportes e comercialização, também empregarão mais de um milhão de pessoas. Finalmente, a necessidade de um forte investimento em recuperação ambiental com reflorestamento e manejo de vegetação nativa ocupará também um número significativo de pessoas. De maneira geral, estamos falando de uma população rural de cerca de 120 milhões de pessoas, mais da metade da população brasileira prevista para o seu auge, 220 milhões.

A desconcentração da população urbana também trará consequências positivas para os moradores das cidades, onde hoje predomina a marginalidade no emprego e nas precárias condições de habitação

e saneamento. A multiplicação dos agricultores familiares vai gerar demandas de produtos que estimularão o setor industrial urbano. Essa indústria, por sua vez, deverá também se descentralizar devido aos altos custos do transporte em um país tão grande, distribuindo melhor a riqueza pelas regiões.

Para os que pensam que as projeções aqui apresentadas são um delírio apocalíptico, não custa lembrar os dados elencados no começo deste artigo, que atestam que a crise energética é inexorável e provocará o caos social. É claro que não se desconstroi o forte apelo social da categoria econômica representada pelo agronegócio sem rupturas políticas radicais, mas a pressão da realidade nos empurra para um projeto de agricultura baseado na agricultura familiar e na Agroecologia ou para a barbárie de uma crise social urbana e rural de dimensões nunca vistas.

Quanto mais cedo a sociedade brasileira (e mundial) acordar para o tamanho do problema que vamos enfrentar nos próximos 20 anos, mais fácil será promover as soluções apontadas. Quanto mais vazio estiver o campo brasileiro, mais difícil será fazer essa transição no futuro. O exemplo cubano citado anteriormente é cristalino nesse sentido.

O conhecimento dos agricultores familiares sobre os ecossistemas em que operam, seja ele um saber tradicional ou de inovações geradas localmente pelos produtores, é um capital precioso no processo de transição agroecológica, tanto quanto o conhecimento científico da Agroecologia. Preservar esses saberes e experiências criativas corresponde hoje a valorizar os processos de transição agroecológica em curso, que serão a matriz da conversão mais ampla da agricultura brasileira. Nessa perspectiva, insistir na adoção das técnicas da Revolução Verde, principal efeito do crédito facilitado Pronaf nos últimos oito anos, só atrasa e dificulta a conversão para a agricultura do futuro.

Jean Marc von der Weid

coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA
jean@aspta.org.br



Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro


Sílvio Gomes de Almeida

67

As pautas nacionais dos movimentos sociais do campo para as jornadas de luta de abril-maio de 2009 incorporaram novos conteúdos de enorme significado sociopolítico. O enfoque agroecológico passou a integrar as agendas de grande parte dos movimentos como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações. Em alguns casos, a Agroecologia se inscreve como um dos elementos estruturadores das propostas. Em outros, ela constitui um foco no conjunto das pautas, entendida como um campo de inovação a ser exercitado pelos movimentos e fortalecido pelas políticas públicas. Esses novos conteúdos refletem, de um lado, a incorporação de novos conceitos aos embates que, desde os anos 1950-60, fundamentam a expressão política e as reivindicações específicas dos movimentos sociais do campo. De outro lado, traduzem, no plano da política e das pautas programáticas, o reconhecimento e a valorização dos processos descentralizados de resistência e de inovação agroecológica que vêm sendo protagonizados por uma grande diversidade de organizações de produtores familiares, em escalas crescentes de capilaridade em todos os biomas do país e, de forma bastante ampla, nas próprias bases desses movimentos.

Ao estenderem progressivamente suas reivindicações específicas para uma luta mais abrangente por novos padrões de desenvolvimento fundados na sustentabilidade socioambiental, os movimentos sociais evidenciam evoluções que marcam um expressivo salto qualitativo em seus enfoques. A consolidação desse salto poderá abrir novas perspectivas para o debate público sobre modelos de desenvolvimento rural e para a disseminação, em escala nacional, da experimentação social de um projeto popular e democrático para o mundo rural brasileiro.

Nos anos 1950 e 1960, diante da industrialização acelerada, das novas demandas impostas à agricultura e de intenso processo de expropriação no campo, já havia ampla mobilização camponesa em defesa de um padrão de desenvolvimento fundado na agricultura familiar e na Reforma Agrária.



No entanto, o Estado ditatorial, instaurado em 1964, levou à interrupção da expressão pública dessas lutas. Simultaneamente, em aliança com o latifúndio e a grande empresa agrícola e com os complexos agroindustriais internacionais e o capital financeiro, o Estado promoveu a implantação e a expansão do modelo da Revolução Verde, garantindo-lhe dinheiro, recursos da pesquisa e da extensão e instrumentos de regulação política. Como componente estrutural desse modelo, a crise socioambiental se irradiou direta e indiretamente sobre o conjunto da sociedade. Passado meio século, com base na mesma aliança, a Revolução Verde consolidou no país sua hegemonia nas dimensões econômica, política e ideológica. Ao mesmo tempo em que se reciclou sob o rótulo ideológico do agronegócio, conseguiu aprimorar suas estratégias de acumulação ao incorporar novas evoluções da ciência e da tecnologia, em particular a biotecnologia, acentuando o controle dos complexos agroindustriais e dos bancos sobre o processo produtivo.

68

Simultaneamente à redemocratização do país no início dos anos 1980, os movimentos sociais do campo retomaram seu processo de organização e se fizeram presentes novamente na cena pública. Setores ponderáveis dos movimentos e lideranças emergentes que se mantiveram ativos nos anos de chumbo, sobretudo nos espaços de ação local propiciados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), lançam, então, um desafio às organizações da sociedade civil, que também naquele momento se reorganizavam ou se constituíam para apoiar a reemergência das organizações camponesas. Diante da crescente degradação das economias camponesas e da intensificação do esvaziamento do campo, o que juntos podemos fazer para associar a luta das famílias produtoras pela posse e permanência na terra à necessidade de produzir mais e melhor, manter o sustento e gerar renda e ao mesmo tempo aumentar a capacidade de resistência econômica da população pobre do campo à expropriação e à migração? (GOMES DE ALMEIDA, 1991) Formulado como uma pergunta, esse desafio traduziu uma dupla vivência: de um lado, as trágicas experiências de expropriação e de privações vividas pelas famílias; de outro, a esperança alimentada pelos processos de organização e de ocupação de terras que então se iniciavam.

As respostas a esse desafio e a ressignificação de seus sentidos e propostas ao longo dos últimos 25 anos convergiram para a emergência, em dimensão nacional, de um amplo processo de experimentação social de inovações em propriedades familiares e em comunidades, ancorado em dinâmicas locais autônomas.


A despeito da enorme diversidade de atores e contextos socioambientais, pouco a pouco foram se delineando convergências e identidades no plano nacional em torno dos princípios norteadores de um projeto alternativo para o mundo rural. É exatamente a formação dessas identidades que nos permite referir à existência de um *campo agroecológico* brasileiro. Não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em termos de estruturas formais. Poderíamos caracterizá-lo como um campo social de expressão nacional que vem se articulando em redes que mobilizam dinâmicas sociais autônomas desde os âmbitos local e regional. Essas redes têm constituído uma plataforma de interação de diferentes tipos de organizações de base, movimentos sociais e redes regionais. Vinculam também importantes segmentos da sociedade civil atuantes na assessoria a organizações de produtores familiares (ONGs, organizações pastorais ligadas a igrejas, etc.). Reúnem ainda um crescente número de profissionais de instituições oficiais, sobretudo da pesquisa e da extensão, que atuam na área do desenvolvimento rural. Trata-se de uma experi-

ência singular, marcada pelo fato de se constituir a partir de processos de inovação local que vêm mobilizando capacidades criativas de diferentes atores sociais no enfrentamento dos obstáculos objetivos e políticos que se antepõem às condições de reprodução da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que exercitam e geram novos conhecimentos, esses processos nutrem novas coesões e se projetam como insumos para a progressiva construção de um padrão de desenvolvimento rural apoiado na sustentabilidade socioambiental (GOMES DE ALMEIDA, 2002).

O adensamento das experiências locais e sua capilarização nas diferentes regiões do país conferiram maior visibilidade aos processos descentralizados conduzidos por redes locais e regionais de inovação. Criaram igualmente um ambiente social e político favorável à crescente interação entre essas redes, tanto pelo intercâmbio de experiências como pela participação articulada em uma grande variedade de espaços públicos de debate e luta sobre o desenvolvimento rural. Foi no bojo dessas dinâmicas de aproximação e de reconhecimento mútuo que ganhou densidade e se explicitou a proposta do estabelecimento de uma articulação nacional que, a um só tempo, valorizasse e tirasse partido da diversidade das iniciativas descentralizadas existentes e favorecesse uma expressão unitária do campo agroecológico.

Algumas circunstâncias, eventos e confluências são expressivos do amadurecimento dessa proposta. Constituída no início dos anos 1980 em estreita vinculação com a reorganização dos movimentos sociais no campo, a Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA) reunia organizações de 11 estados brasileiros que, ao final dos anos 1990, também se encontravam com suas energias centradas em múltiplas redes locais e regionais, com expressões institucionais e agendas próprias. Esse novo contexto de adensamento das interações locais e regionais conduziu a Rede PTA a uma revisão de seus sentidos e propostas, buscando novas formas de inserção e de interatividade em horizontes de maior amplitude no campo agroecológico. De certa maneira, a rede se desfez para se enredar em novas articulações rurais que ganhavam corpo e dinamismo desde os níveis local e regional.

O adensamento das experiências locais e sua capilarização nas diferentes regiões do país conferiram maior visibilidade aos processos descentralizados conduzidos por redes locais e regionais de inovação. Criaram igualmente um ambiente social e político favorável à crescente interação entre essas redes, tanto pelo intercâmbio de experiências como pela participação articulada em uma grande variedade de espaços públicos de debate e luta sobre o desenvolvimento rural



Simultaneamente, em 1999, um número significativo de profissionais dispersos e institucionalmente isolados em universidades e em unidades do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, mas comprometidos em parcerias locais voltadas para a inovação agroecológica, tiveram no I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia uma primeira oportunidade de interação e reconhecimento mútuo. Para dar continuidade ao processo, propuseram a ampliação da escala de intercomunicação do segmento da pesquisa, por meio da realização de uma Conferência Nacional de Agroecologia, destinada a debater estratégias para o avanço e a consolidação do paradigma agroecológico na agenda das instituições oficiais da pesquisa agropecuária.

Também na mesma época, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, com significativa participação dos movimentos sociais de dimensão nacional e regional, apontou para a necessidade de realização de um encontro nacional para aprofundamento e desdobramento dos debates e propostas relacionadas aos modelos alternativos para o desenvolvimento rural. Já nesse momento, parcela ponderável dos movimentos sociais no campo manifestava de forma cada vez mais explícita um ponto de vista crítico ao modelo tecnológico da Revolução Verde, seja em função do antagonismo de interesses em relação à produção familiar, seja pelos efeitos socioambientais que gera para o conjunto da sociedade. Os movimentos passam, assim, a incorporar propostas convergentes com os princípios da Agroecologia (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004).

Encontros e consensos

Nesse contexto, a formalização, em 2001, da proposta de realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA) resultou da disseminação e da interrelação de redes multiautores de promoção da Agroecologia e da percepção de que as condições eram propícias para a criação de uma articulação de âmbito nacional.

A preparação do ENA se deu de forma descentralizada e teve como um dos pressupostos metodológicos o fomento à interatividade e à tecedura de alianças entre as dinâmicas sociais envolvidas com a promoção da Agroecologia nos estados e nas regiões. Além do papel decisivo que desempenharam no processo preparatório do Encontro Nacional, essas redes locais e regionais se redinamizaram ao assumirem o desafio de articular a expressão organizada do campo agroecológico a partir de suas respectivas áreas de atuação.

Realizado em junho de 2002, no Rio de Janeiro, com a participação de 1.100 pessoas de todas as regiões do Brasil, o I ENA foi concebido para dar visibilidade às experiências concretas de inovação agroecológica, colocando-as no centro dos debates. A condução metodológica do evento tornou possível produzir diagnósticos e sínteses compartilhadas sobre os principais avanços e os grandes desafios colocados para a generalização dos processos de transição agroecológica de forma estreitamente vinculada às realidades vivenciadas pelos atores em suas regiões e estados.

A ancoragem dos debates nas experiências concretas em curso ensejou a constituição de um primeiro e fecundo espaço de autoidentificação do campo agroecológico em sua imensa diversidade sociocultural e ecossistêmica. Também evidenciou sua capacidade de articular e construir unidades. Ao mesmo tempo, a referência às experiências permitiu que lideranças, sobretudo locais e regionais, com aderências político-ideológicas distintas, convergissem para um espaço comum de referências de

debate sobre as alternativas para o desenvolvimento rural, calcando-as nas estratégias de resistência e inovação produzidas pelos produtores familiares em diferentes contextos socioambientais e político-organizativos.

O principal encaminhamento político do I ENA foi a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sob a coordenação do conjunto diversificado de atores (movimentos sociais, redes regionais, associações profissionais e entidades de assessoria) que estiveram na origem da convocação do evento. Ao mesmo tempo, os participantes do I ENA expressaram o entendimento de que a articulação nacional deve estar ancorada no princípio da *unidade na diversidade*. Para tanto, deve tomar como base os processos de inovação constituídos por redes e organizações em diferentes escalas geográficas e áreas temáticas, sem se descolar das dinâmicas multiformes locais (PERTERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004).

Quatro anos mais tarde, em junho de 2006, realizou-se, no Recife, o II Encontro Nacional de Agroecologia. Com a participação de 1.700 pessoas, sobretudo de produtores e produtoras familiares, o evento evidenciou a grande ampliação da escala de abrangência social e geográfica da experimentação em todos os territórios brasileiros. Enquanto o I ENA foi por excelência um espaço de autoidentificação do campo agroecológico, revelando a diversidade de suas experiências e expressões socioculturais, o II Encontro cumpriu o papel essencial de trazer para o centro dos debates as grandes questões que referenciam e fundamentam a coesão política da ANA, entre elas, a oposição entre o agronegócio e a produção familiar por representarem modelos de desenvolvimento rural fundados em racionalidades socioeconômicas e ecológicas antagônicas. A Carta Política do II ENA é a expressão analítica desse ponto de vista e dos consensos estabelecidos que cimentam a Articulação.

Entendido como a face atual do modelo que há cinco séculos perpetua a dominação das elites agrárias sobre o meio rural brasileiro, o agronegócio se expressa materialmente, sobretudo, nos desertos verdes dos monocultivos e nos latifúndios de criação de gado, voltados essencialmente para a exportação, assim como nos sistemas de integração agroindustrial. O modelo do agronegócio é apontado como o principal responsável pela concentração da terra, pela violência no campo, pelo êxodo rural e pelo desemprego urbano. Está ainda associado à apropriação privada e à degradação sem precedentes dos recursos da biodiversidade, que são, a um só tempo, condição de vida e fruto do trabalho dos produtores familiares e populações tradicionais. Além de ser um instrumento de desagregação das culturas dos povos tradicionais, esse modelo de desenvolvimento gera a dependência e a insegurança alimentar das famílias do campo e das cidades brasileiras (ANA, 2006). Assim, ao contrário da imagem de modernidade técnica e eficiência econômica que propala, o agronegócio sobrevive, na realidade, apoiado na aliança com o Estado e por meio de um criminoso encadeamento de impactos socioambientais e econômicos, que se irradiam ao conjunto da sociedade.

A partir dessa leitura da natureza e das relações subjacentes ao agronegócio, a ANA entende que o enfrentamento desse modelo é, antes de tudo, um desafio no plano político. Sob essa perspectiva, a proposta agroecológica emergiu e tem feito seu caminho num campo de disputa na sociedade, no qual a produção familiar, enquanto principal vítima, assume uma franca oposição aos privilégios de uma elite econômica predatória e parasitária. Essa disputa política não poderá se resolver sem a efetivação de uma estratégia de ocupação massiva dos territórios pelas experiências da Agroecologia como força material de produção e fonte de inspiração de políticas:

Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo o país tem compreendido que a Agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das necessidades das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras da Agroecologia constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional (ANA, 2006).

Ao postular tais pressupostos no domínio político da promoção da Agroecologia, a ANA enfatiza uma das dimensões essenciais que caracterizam e condicionam os processos sociais que a compõem: o fato de que a diversidade dos ecossistemas em que se desenvolvem as inovações agroecológicas se expressa também em uma grande variedade de identidades socioculturais, de formas de organização produtiva e de apropriação e uso dos recursos naturais, cuja valorização é parte constitutiva do enfoque agroecológico e de sua vigência sociopolítica. Nesse plano, a ANA destaca o papel ativo que têm desempenhado as mulheres na promoção da Agroecologia, de forma que sejam valorizadas suas capacidades de produção e de inovação e reconhecidos seus direitos como agricultoras, camponesas e agroextrativistas, tanto no seio das famílias como na esfera pública.

Situando-se como um ator político coletivo no campo da gestão das relações sociedade-Estado, a ANA postula, em primeiro lugar, que cabe ao Estado democrático cumprir o seu papel de indutor do desenvolvimento. Essa atribuição deve se traduzir num processo de geração e distribuição da riqueza material e cultural direcionado ao bem-estar da população e da cidadania. Ao mesmo tempo, cabe ao Estado apoiar politicamente e fomentar materialmente as iniciativas da cidadania em prol do desenvolvimento rural, por meio do favorecimento à ampliação e à consolidação do projeto democrático e sustentável para o campo que vem sendo construído na prática em todas as regiões do país pelo esforço dos produtores e produtoras rurais e de suas organizações (ANA, 2006).

Ao delinear dessa forma as bases das relações do campo agroecológico com o Estado, ou seja, a dimensão política da Agroecologia, a ANA pontua as principais questões e conteúdos de sua agenda pública, orientada por eixos da construção de baixo para cima da alternativa agroecológica e temas do embate com as propostas do agronegócio:

- A Reforma Agrária e a garantia dos direitos territoriais das populações como elementos inseparáveis da proposta agroecológica, em oposição ao expansionismo, à violação dos territórios e à expropriação dos produtores e das populações tradicionais pelo agronegócio.
- A implementação de estratégias de soberania e segurança alimentar que articulem a diversificação produtiva em bases ecológicas com a valorização do autoconsumo, das culturas alimentares, dos alimentos de qualidade e com a organização de mercados a partir da ótica dos consumidores.
- A estruturação dos mercados com base em princípios de equidade socioeconômica, fundamentada em relações de confiança mútua e de cooperação entre produtores e consumidores.
- A afirmação do direito dos produtores e produtoras familiares à conservação e ao uso da biodiversidade, considerando o domínio das sementes locais pelas famílias e comunidades como uma condição para a sustentabilidade dos sistemas agroecológicos.
- A implantação de políticas e procedimentos de financiamento e gestão social do desenvolvimento ajustados à diversidade dos sistemas produtivos e às necessidades específicas dos processos de transição agroecológica.
- Finalmente, no plano da construção do conhecimento agroecológico, o reconhecimento dos produtores e produtoras familiares como agentes de produção e disseminação de conhecimentos pelas instituições de pesquisa, ensino e extensão, que devem estabelecer com as comunidades rurais relações de convivência e cooperação no enfrentamento das limitações econômicas, técnicas e socioorganizativas que se antepõem ao desenvolvimento local.

Além dos processos de formulação e negociação de políticas que se dão no quadro da ação descentralizada de redes locais e regionais, organizam-se igualmente na ANA Grupos de Trabalho (GTs) constituídos por representantes das mais variadas organizações e redes regionais. Vocacionados como mediadores entre experiências e redes locais e o debate nacional sobre políticas para o desenvolvimento rural, os GTs vêm galvanizando uma atuação que abrange os mais distintos temas. Com base na sistematização de experiências inovadoras locais e por meio dos GTs, a ANA tem conseguido exercer influência, por vezes decisiva, na elaboração legislativa e na produção de normativas relacionadas ao desenvolvimento rural.

O GT Biodiversidade, por exemplo, empenhou-se na constituição de uma rede de organizações e alianças individuais voltadas para a defesa dos direitos dos produtores rurais ao livre uso dos recursos da agrobiodiversidade, intervindo simultaneamente nos campos legislativo e jurídico. No plano legislativo, tem se confrontado em diferentes espaços públicos com agentes do agronegócio em torno a questões-chave, como as propostas de alteração da lei de cultivos e a garantia ao acesso e repartição dos benefícios da biodiversidade. Ao mesmo tempo, teve participação ativa na formulação do *Programa Nacional de Agrobiodiversidade*, por meio do qual objetiva o fortalecimento de estratégias coletivas locais para conservação e uso das sementes crioulas. Além disso, interveio em diversas negociações de normativas para a incorporação das sementes crioulas ao benefício do seguro agrícola.

Numa outra esfera, por meio da articulação no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), o GT de Soberania e Segurança Alimentar colabo-

rou na formulação e na negociação da proposta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mais recentemente interveio no debate da lei que instituiu o Programa Nacional da Alimentação Escolar, que torna obrigatória a destinação de pelo menos 30% dos recursos repassados pela União ao Programa para a compra de produtos da agricultura familiar, com prioridade para os alimentos agroecológicos. Os dois programas têm alta relevância para as economias familiares, ao abrir um potente e estável mercado para seus produtos e estimular as relações diretas entre as organizações dos produtores e os consumidores.

No quadro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), as organizações vinculadas à ANA foram persistentes na proposição e discussão das modalidades de crédito ajustadas ao financiamento da transição agroecológica, em particular o Pronaf Agroecologia e o Pronaf Semiárido. Em que pese a aprovação dessas linhas de financiamento de longo prazo voltadas para a estruturação do conjunto das propriedades, a medida teve aplicação restrita, em função de inadequações normativas e do bloqueio às propostas pelo sistema financeiro.

Finalmente, por meio do debate e da formação de consensos entre uma rede de organizações, o GT de Construção do Conhecimento Agroecológico participou da formulação e da regulamentação do Programa Nacional de Ater, influenciando as orientações de descentralização da assistência técnica e a introdução do enfoque agroecológico nas proposições do Programa. Na área da pesquisa em ciências agrárias, a negociação do GT com a Embrapa resultou na elaboração do *Marco Referencial para a pesquisa em Agroecologia* e a constituição do Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa, um espaço de interlocução entre a empresa e as organizações da sociedade civil (ANA, 2008).

Esses exemplos ilustram como os GTs têm sido um canal essencial e funcional de expressão e de enfrentamento na cena política dos consensos alcançados na ANA em torno de temas centrais de sua agenda. Como no caso de grande parte das organizações da sociedade civil, as expectativas políticas geradas em torno ao primeiro governo do Presidente Lula se refletiram na ação dos GTs, que viveu uma fase de certa dependência ou de ação reflexa em relação às iniciativas, às pautas e aos canais de discussão propostos pelas instituições de governo. Num segundo momento, tendo a ANA produzido a crítica compartilhada dessas amarras e limitantes, os GTs reativaram sua capacidade e sua vocação de produzir autonomamente propostas de políticas na confluência com as inovações geradas localmente pelos produtores e produtoras rurais. No entanto, apesar do caráter ágil dos GTs para ensejar a incorporação de novos temas às pautas de discussão e a busca de novos consensos – como é o caso mais recente do tema da agroenergia –, outros temas cruciais – como as mudanças climáticas, a organização dos mercados e a territorialidade da Reforma Agrária – têm ainda ficado à margem dos espaços de formulação e debate.

Por outro lado, em que pese o adensamento do debate interno e a diversidade dos âmbitos em que ele tem lugar e em que consensos são positivamente construídos, o tratamento dos temas exibem certo paralelismo e segmentação, com decorrente perda da capacidade de otimizar a reflexão e a produção de sínteses. Isso coloca na ordem do dia a necessidade de aprimorar os mecanismos de sistematização em rede, de forma a que sínteses abrangentes sejam formuladas e deem corpo e visibilidade social às propostas da ANA para o enfrentamento da crise socioambiental por meio de um projeto alternativo que, construído em aproximações

sucessivas, expresse em seus fundamentos um ponto de vista integrador das novas racionalidades que devem dinamizar a organização socioeconômica e ecológica do mundo rural brasileiro.

Foco nas inovações locais

A centralidade das experiências de inovação local no enfoque de ação da ANA em plano nacional e o fomento à interatividade entre as dinâmicas sociais envolvidas com a promoção da Agroecologia nos estados e nas regiões são pressupostos metodológicos fundantes do campo agroecológico. Ainda que nem todas as organizações vinculadas à ANA exercitem individualmente esse enfoque, as iniciativas de caráter coletivo (como os ENAs e as atividades dos GTs temáticos) têm primado por situar as experiências conduzidas localmente como ponto de partida e de chegada para a interação entre as práticas sociais de transformação do meio, a produção compartilhada de conhecimentos e os processos político-organizativos que conferem à Agroecologia sua dimensão de movimento social. Tal concepção de construção do campo agroecológico tem retirado progressivamente o foco das relações estritamente interinstitucionais, passando a destacar o aprendizado decorrente das experiências concretas como elemento comum e como objeto principal para as interações em rede.

Esse enfoque vem sendo crescentemente reconhecido e incorporado como um método capaz de valorizar as diversidades das experiências e de seus contextos territoriais para então criar ambientes propícios para a construção de convergências em torno a estratégias e propostas de ação articulada.

O emprego desse método vem produzindo resultados fecundos no que se refere à renovação e ao fortalecimento do movimento agroecológico brasileiro. Ele permite *colar* as dinâmicas de rede à experimentação social e às estratégias de resistência e inovação que elas suscitam implicitamente na grande diversidade de situações em que são conduzidas. O crescimento da ANA, por sua vez, permitiu que essas diversidades não só fossem reconhecidas, como também passassem a dar sentido à construção de um projeto conjunto de desenvolvimento rural.

Em primeiro lugar, o enfoque é inovador. Ele atribui às experiências concretas e aos seus promotores um papel de protagonistas das dinâmicas em rede, reiterando a concepção central de que a constituição de uma articulação nacional deve ser orientada *de baixo para cima*, a partir das iniciativas locais de promoção da Agroecologia nos diferentes biomas. Além disso, ao se fundamentar em estratégias de resistência e de inovação profundamente enraizadas nos conhecimentos e altamente ajustadas aos respectivos contextos, o método fortalece a capacidade dos atores que dinamizam as organizações e redes locais de construir arranjos políticos que lhes permitam cimentar coesões locais e influir sobre as políticas.

Em segundo lugar, o exercício e o aprimoramento desse enfoque por movimentos sociais e redes vinculadas à ANA têm contribuído para a ruptura com abordagens generalizadoras que subestimam ou mesmo desconhecem as estratégias e propostas inscritas nas diversificadas formas com que as populações locais enfrentam seus problemas e constroem e defendem suas identidades.

Esse modo de ação, reflexão e exercício coletivo da ANA vincula-se diretamente à essência da proposta agroecológica enquanto enfoque portador de novos conceitos

e métodos para a leitura e a ação sobre a realidade. Por outro lado, desafia as organizações e redes a uma permanente revisão e aperfeiçoamento de seus métodos de ação de forma a valorizar em suas estratégias as capacidades políticas e de inovação que se exprimem nos territórios nos quais atuam.

A enorme diversidade de contextos ambientais e socioculturais, de métodos e práticas de manejo dos recursos naturais também cobra das organizações e redes um esforço sistemático para desenvolver e aprimorar o próprio conceito de Agroecologia tal como ele emerge das práticas sociais, de forma que *faça corpo* com elas e ganhe concretude como instrumento de conhecimento e de transformação da realidade. Sem a referência a um conceito funcional socialmente construído que permita a leitura compartilhada da realidade imediata e que inspire a coerência de um projeto mais amplo de desenvolvimento rural, as experiências são destituídas de sua dimensão epistemológica, permanecendo na invisibilidade e deixando de alimentar o processo sociopolítico.

Como ciência da agricultura sustentável, a Agroecologia se expressa também como uma ciência dos lugares. Seu conceito geral só ganha, assim, plena significação quando é objetivado em condições específicas e ao se aprimorar e se reconstruir permanentemente no confronto com a própria realidade. Ao se objetivar e *fazer corpo* com as condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências inovadoras, o conceito de Agroecologia se torna *concreto* e só nessa medida poderá ser reconhecido como funcional e apropriado pelos que o manejam. Sem essa passagem do geral ao específico, o conceito permanece opaco como teoria transformadora, e se desvirtua como um conjunto normativo cristalizado e indistinto, sem vínculos com as práticas sociais concretas, enfim, uma ideia à procura de ilustrações na realidade.

É exatamente essa unidade da metodologia de acercamento das experiências com o conceito da Agroecologia que permite que o conhecimento que ela aporta não seja entendido como uma imposição externa ou como meras ideias incapazes de se inserir nas práticas sociais, de produzir conhecimentos pertinentes e de contribuir para a emergência de forças materiais transformadoras. É nessa medida que os conhecimentos científicos da Agroecologia deixam de ser percebidos como expressão de verdades universais inquestionáveis forjadas nos centros de pesquisa para serem incorporados como insumos para a inovação local. Da mesma forma que não há conceito sem método que o objetive, não há método sem um conceito que lhe dê sentido.

O encontro do método de *ancoragem nas experiências* com a teoria da Agroecologia alicerçada nas condições dos lugares tem se traduzido em processos sociais fecundos e inovadores de desenvolvimento local. Por exemplo, o conceito de *convivência com o semiárido*, proposto pelas organizações associadas à Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil), consagrou-se como fundamento de uma estratégia de desenvolvimento para o bioma da Caatinga. A partir dele, tem se dado uma forte e frutífera interação entre as práticas sociais de inovação e os conhecimentos da Agroecologia no aprimoramento de sistemas agrícolas produtivos, biodiversos, multifuncionais e resilientes.

Por outro lado, em comunidades de produtores familiares com identidades peculiares, como no caso dos sistemas agroextrativistas, a Agroecologia ainda não foi percebida ou reconhecida como um conjunto de conhecimentos assimiláveis e



que podem fortalecer as racionalidades ecológicas que subentendem o manejo dos bens da natureza pelas comunidades.

Sob o fogo cerrado do agronegócio em todo o Brasil, o movimento em curso de ressignificação do agroextrativismo se associa à afirmação de novas identidades socioculturais que correspondem a demandas específicas de políticas públicas e à constituição de novas institucionalidades. O caráter eminentemente político desse movimento, em resposta às condições adversas que enfrenta, pode levar à interpretação da Agroecologia como uma *outra bandeira de luta* ou como uma *outra causa* que, embora convergente, tem atores, institucionalidades e meios de ação próprios. Na medida em que as práticas do agroextrativismo são fontes inspiradoras da ciência da Agroecologia, esse distanciamento representa, de certa forma, um desencontro da Agroecologia com ela mesma. Essa situação requer, portanto, um aprofundamento do papel e do lugar que ela ocupa enquanto ferramenta de conhecimento para a ação, que não tem vigência histórica fora dos espaços físicos e socioculturais em que são produzidas e reproduzidas as experiências e os saberes dos produtores e das produtoras. Ao contrário, a Agroecologia é parte deles e com eles interage, de forma a gerar conhecimentos compartilhados que sejam percebidos e apropriados pelos produtores, não como vindos de fora, mas como construções originadas a partir das lógicas que organizam seus conhecimentos prévios (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004).

Ao se objetivar e *fazer corpo* com as condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências inovadoras, o conceito de Agroecologia se torna concreto e só nessa medida poderá ser reconhecido como funcional e apropriado pelos que o manejam. Sem essa passagem do geral ao específico, o conceito permanece opaco como teoria transformadora, e se desvirtua como um conjunto normativo cristalizado e indistinto, sem vínculos com as práticas sociais concretas, enfim, uma ideia à procura de ilustrações na realidade

Se for pertinente a suposição de que, nessas situações, a Agroecologia é entendida ou considerada como uma *causa externa*, cabe também interpelar o campo agroecológico sobre a construção social de sua própria imagem. Em outras palavras: é preciso avaliar como o campo agroecológico tem expressado socialmente a natureza

da unidade superior pela qual milita, ao propor a convergência e defender simultaneamente a integridade e a autonomia das identidades socioculturais dos atores que o integram.

Trata-se de uma reflexão necessária para que o campo agroecológico e a ANA, como sua principal expressão organizada, cumpram com êxito sua trajetória de plataforma agregadora de forças que, a partir de seus lugares e de suas identidades, compartilham o esforço de construir unidades em torno de um novo projeto de desenvolvimento rural.

Desafios

Ao ser reconhecida como enfoque científico e fundamento da gestão produtiva dos ecossistemas, bem como por sua expressão sociopolítica, a Agroecologia inscreve-se atualmente na sociedade brasileira como uma alternativa viável e sustentável às formas dominantes de organização técnica e socioeconômica do mundo rural. No universo dos atores sociais e das instituições vinculadas à problemática do desenvolvimento rural, ficou para trás a percepção da Agroecologia como mera manifestação de ideias tão generosas quanto românticas de alguns poucos.

A ANA não foi a primeira, não é a única nem será a última, mas certamente, ao longo de seus sete anos de existência, tem sido a mais importante e ampla expressão organizada do campo agroecológico. Concebida como uma rede de redes e de organizações, ela se estruturou e fundamenta sua vitalidade na confluência de vontades coletivas de pavimentar os caminhos do campo agroecológico e contribuir para que ele se amplie e se fortaleça no País.

Ao mesmo tempo em que tem cumprido uma trajetória agregadora de forças sociais muito diversas e nacionalmente dispersas, a ANA reproduz e encerra os desafios que estão colocados à consolidação do campo agroecológico e sua progressiva constituição como movimento. Para superá-los, é preciso estimular a intensificação dos fluxos de conhecimento e de informação em rede e a ação política articulada no plano nacional. Nesse sentido, cabe à ANA apoiar o processo de construção de uma identidade comum na qual se reconheçam os numerosos movimentos e organizações atuantes na promoção e no exercício de uma agricultura ecológica e democrática no Brasil. Afinal, é a construção dessa identidade que cimentará a expressão nacional de um movimento de tamanha complexidade e diversidade. Trata-se de uma identidade moldada e exercitada num nível superior, cuja vocação é de se constituir como a expressão concentrada de múltiplas identidades socioculturais, políticas e institucionais de atores coletivos envolvidos com a promoção do enfoque agroecológico. O fator de coesão que tem permitido a construção progressiva de sínteses dessas identidades é a defesa compartilhada de um projeto de transformação do mundo rural brasileiro, nas dimensões local, regional e nacional, cujos princípios comuns vão sendo assumidos em níveis crescentes pelos atores sociais mobilizados desde suas realidades locais. O que empresta maior amplitude aos desafios colocados é o fato de que tal projeto não se circunscreve às expressões sociopolíticas da ruralidade, mas diz respeito e demanda o envolvimento de toda a sociedade.

Apesar desses desafios para a consolidação do movimento, diversos estudos realizados no Brasil (ORTEGA, 2005; GOMES DE ALMEIDA, 2005) e pesquisas internacionais de grande amplitude (IAASTD, 2008) têm evidenciado que os sistemas

familiares de base agroecológica são superiores aos sistemas do agronegócio, não apenas nas dimensões ambiental e da equidade social. Eles alcançam também elevada produtividade relativa e altas taxas de rentabilidade econômica, demonstrando capacidade técnica e econômica para suprir as demandas sociais em termos de uma produção diversificada, de qualidade e a preços comparativos favoráveis.

Essas evidências empíricas (que deveriam ser mais sistematicamente levantadas e difundidas pelas redes e organizações do campo agroecológico), respondem consistentemente às interpelações correntes sobre a eficiência produtiva da Agroecologia para o abastecimento da população em grandes escalas. Ao mesmo tempo, confirmam a necessidade de deslocar as prioridades do debate sobre modelos de desenvolvimento para o âmbito da política. Isso introduz o primeiro desafio ao campo agroecológico e à ANA, especificamente: a necessidade de reorientação das políticas públicas e de reformulação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento para que os processos de inovação agroecológica ultrapassem o atual estágio de experiências isoladas e socialmente pouco visíveis e possam expandir suas escalas de abrangência social e geográfica aos territórios do país inteiro (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004).

Esse desafio convoca o campo agroecológico para um esforço que faça confluir a diversidade de suas inserções socioambientais para a produção de sínteses que traduzam os conhecimentos gerados a partir das experiências locais e que projetem propostas mais amplas de políticas públicas que, simultaneamente, demarquem um claro divisor de águas com os pressupostos reducionistas e excludentes do agronegócio e deem suporte à expansão da produção familiar de base agroecológica. Trata-se de entrar na disputa pela *leitura* da crise sistêmica, socioambiental, econômica, energética, alimentar e ideológica, atribuindo-a ao agronegócio, e produzir propostas abrangentes que evidenciem para a sociedade o papel positivo que pode ter a Agroecologia na promoção de padrões de desenvolvimento rural sustentáveis que respondam às necessidades do conjunto da população.

Os progressos alcançados na construção de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento rural no Brasil têm se associado sistematicamente às iniciativas de organizações da sociedade atuantes no nível local. A não ser em casos excepcionais, as instituições do Estado estão organizadas para dar sustentação técnica, econômica e política ao modelo do agronegócio. Nesse contexto de dissintonia entre as demandas da sociedade e as orientações das políticas públicas, as organizações e redes envolvidas na produção e na promoção da Agroecologia apontam para a necessidade de fortalecer e ampliar uma cultura política fundamentada numa nova concepção do público. O domínio do público deixa de ser percebido como campo exclusivo da ação do Estado para envolver também os espaços onde se exprimem e se exercitam os interesses e projetos gerados no seio da sociedade. Trata-se aí de uma condição essencial para que continuem sendo implementados processos massivos e capilarizados de experimentação de novos padrões de desenvolvimento, de produção de conhecimentos e de construção de políticas alternativas que alimentem capacidades e novos mecanismos de regulação das relações sociedade-Estado numa dinâmica cumulativa e sinérgica a partir dos locais.

O amadurecimento de uma nova concepção sobre o domínio do público é também um pressuposto para a construção de autonomias que permitam ao campo agroecológico produzir e gerir políticas, ou seja, *pautar* propostas próprias, em vez de

ser *pautado* pelas prioridades e métodos de formulação e implementação de políticas do Estado. Ao mesmo tempo, essa nova concepção se traduz na necessidade de manter e cultivar uma postura permanente de denúncia do caráter excludente e antiecológico das políticas sustentadas pelo Estado na área do desenvolvimento rural.

O segundo desafio, estreitamente ligado ao primeiro, se expressa na necessária incorporação de amplos segmentos da sociedade brasileira ao processo de construção de uma consciência social crítica e ativa face aos impactos negativos do modelo hegemônico de desenvolvimento rural sobre os modos e meios de vida da população e sobre o patrimônio ecológico do país (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004).

Numa sociedade com níveis crescentes de integração econômica e política e de forte urbanização como a brasileira, as questões e os projetos que mobilizam o campo agroecológico tendem a ser cada vez menos visualizados como *problemas rurais*, que não se resolvem apenas *no e a partir do campo*. As mudanças nos padrões dominantes da organização socioeconômica e ecológica do campo brasileiro e nas concepções que orientam o desenvolvimento rural não se processarão sem que sejam assumidas pelos segmentos majoritários da sociedade como parte constitutiva de um projeto próprio de Nação.

A construção de alianças estratégicas entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil – tanto no meio urbano quanto no rural – apresenta-se assim como crucial para o fortalecimento da capacidade política da sociedade para expressar e defender um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize as políticas macroeconômicas com as políticas de desenvolvimento rural numa perspectiva de promoção da sustentabilidade socioambiental. Além de ser imperativa para que o enfoque agroecológico faça seu caminho e se amplie como movimento social, a mobilização desses mediadores coletivos torna necessária a atualização dos conceitos e métodos até então trabalhados pela expressão pública da Agroecologia. Situados nas interfaces entre a proposta agroecológica e outros campos de atuação específica, como os movimentos da economia solidária, de consumidores e de defesa do meio ambiente; as organizações das áreas de educação e saúde; os sindicatos de trabalhadores urbanos, dentre outros, esses mediadores sociais coletivos são também portadores de novos sentidos e de novas propostas a serem incorporados pelo campo agroecológico. Essa confluência de atores à promoção da Agroecologia na sociedade, a partir de questões e de lugares sociais distintos, concorre também para que o campo agroecológico fale para a sociedade a partir de seus lugares e de suas problemáticas específicas, prevenindo o risco e o equívoco de focar ou transmitir uma percepção da Agroecologia como um projeto social *em si* ou como uma ideologia com ambições totalizantes.

A desconstrução dos mitos associados à modernização das relações de produção no campo também é crucial para que essas alianças estratégicas se efetivem. Apesar das evidências empíricas e científicas já bem documentadas e de uma consciência ecológica difusa que toma corpo na sociedade, o potente sistema ideológico da Revolução Verde permanece profundamente enraizado no imaginário e nas percepções sociais relacionadas à produção e ao consumo nas cidades e no campo. Ele se apresenta como referência única de progresso e de modernidade, caucionada pelo conhecimento científico e pela evolução tecnológica. Sendo assim, a ampliação da crítica ao modelo de desenvolvimento rural vigente e, sobretudo, a proposição de alternativas em termos de sustentação social e política devem constituir uma das preocupações centrais do campo agroecológico. Ou seja: é preciso *romper a casca* do campo agroecológico para estabelecer fluxos de intercomunicação com a sociedade, construindo uma percepção positiva da agricultura familiar, tanto em sua dimensão econômico-produtiva e dos serviços ambientais quanto como um valor societal e cultural a ser defendido e preservado.

Para atingir seus objetivos, a ANA é permanentemente confrontada por um terceiro desafio, de manter e desenvolver uma cultura de rede aberta, fundada na horizontalidade, na autonomia de seus membros e na capacidade de integração da multiplicidade de atores que a compõem: redes locais, redes mediadoras regionais, movimentos sociais e o próprio campo agroecológico em sua expressão coletiva no plano nacional. Como uma rede, a ANA fundamenta seu equilíbrio, sua vitalidade e seu dinamismo na adesão proativa e na capacidade de iniciativa das partes para tecer sinergias, produzir convergências e agregar valor sociopolítico coletivo a novos sentidos, propostas e ações desenvolvidas. Seu papel não é o de formular e executar estratégias de forma centralizada, nem substituir ou coordenar as redes multiformes existentes nos níveis local e regional. Sua existência se exprime e se justifica como uma plataforma de agregação de redes e organizações diversas para que, juntas, possam construir novas e crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural no país (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004).

Para cumprir esse papel, cabe à ANA se prevenir contra fatores inerciais que podem conduzir à criação de institucionalidades cristalizadas e aparelhos organizativos hierarquizados que tendem mais à emissão do que à recepção de mensagens, propensos à verticalidade mais do que à horizontalidade. Ao contrário de uma rede fundada numa cultura de diversidade, de autonomia e de sinergia, as estruturas organizativas cristalizadas acabam por assumir vida própria, sendo percebidas como instituições exteriores à própria rede.

Até agora a ANA tem obtido êxito na construção de seu campo próprio de ação, prevenindo-se contra riscos desse tipo. Ao estabelecer no âmbito das coordenações e de seus grupos de trabalho um ambiente positivo para o debate sobre estratégias de ação, tem conseguido divisar os campos das diversidades e ativar espaços de convergência. Por outro lado, a ANA tem se mantido no *caminho das experiências inovadoras*, fontes inspiradoras de ensinamentos e conhecimentos que pavimentam a vitalidade da rede e sua capacidade de elaborar propostas compartilhadas de desenvolvimento rural. Essa é uma condição vital para que essas propostas expressem a unidade na diversidade dos *projetos sociais* dos diferentes atores e sejam por eles reconhecidas e legitimadas.

Sílvio Gomes de Almeida
Diretor Executivo da AS-PTA
silvio@aspta.org.br

Referências bibliográficas

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política**. II Encontro Nacional de Agroecologia, Recife, 2006.

_____. **Relatório de Atividades**. Rio de Janeiro, 2008.

GOMES DE ALMEIDA, Silvio. A agricultura alternativa em construção. **Alternativas**, AS-PTA, Rio de Janeiro, p. 1-6, 1991.

_____. Transição para a Agroecologia: a experimentação social faz o caminho. **Anais do I Encontro Nacional de Agroecologia**, Rio de Janeiro, ANA, 2002.

GOMES DE ALMEIDA, S. Editorial. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 2, n. 3, outubro 2005.

IAASTD – Evaluación Internacional del papel del Conocimiento, la Ciencia y la Tecnología en el Desarrollo Agrícola **Resumen de la evaluación mundial preparado para los responsables de la tomada de decisiones**, 2008.

ORTEGA, E. et al. **From emeryg analysis to public policy**: soybean in Brazil, Unicamp, Campinas, s/d.

PETERSEN, P. e GOMES DE ALMEIDA, Silvio. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão preliminar). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.



A construção de uma Ciência a serviço do campesinato

85

Paulo Petersen, Fábio Kessler Dal Soglio e
Francisco Roberto Caporal

A crescente abertura de espaços para a perspectiva agroecológica nas instituições brasileiras de ensino, pesquisa e extensão, revela a existência de sinais de mudança na academia frente aos efeitos negativos da modernização agrícola sobre a sociedade e a natureza. Se esse processo ainda não foi capaz de reorientar as concepções e práticas das instituições, as sementes dessa mudança encontram-se amplamente disseminadas e germinam pela ação de educadores, pesquisadores e extensionistas que, individual ou coletivamente, inovam na forma de entender e de participar da produção e da socialização de conhecimentos para o desenvolvimento rural.

A origem dessa mudança na academia é contemporânea à própria implantação do projeto de modernização agrícola, sendo representada pelas atitudes de profissionais que defendiam a necessidade de uma Ciência e uma *práxis* capazes de superar os impasses e danos socioambientais provocados pela Revolução Verde. A ação desses profissionais contribuiu para o progressivo delineamento dos contornos conceituais, metodológicos e técnicos da *agricultura alternativa*, proporcionando maior consistência teórica e maior capacidade de análise e intervenção na realidade aos profissionais que se identificavam com esse movimento de resistência e crítica à industrialização da agricultura.

Um fator determinante nessa evolução foi a chegada ao Brasil, no final da década de 1980, dos conceitos e princípios da Agroecologia. Ao situar a tecnologia no universo social, cultural, ambiental e econômico da agricultura, o enfoque agroecológico possibilitou a ampliação do escopo de abordagem dos problemas rurais, contribuindo para o questionamento do viés produtivista das ciências agrárias e para a mobilização do interesse e do engajamento de setores das ciências humanas e naturais na construção do novo paradigma.

Uma das inovações determinantes da Agroecologia em relação às ciências agrárias convencionais vem do seu reconhecimento da existência de racionalidades ecológicas nos modos camponeses de produção. Segundo a perspectiva agroecológica, essas racionalidades expressam estratégias de produção econômica e reprodução socioambiental, resultantes da capacidade das populações rurais de ajustar seus meios de vida aos ecossistemas em que vivem e produzem. Portanto, estão longe de ser a manifestação de atraso cultural a ser superado, tal como apregoadado pela ideologia da modernização. Esse reconhecimento da importância dos saberes locais e da capacidade de agricultores e agricultoras familiares de gerar novidades trouxe para a Agroecologia implicações epistemológicas de largo alcance, uma vez que seu desenvolvimento como abordagem científica nega o positivismo lógico que descarta todo e qualquer conhecimento que não seja validado pelo método científico convencional cartesiano.

Partindo desse embasamento, a construção do conhecimento agroecológico se faz pela articulação sinérgica entre diferentes saberes e recoloca a inovação local como dispositivo metodológico necessário para a criação de ambientes de interação entre acadêmicos(as) e agricultores(as). Nessa ordem de ideias, o avanço da Agroecologia como paradigma científico exige a substituição do modelo diretivo e vertical adotado pelo difusionismo tecnológico por um modelo construtivista, baseado no diálogo de saberes. Mais do que mudanças nas atitudes individuais dos atores envolvidos, o exercício e o desenvolvimento dessa abordagem interpela diretamente as instituições científico-acadêmicas, suas formas de organização e suas concepções para a ação.

Nesse processo de construção de uma nova perspectiva científica, as próprias organizações da agricultura familiar são chamadas a assumir funções na dinamização de redes sociotécnicas capazes de mobilizar agricultores(as) e comunidades em torno aos processos de inovação agroecológica. Felizmente, a experiência brasileira nesse campo também é rica em iniciativas construídas pela sociedade, notadamente junto a organizações da agricultura familiar. A incorporação da crítica à agricultura industrial por essas organizações vem ocorrendo à medida que, para elas, se evidencia que o acesso a políticas orientadas à disseminação desse estilo de agricultura não assegura as condições de reprodução sociocultural, econômica e ambiental das unidades familiares. Nessa evolução, a preocupação com a sustentabilidade da produção familiar vem sendo assumida pelos movimentos sociais do campo como nova dimensão política que se associa e enriquece as históricas lutas do campesinato por terra e por direitos básicos de cidadania.

A tradução prática da visão agroecológica nos movimentos sociais do campo se expressa em duas frentes de resistência que se complementam mutuamente. De um lado, nas lutas contra políticas públicas que amparam e estimulam a expansão da agricultura industrial. De outro, no estímulo a dinâmicas sociais voltadas à experimentação agroecológica. Ambas as frentes integram-se como faces de uma mesma moeda, evidenciando que a Agroecologia pode ser apreendida simultaneamente como enfoque científico e como movimento social.

A articulação entre as trajetórias da Agroecologia nas instituições acadêmicas e nas organizações da sociedade civil apresenta-se, na atual conjuntura histórica, como desafio central para que o paradigma agroecológico seja ampla e efetivamente incorporado como eixo orientador de transformações da agricultura brasileira e dos

caminhos do desenvolvimento rural. Baseado nessa premissa, este artigo propõe um ponto de vista sobre a evolução do pensamento agroecológico nas instituições brasileiras de ensino, pesquisa e extensão, procurando indicar alguns pontos críticos que se apresentam no horizonte imediato.

Tradição esquecida: caminhos e descaminhos das ciências agrárias

Assim como os barcos serviam à Humanidade muito antes de Arquimedes sistematizar a lei do empuxo, a agricultura já se estabelecia como importante atividade humana milênios antes da institucionalização das ciências agrárias, no final do século XIX. Mesmo na atualidade, não podemos afirmar que o desenvolvimento da agricultura é resultado exclusivo do progresso científico, como procuram fazer crer os arautos da industrialização da agricultura e do difusionismo tecnológico. Como artifício ideológico, pregam a negação do papel dos(as) agricultores(as) como agentes da produção e de disseminação de novidades, com isso procurando deslegitimar todo e qualquer conhecimento não-científico e reservando à comunidade acadêmica o monopólio da geração e da difusão de tecnologias.

Entretanto, a desvinculação entre as ciências agrárias e os procedimentos de inovação local não deve ser encarada como um aspecto inerente à própria atividade científica. Originalmente, as novidades geradas por agricultores eram reconhecidas e valorizadas pelas ciências agrárias. Desde Columella, o agrônomo romano que sistematizou os conhecimentos agrícolas de sua época, até meados do século XIX, as tecnologias de manejo eram fortemente condicionadas pelas realidades peculiares dos agroecossistemas, sendo vistas como expressões da coevolução entre o ambiente natural e as perspectivas, interesses, valores e conhecimentos das comunidades locais. Assim concebidas, as ciências agrárias evoluíram e se consolidaram a partir de estreita relação com os conhecimentos dos agricultores, sendo a agricultura compreendida como a *arte da localidade* (PLOEG, 1990).

A disjunção entre as ciências agrárias e as especificidades ambientais e socio-culturais que compõem os territórios rurais se deu à medida que, na modernidade, os mercados assumiram papel preponderante como componente de regulação da sociedade. Entre outros efeitos, a modernização da agricultura retirou do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que ao mesmo tempo expropriou o saber-fazer das comunidades rurais e transferiu esse poder para as corporações do agronegócio transnacional. Dessa forma, a dependência tecnológica converteu-se em invasão cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e promovendo a desconexão da agricultura com relação aos ecossistemas, às comunidades e ao consumo de alimentos.

A tecnociência agrícola e os mercados agroalimentares: uma relação coevolutiva

A emergência e a rápida disseminação de uma perspectiva *desterritorializada* nas ciências agrárias acompanharam, na segunda metade do século passado, a inusitada expansão da economia mundial, com o incremento dos fluxos de capital e de mercadorias por todo o planeta. Nesse caso, a união da tecnologia agrícola com a ciência se fez sob a égide dos complexos agroindustriais que, justamente graças à técnica e à

ciência, globalizaram-se a montante e a jusante da agricultura. Por intermédio desse processo, as ciências agrárias e os mercados agroalimentares globalizados ingressaram em uma trajetória de retroalimentação. Enquanto a ciência desenvolve os padrões tecnológicos necessários para que os mercados operem em escalas crescentes, os mercados direcionam os rumos da inovação científica e tecnológica para permitir a crescente realização dos lucros e a acumulação de capital.

Essa dinâmica de retroalimentação entre ciência e mercados agrícolas foi o fator determinante para a disseminação e a sustentação do modelo baseado na concentração da terra, na especialização e na homogeneização produtiva dos territórios rurais, representado pelas monoculturas e pelos criatórios industriais intensivos. Isso porque a expansão da lógica econômica de tendência estruturante e fundada no crescimento das escalas de produção depende da contínua geração de técnicas e padrões normativos por parte da comunidade científica para que os processos produtivos e regras institucionais sejam progressivamente uniformizados, assegurando assim um crescente controle do capital sobre o mundo natural e o mundo social.

No presente contexto de hegemonia política e financeira dos mercados agroalimentares globalizados, a reprodução dos mecanismos de apropriação capitalista das riquezas sociais e naturais depende de uma corrida tecnológica desenfreada e do controle monopolista da inovação, assegurado por novos marcos legais de propriedade intelectual. Podemos depreender com isso, que os atuais avanços nas áreas da biotecnologia agrícola e da nanotecnologia, promovidos com tanta ênfase pelas corporações transnacionais do agronegócio, não encontram outra razão de ser que não a busca pela crescente apropriação privada das riquezas socialmente geradas.

Motivada por essa racionalidade focada em lucros de curto prazo e colocada a serviço da acumulação do capital, a inovação tecnocientífica na agricultura apresenta-se como instrumento de poder determinante para assegurar a contínua e crescente exploração dos recursos sociais e naturais dos territórios rurais. Essa exploração impõe custos socioambientais elevadíssimos para toda a sociedade, uma vez que os limites dos recursos naturais, a fragilidade dos ecossistemas assim como o bem-estar social não são variáveis consideradas na orientação do progresso tecnológico.

A força ideológica da modernidade

Apesar das contradições engendradas pela modernização agrícola, sua permanência e aprofundamento não podem ser compreendidos sem a consideração das poderosas bases ideológicas que lhe dá sustentação no plano das mentalidades. De fato, sem a difusão de um sistema de valores positivos que caucionou ideologicamente a Revolução Verde, provavelmente todo o investimento político e financeiro – e, em alguns casos, militar – realizado pelos Estados nacionais nessa direção teria sido insuficiente. Noções como *modernização*, *progresso técnico-científico*, *eficiência produtiva* e mesmo *crescimento econômico*, foram utilizadas como alavancas ideológicas poderosas e indispensáveis para que as rápidas e profundas transformações promovidas na agricultura fossem reforçadas perante o conjunto da sociedade e adotadas acriticamente como algo desejável *per se*.

No jogo de legitimação da agricultura industrial, a Ciência foi convocada a exercer um papel essencial, mesmo que para isso alguns de seus agentes eventualmente se valessem de análises tendenciosas – portanto não-científicas – da realidade. A



afirmação, por exemplo, de que os dilemas alimentares das modernas e futuras sociedades não podem ser equacionados sem o emprego das modernas tecnologias em larga escala é um dos mais frequentes artifícios de retórica empregados nesse sentido. Junto a ele associam-se outras narrativas, tais como a de que *os alimentos nunca foram tão seguros como hoje* e a de que *são inexistentes os riscos relacionados ao emprego da transgenia na agricultura*. Embora não estejam comprovadas cientificamente, essas proposições permanecem sendo amplamente divulgadas como se fossem conclusões tiradas após o uso do rigoroso crivo do método científico.

Vale a pena aqui interromper a exposição de ideias para ilustrar esse perverso estratagema de apresentar argumentações essencialmente ideológicas como fatos científicos irrefutáveis. Recente documento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), elaborado por cinco cientistas que integram a Comissão Nacional de Biossegurança (CTNBio), expõe o artifício de forma límpida. *Em nome da verdade científica*, seus autores afirmam que *seria uma temeridade para o país, no século XXI, (...) que a diversidade de qualquer planta de grande interesse econômico estivesse na dependência de agricultores que não têm a mais vaga ideia de genética e que a preservação in situ é inviável*. Seguem assegurando que *é um desserviço que prestam ao país os que estimulam um pequeno agricultor brasileiro a continuar usando grãos de milho crioulo como semente, ao invés de utilizar sementes de uma cultivar melhorada pela Embrapa*. Isso porque *o pequeno agricultor, incentivado a plantar grãos dos chamados milhos crioulos como semente, produz menos de uma tonelada por hectare e assim estaria condenado à pobreza e a enfrentar todos os problemas advindos de uma má prática agrícola*. Para finalizar, a pérola maior: *o plantio de grãos no lugar de sementes pode ser antigo como defecar nos rios, mas não é compatível com o convívio entre cidadãos de uma sociedade moderna* (ANDRADE et. al., 2009).

As passagens acima servem como caricatura do viés arrogante e preconceituoso que grassa de forma despudorada na academia. O dramático nesse caso é a cautela dada pela mais importante instituição reguladora da ciência e da tecnologia do país, o Ministério de Ciência e Tecnologia.

Deixando de lado o mundano e o grotesco da situação, importa frisar que a lógica que sustenta esse tipo de concepção repousa na crença de que, com a contínua inovação tecnológica, a civilização caminha inexoravelmente para superar os *limites naturais* que impediram a expansão do progresso humano no decorrer da história. Ironicamente, são esses mesmos limites naturais e a expansão da miséria humana que hoje dão os sinais mais claros de que *essa crença não possui qualquer fundamento científico*. De fato, ao assumir o papel de caucionador ideológico dos modernos impérios agroalimentares, se valendo da retórica da necessidade de superação do atraso, a Ciência exerce nos dias de hoje função análoga à que cumpriu a Igreja ao abençoar os projetos de expansão imperial de Portugal e da Espanha nos séculos XIV e XV, fechando os olhos para as consequências atrozadas da modernidade que implantou.

A força ideológica da modernização agrícola que viabilizou a rápida expansão da agricultura capitalista mostrou-se tão profunda e abrangente que chegou mesmo a impregnar o pensamento revolucionário surgido da luta de classes e orientado para a destruição do capitalismo. A sua incorporação ao ideário revolucionário explica, em grande medida, os dramáticos impactos ambientais e sociais causados pela adoção da agricultura industrial de grande escala como modelo para o desenvolvimento rural na antiga União Soviética, nos países do leste europeu e em Cuba.

A despeito dessas dramáticas experiências históricas, os preceitos ideológicos da dependência científica e da homogeneidade tecnológica ainda permanecem enraizados nas mentes de lideranças políticas e institucionais, mesmo entre aquelas que militam pela justiça social e questionam a ordem capitalista no campo. A condução de pesquisas com transgenia realizadas pelo Estado cubano é uma das expressões atuais desse fenômeno. Essa crença inabalável na capacidade humana de dominar a natureza para colocá-la a serviço do bem estar das sociedades só pode ser explicada pela suposição da autonomia da ciência e da técnica com relação à política. O corolário dessa concepção, a qual muitos cientistas se aferram para justificar suas atividades, é a de que as técnicas são essencialmente neutras e que podem servir ao bem comum se o seu emprego estiver sob o controle social.

Assim concebidas, as modernas tecnologias agrícolas são apresentadas como se fossem regidas unicamente por uma racionalidade instrumental, ou seja, pelo seu caráter utilitário na busca de eficácia produtiva. Somente isso explica o fato de que quaisquer questionamentos à modernização tecnológica na agricultura e a sua atual orientação na direção da biotecnologia e da nanotecnologia logo sejam desqualificados como retrógrados ou românticos. Para os que assim raciocinam, a abdicação das pesquisas nesses campos do conhecimento significaria a perda do *bonde da história* e a condenação do país ao atraso. Seguindo nessa mesma *metáfora ferroviária*, esse entendimento parte da compreensão do progresso tecnológico como o avanço em um trilho que já está com o seu destino pré-determinado, cabendo aos *cientistas engenheiros* estruturar as melhores rotas. O argumento de que precisamos embarcar nesse trem para não ficar para trás na corrida tecnológica apoia-se exatamente na suposição determinista, como numa quiromancia, de que as ciências agrárias já estão com o seu destino traçado. E esse destino estaria relacionado ao completo controle sobre a natureza e suas indeterminações.

Em paralelo a essa crença do caminho único e inelutável do progresso científico, cabe ressaltar a poderosa influência psicológica que o deslumbramento com o avanço na capacidade de controle da natureza exerce tanto sobre os espíritos de cientistas quanto nas mentes de cidadãos comuns. Um exemplo notório desse fenômeno vem do fetiche exercido pelas técnicas de manipulação da vida e da matéria. De forma geral, os cientistas envolvidos nesses campos de inovação não admitem terem suas atividades questionadas nem mesmo diante dos insistentes alertas relacionados aos riscos ambientais e à saúde pública – previsíveis ou não – associados à aplicação tecnológica desses novos conhecimentos na agricultura. Ao adotarem essa perspectiva triunfalista, esses pesquisadores negam o *Princípio da Precaução* e estão sempre dispostos a dar um passo a mais em suas aventuras experimentais, nutrindo uma fé inabalável na capacidade da Ciência de contornar eventuais impactos negativos gerados pelo emprego de suas tecnologias. Agindo assim, concebem a Ciência como uma verdade divina.

A desmistificação da Ciência como atividade social autônoma dos contextos político-ideológico e cultural em que é realizada mostra-se, portanto, como condição essencial para que novos caminhos da inovação tecnológica sejam mais bem explorados. Em outras palavras, essa mudança dos rumos para o avanço da ciência e da tecnologia agrícolas pode ser compreendida como a ruptura com o paradigma que fundamentou a Revolução Verde e que, atualizado, fundamenta a Revolução Duplamente Verde, ou seja, a revolução biotecnológica.

Mas para que essa ruptura na base técnico-científica se processe é preciso ainda considerar outro fator – extratecnológico – que tem sido essencial para sustentar a legitimidade da agricultura industrial perante grandes parcelas da sociedade: a crença na inviabilidade do campesinato como base social da agricultura contemporânea.

Os ensinamentos camponeses necessários à agricultura do futuro

A agricultura familiar camponesa sempre foi mal compreendida. Ela vem sendo comumente definida como um anacronismo histórico, uma vez que não possuiria meios para superar os limites técnicos subjacentes aos recursos que têm à disposição para trabalhar. Com base nessa suposição, acredita-se que o seu futuro está condenado a ser uma repetição ininterrupta do seu passado. Por essa razão, o desaparecimento do campesinato, como vem sendo profetizado há mais de um século, seria uma consequência lógica do avanço da agricultura capitalista e da modernização tecnológica a ela associada. No entanto, os camponeses não só vêm contrariando esses prognósticos com a sua permanência durante todo o período da modernização, como os desafia com o desenvolvimento de novas formas de auto-criação diante do avanço físico e político-ideológico da agricultura empresarial capitalista em pleno século XXI.

A defesa da vigência histórica da agricultura familiar camponesa nos dias de hoje ainda é muito frequentemente interpretada como uma tendência do idealismo utópico. Mas essa vigência vem sendo construída no dia-a-dia pelo próprio campesinato, por meio de lutas silenciosas pelo controle de frações do território com vistas a reduzir o poder de apropriação das riquezas socialmente geradas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio.

Hoje, como sempre, essas lutas se expressam como respostas ativamente construídas pela agricultura familiar frente às situações de exclusão econômica e subordinação sociopolítica as quais ela costuma se confrontar (PLOEG, 2008). A flexibilidade de adaptação a contextos hostis com o objetivo de reproduzir o seu modo de vida é assegurada por meio da ativação de sua capacidade de inovar constantemente nas suas formas de organização e de uso dos recursos naturais disponíveis. Essa capacidade camponesa de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Ela se faz exatamente com base no controle inteligente dos recursos territoriais (naturais e socioinstitucionais) e funda-se na busca por melhores ajustamentos entre esses recursos e as aspirações das famílias e comunidades agricultoras.

Mesmo aquelas famílias que se submetem à lógica técnico-econômica da agricultura industrializada usam suas margens para inovação ao adaptarem às suas condições as prescrições oficiais para uso dos pacotes tecnológicos. Por essa razão, a tendência da agricultura familiar é a heterogeneidade e não a homogeneidade apregoada pelo modelo industrial (PLOEG, 1997).

É também por essa razão, que *repetição* e *rotina*, dois termos muito empregados para desqualificar o modo de vida camponês, não condizem em nada com o universo cultural da agricultura familiar. Ao contrário das novidades introduzidas de fora a partir da concepção do difusionismo tecnológico, a inovação camponesa não promove uma ruptura com o passado. Pelo contrário: a tradição é, literalmente, o caldo de cul-

tura para que a inovação exista, com o futuro sendo construído em estreita conexão com a história e com a cultura locais. Assim compreendida, a tradição apresenta-se como a plataforma a partir da qual um outro tipo de modernidade é projetado com base em raízes culturais que situam o campesinato no espaço e no tempo. Nesse sentido, há que se questionar o emprego corrente da noção de *tradição* como sinônimo de práticas sociais imutáveis pois, na realidade, cada agricultor/a ou comunidade constrói sua existência e a projeta para o futuro com base na memória biocultural herdada (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008).

Juntamente com a democratização dos meios de produção (a começar pela terra), a valorização desse potencial intelectual latente nas comunidades rurais se apresenta como elemento central para que a agricultura familiar camponesa tenha ampliada sua capacidade de oferecer respostas consistentes e sustentáveis aos dilemas da atualidade. Os dados recém divulgados do Censo Agropecuário são eloquentes a esse respeito (IBGE, 2009). Apesar da posição subalterna na qual a agricultura familiar vem sendo mantida no decorrer da história, ocupando presentemente apenas 24,3% das terras agrícolas, ela responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e produz a maior parte dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros. Essa realidade não chega a ser uma novidade para os que já vinham acompanhando a série histórica anterior. Mas um dado levantado no Censo 2006 chama a atenção para algo significativo: apenas 22% das famílias agricultoras recebem algum tipo de assistência técnica, o que sugere que as performances produtiva e econômica da agricultura familiar não podem ser explicadas sem o importante contributo do conhecimento popular.

É exatamente nesse ponto que a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento se articula com o debate sobre o papel e o lugar da agricultura camponesa nas sociedades contemporâneas. Consiste também no *locus* onde se encontram a Ciência da Agroecologia com o movimento agroecológico. Ao propugnar a recampesinização do mundo rural como a única alternativa viável para as múltiplas crises provocadas pela civilização industrial, os agroecólogos (sejam eles ativistas sociais ou cientistas) não têm em mente o retorno ao passado nem uma visão de futuro idílica.

Ao apontar novos rumos para o desenvolvimento científico e tecnológico, a Agroecologia fomenta a criação e o desenvolvimento de novos dispositivos metodológicos voltados para a produção de conhecimentos, de forma que os potenciais intelectuais de agricultores e agricultoras sejam valorizados em dinâmicas locais de inovação capazes de articulá-los com os saberes científicos institucionalizados. Em última instância, o enfoque agroecológico ressalta o fato de que a produção e transmissão de conhecimentos são atividades próprias do ser humano, exercidas individual ou coletivamente pelos elementos constitutivos de cada cultura. Reservar essas atribuições sociais a alguns poucos membros da sociedade, como é próprio do positivismo e do difusionismo tecnológico, representa o desperdício de aptidões cognitivas inerentes a todo e qualquer indivíduo. Sob essa perspectiva, o difusionismo pode ser considerado um método de gestão de conhecimento antiecológico e desumanizador (PETERSEN, 2007).

Como praticantes de um enfoque científico que questiona verdades estabelecidas tanto nas ciências agrárias (a possibilidade de controle da natureza) quanto nas ciências sociais (a inviabilidade da agricultura camponesa), os agroecólogos encontram-se diante de um duplo desafio: o aprimoramento das bases conceituais e metodológicas para a promoção do diálogo entre a sabedoria popular e o saber

científico; e a atuação política no sentido de promover transformação nas instituições científico-acadêmicas que permanecem aferradas ao paradigma técnico e metodológico disseminado pela Revolução Verde.

Esses desafios vêm sendo, aos poucos, melhor definidos e assumidos por um número crescente de profissionais que procuram criar novos referenciais de atuação por dentro e, de forma geral, à contracorrente das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural em que atuam. Essa evolução vem ganhando novos contornos nos últimos anos a partir de uma trajetória iniciada na década de 1980.

Do isolamento social à busca de sinergias: a criação da ABA-Agroecologia

Embora os efeitos negativos da modernização agrícola fossem percebidos desde os primórdios de sua implantação em larga escala no Brasil, a construção de uma crítica mais sistemática à Revolução Verde só veio a se delinear a partir do final da década de 1970. A conjuntura era ainda bastante desfavorável, pois em plena vigência da ditadura militar não havia espaço para o fortalecimento da cidadania e para a crítica ao modelo de desenvolvimento. Não obstante, setores progressistas, envolvidos na luta pela reconquista das liberdades civis, pela retomada dos processos organizativos dos movimentos sociais e pela intensificação do debate sobre as alternativas para o desenvolvimento, passaram a introduzir as problemáticas da exclusão social no campo e dos impactos ambientais causados pela Revolução Verde (em especial a questão dos agrotóxicos) na agenda de enfrentamento ao modelo dominante.

Nesse contexto político, algumas organizações de categorias profissionais, notadamente a dos engenheiros agrônomos, foram precursoras na elaboração de um ponto de vista crítico sobre a modernização na agricultura. Já em 1977, com a realização do 1º Congresso Paulista de Agronomia, a categoria manifestou a necessidade de se repensar a agricultura brasileira em face do agravamento da exclusão social engendrada pelo modelo tecnológico implantado. Além da dimensão social, a preocupação com os impactos ambientais começou a fazer parte de suas formulações políticas. Em 1979, por ocasião do XI Congresso Brasileiro de Agronomia, promovido pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab), os representantes da categoria assumiram explicitamente uma posição de crítica à modernização da agricultura e em defesa de *um novo modelo mais justo socialmente, baseado em processos de produção ecologicamente mais equilibrados*. Em 1981, com a promoção da Faeab e da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), realizou-se em Curitiba o 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA).

A atuação das associações de agrônomos e dos nascentes grupos de agricultura alternativa, organizados por estudantes de várias universidades, foi determinante para o sucesso de uma campanha para a aprovação de uma lei nacional de controle do uso dos agrotóxicos. Destaque-se que nesse período foi fortalecida a luta contra os agrotóxicos organoclorados, finalmente proibidos no início da década de 1980. Também merece atenção a importância de ações localizadas, como a que levou à promulgação pelo prefeito do município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, da primeira Lei de Agrotóxicos do país, proposta pela Sociedade de Agronomia daquela cidade e que serviu como base para a Lei de Agrotóxicos do estado.

Infelizmente, após alguns anos e EBAA, as organizações de representação dos engenheiros agrônomos foram dominadas politicamente por setores conservadores. Esse fato interrompeu a trajetória ascendente de influência desse setor organizado no debate sobre os rumos do desenvolvimento rural no Brasil, tendo prevalecido os enfoques vinculados à modernização conservadora, centrada na mudança da base técnica e social da agricultura.

Apesar do predomínio do paradigma da química agrícola nas instituições oficiais de pesquisa, já no início dos anos 1980 era possível identificar algumas importantes iniciativas isoladas de grupos de pesquisadores que se dedicaram ao desenvolvimento de métodos biológicos de manejo agropecuário. A tecnologia da fixação biológica de nitrogênio em cultivos de espécies leguminosas (tornando-os independentes do uso de fertilizantes nitrogenados), desenvolvida pela equipe da antiga Unidade de Pesquisa em Biologia do Solo (atual Embrapa Agrobiologia); o método de controle biológico da lagarta da soja (minimizando ou eliminando a necessidade de inseticidas), desenvolvido pela Embrapa; e as pesquisas em adubação verde conduzidas em diversos centros de investigação e universidades no Centro-Sul do país são exemplos que contribuíram para introduzir inovações técnicas na perspectiva de mitigar os efeitos ambientais negativos decorrentes dos sistemas modernos e de racionalizá-los economicamente. Apesar da emergência de sopros de renovação e questionamento no meio científico-acadêmico, a própria forma de organização do sistema de pesquisa agrícola fazia com que essas poucas iniciativas se mantivessem distantes das realidades das comunidades de agricultores familiares. Assim, ainda que pudessem beneficiar pontualmente as comunidades camponesas aqui e acolá, os resultados dessas pesquisas não chegaram a colocar em xeque a lógica produtiva difundida com a Revolução Verde.

No final dos anos 1990, a perspectiva agroecológica nas instituições científicas recebeu grande aporte com o regresso de muitos profissionais que haviam buscado formação específica nesse campo em escolas da Europa e dos Estados Unidos. A presença, nessas instituições, dos estudantes que na década anterior tiveram a oportunidade de participar dos grupos de agricultura alternativa certamente também exerceu grande influência no arejamento do pensamento e da prática das mesmas. O resultado concreto desse arejamento foi que desde então diferentes interações entre a academia e movimentos sociais e ONGs passaram a se estabelecer de forma mais sistemática. Muitas dessas interações avançaram para programas formais de pesquisa, ensino e extensão e contaram com apoio financeiro de instituições internacionais de fomento. Seja por experiências individuais ou por programas institucionais, a academia passou a dar mais atenção a essa perspectiva de análise e intervenção na realidade. Com isso, assistiu-se à ampliação do leque de pesquisa nas ciências agrárias e nas ciências sociais, conduzindo a uma abordagem sistêmica e ao exercício da interdisciplinariedade nos estudos sobre o desenvolvimento rural e sobre o redesenho de agroecossistemas.

Os avanços práticos e teóricos no campo acadêmico, porém, continuavam a operar sob um relativo grau de isolamento, o que dificultava a visualização dessa tendência emergente e a sua tradução em força social capaz de influenciar as orientações das instituições científicas. Essa constatação motivou a realização do I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia na cidade de Seropédica (RJ), em novembro de 1999. Promovido pela AS-PTA em parceria com a Embrapa Agrobiologia, a Pesagro e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o evento teve por objetivo exatamente

caracterizar o panorama da pesquisa em Agroecologia no Brasil. Para tanto, procurou identificar diferentes concepções e processos em curso na pesquisa agroecológica; os limites e potencialidades para a irradiação e a consolidação dessa abordagem nas instituições; e o sentido e a oportunidade de ações voltadas para a coordenação das iniciativas de diferentes instituições e/ou pesquisadores que vinham se dedicando a esse campo do conhecimento no país (PETERSEN e WEID, 1999).

Apesar da riqueza dos debates realizados, fruto do seu ancoramento em exposições de experiências concretas, o evento não se desdobrou em ações práticas. Por outro lado, teve a virtude de levar à constatação coletiva do potencial renovador das iniciativas em curso, chamando a atenção para a necessidade da criação e manutenção de um processo sistemático de articulação nacional que favorecesse o avanço conceitual, metodológico e político da Agroecologia nas instituições acadêmicas.

Praticamente de forma simultânea, outro espaço de articulação vinha sendo gestado a partir da oportunidade singular surgida no Rio Grande do Sul durante a gestão do governador Olívio Dutra (1998-2002). Capitaneado pela Emater-RS/Ascar, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Embrapa Clima Temperado, em associação com amplo e diversificado conjunto de organizações governamentais e não-governamentais gaúchas, esse ambiente deu origem aos Seminários Estaduais e Internacionais de Agroecologia, que vêm sendo realizados anualmente e de forma ininterrupta desde 1999 (ROCHA et al., 2005). A recorrência da realização desses encontros em Porto Alegre criou condições favoráveis para o amadurecimento de um espaço próprio da sociedade civil capaz de dar sustentação política a uma articulação permanente do campo científico-acadêmico envolvido na construção da Agroecologia no Brasil.

Ao mesmo tempo, tornava-se clara a ausência de espaços acadêmicos, como congressos e revistas especializadas, que promovessem a comunicação e o debate sobre trabalhos científicos nesse campo do conhecimento. Essa lacuna comprometia não só a construção da legitimidade da perspectiva agroecológica no universo científico, como também a ação profissional de acadêmicos e pesquisadores envolvidos.

A realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2003, concomitante ao V Seminário Estadual e ao IV Seminário Internacional, começou a atender a essa enorme demanda reprimida para a apresentação, publicação e debate de trabalhos científicos na área. A criação de uma sociedade científica que a partir de então assumisse a organização desses congressos foi uma importante deliberação tomada naquele momento. Logo no ano seguinte, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Agroecologia, também em Porto Alegre, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) foi confirmada em plenária. Com objetivo principal de *unir em seu quadro social todos aqueles que profissionalmente ou não se dediquem à Agroecologia e a Ciências afins* (estatuto da associação), a ABA-Agroecologia toma para si o desafio de manter e fortalecer os espaços científico-acadêmicos, como congressos e seminários, assim como promover a divulgação do conhecimento agroecológico elaborado de forma participativa por meio de publicações. Ademais, compromete-se a se engajar no processo político em defesa da agricultura familiar e da agrobiodiversidade.

Um fato significativo dessa construção e afirmação da identidade política da ABA-Agroecologia foi a reunião da primeira diretoria recém-instituída com representantes da coordenação nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nessa oportunidade, a Associação foi convidada a se integrar como entidade-membro

dessa coordenação nacional, passando desde então a ser reconhecida e demandada, no âmbito das organizações e movimentos polarizados pela ANA, como um ator essencial para a mobilização do campo científico-acadêmico.

Para encaminhar a criação de veículos de informação em ciência e tecnologia, a ABA-Agroecologia investiu em uma política editorial ajustada aos seus propósitos institucionais e às características não-convencionais do conhecimento agroecológico. Tem também realizado um esforço para estabelecer ambientes favoráveis ao diálogo de saberes em seus congressos e demais eventos, ao assegurar a presença ativa de agricultores e agricultoras como portadores de experiências significativas para a construção da ciência agroecológica.¹ Finalmente, vem marcando presença institucional em espaços públicos onde são debatidas políticas públicas concernentes ao desenvolvimento da agricultura brasileira.

Ainda em 2005, a *Revista Brasileira de Agroecologia* foi criada em versão *on-line* com o objetivo de divulgar trabalhos de pesquisa e de análise de experiências desenvolvidos no Brasil e no exterior, sobretudo em outros países latino-americanos. Atualmente o periódico é recomendado pelo índice Qualis da Capes.² Além da revista, a ABA-Agroecologia vem se empenhando na construção de uma linha editorial própria com o objetivo de disponibilizar livros e documentos.

Avanços nas instituições de ensino, pesquisa e extensão

Avanços notáveis vêm sendo alcançados nos últimos anos no que se refere à internalização da perspectiva agroecológica nas instituições públicas dedicadas à produção e socialização do conhecimento para o desenvolvimento rural. Na área da educação formal, vêm sendo criados cursos de Agroecologia ou com diferentes acerbamentos ao enfoque agroecológico. Atualmente, existem no Brasil 96 cursos com essas características, abrangendo desde o nível médio e superior até cursos de mestrado e linhas de pesquisa em programas de doutorado.³ Para atender às demandas de formação profissional com essa perspectiva, escolas, institutos e universidades estaduais e federais vêm criando vagas e realizando concursos públicos para a contratação de professores habilitados. A qualificação dos educadores nesse campo do conhecimento, em termos de conteúdos e métodos pedagógicos adotados, apresenta-se, no atual panorama, como um dos desafios centrais para a formação das novas gerações de profissionais que atuarão na área do desenvolvimento rural.

O crescimento do interesse nessa área de ensino tem sido responsável pelo surgimento ou fortalecimento de inúmeros núcleos de Agroecologia que integram professores e estudantes universitários em ambientes fecundos para a aprendizagem e o engajamento das universidades nas realidades imediatas que as cercam. O surgimento de grupos de pesquisa em Agroecologia a partir desses espaços é um fato facilmente verificado numa breve consulta à Plataforma Lattes do CNPq.⁴

¹ Até o momento foram realizados cinco Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs), que contaram, em média, com 1.800 congressistas e 600 trabalhos científicos apresentados. A comissão científica do VI CBA, que será realizado em breve na cidade de Curitiba, recebeu mais de 1.500 propostas de trabalhos científicos, revelando o crescente engajamento acadêmico nesse campo do conhecimento.

² Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

³ Informação pessoal de Maria Virgínia Aguiar, que vem monitorando e sistematizando essa evolução.

⁴ Plataforma Lattes é uma base de dados de currículos e instituições desenvolvida pelo CNPq.

Em 2005 foi instituída uma Comissão Interministerial, composta por representações dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; de Ciência e Tecnologia; da Educação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Meio Ambiente. Com o objetivo de *contribuir para a inclusão dos temas Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção nos currículos das ciências agrárias*, essa comissão vem procurando motivar a participação de organizações da sociedade civil por meio da criação de um espaço de interlocução denominado Fórum Nacional de Educação em Agroecologia e Sistemas de Orgânicos de Produção. O Fórum, que caminha para seu segundo encontro, pretende *discutir referências e diretrizes para a educação profissional em Agroecologia; identificar os principais desafios para o reconhecimento do profissional egresso dos cursos de Agroecologia ou com ênfase em Agroecologia; e reunir subsídios para a formulação de proposições curriculares e político-pedagógicas para os referidos cursos*.

Uma iniciativa de grande relevância nesse campo tem sido os editais de chamada de projetos de extensão universitária, patrocinados pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/SAF/MDA), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério de Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT). Ao longo dos últimos anos, esses editais apoiaram mais de uma centena de projetos de extensão universitária no meio rural, com foco na agricultura familiar e seguindo os princípios da Agroecologia. Tais projetos têm exercido papel decisivo para a criação e/ou o fortalecimento de grupos interdisciplinares atuando com a perspectiva agroecológica. Contribuem também para suprir uma demanda há muito represada nesse campo de estudo e ação, o que levou o CNPq a deliberar pela criação de uma Comissão Assessora nas áreas de Agroecologia e Agricultura Familiar (em fase de formalização).

No campo da pesquisa agropecuária oficial também podem ser verificados alguns avanços substanciais. Além do já referido fortalecimento da perspectiva agroecológica na pesquisa realizada por universidades, houve um aumento significativo do número de pesquisadores atuando segundo princípios da Agroecologia nas empresas estaduais de pesquisa agropecuária e na Embrapa, assim como participando em interações com entidades estatais de extensão rural, ONGs e organizações de agricultores.

Em alguns casos esse processo vem sendo acompanhado pela implantação de políticas institucionais que reconhecem oficialmente a Agroecologia como enfoque orientador do processo investigativo. Um fato digno de destaque nesse sentido foi o lançamento do *Marco Referencial em Agroecologia* pela Embrapa, em 2005, por ocasião do IV Congresso Brasileiro de Agroecologia. Esse documento oficial tem sido identificado como uma sedimentação provisória tributária dos acúmulos de uma longa trajetória de construção da perspectiva agroecológica na empresa.

Como desdobramento direto dessa formalização institucional, foi aprovado, em 2008, o projeto *Transição Agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade*, no âmbito do Macroprograma 01 da Embrapa – Grandes Desafios Nacionais. Contando com a participação de 25 unidades da Embrapa e 29 organizações parceiras, o projeto tem a virtude de articular um universo de 193 pesquisadores e analistas que já vinham empreendendo esforços para desenvolver a pesquisa em Agroecologia em parceria com organizações de extensão e da agricultura familiar, muitas vezes na contracorrente das orientações das próprias unidades a que estão

vinculados. Assim, a Rede de Pesquisa Transição Agroecológica se soma à iniciativa da Rede de Pesquisa em Agricultura Orgânica, anteriormente criada no âmbito do mesmo macroprograma.

Outro avanço importante nesse sentido foi a criação, por demanda da ANA e da ABA-Agroecologia, do Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa, um espaço destinado a manter a interlocução sistemática entre a empresa e as organizações e os movimentos da sociedade civil articulados em torno ao campo agroecológico. Formalizado em 2008, o Fórum conta com a participação de três pesquisadores indicados pela diretoria da Embrapa e três membros da sociedade civil e vem encaminhando propostas para a criação e/ou o fortalecimento de variadas linhas de ação institucional orientadas pelo enfoque agroecológico. Embora não possamos esquecer que essas iniciativas ainda se encontram à margem tanto da estrutura da pesquisa como do orçamento da Embrapa, elas demarcam um novo momento institucional com a abertura de perspectivas positivas para uma contínua transição paradigmática no âmbito da pesquisa agropecuária institucionalizada no Brasil.

No campo da extensão rural, o enfoque agroecológico vinha sendo posto em prática por ONGs e organizações locais da agricultura familiar de todo o Brasil desde a década de 1980. A partir de 1999, a Emater-RS/Ascar, por decisão de um colegiado interno, incorporou a perspectiva agroecológica na orientação de seu planejamento estratégico, passando a figurar como a primeira organização oficial de âmbito estadual a assumir esse caminho. Entre 1999 e 2002, a entidade promoveu um amplo processo de capacitação de técnicos, produção de livros, vídeos e outros materiais de apoio. Deu início também à organização dos seminários sobre Agroecologia já citados e criou a *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, que se tornou referência nacional durante o período em que suas doze edições trimestrais foram publicadas.

Somos movidos pela convicção de que não há empecilhos técnicos e científicos para a mudança de rumo do desenvolvimento rural no Brasil. Os verdadeiros obstáculos são de natureza político-ideológica. Portanto, somente uma vontade coletiva, impulsionada pela experimentação social em curso, será capaz de fazer frente às forças conservadoras que vêm bloqueando as transformações nas instituições científico-acadêmicas

A partir de 2003, com a abertura dos debates públicos para a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a Agroecologia foi assumida como enfoque científico orientador das ações de Ater no Brasil. Entre os

cinco princípios norteadores da ação da extensão rural, consta a recomendação de *uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia*. Simultaneamente, o objetivo da Pnater estabelece que os serviços de extensão rural devem *estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não-agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações*.

Essa oficialização da Agroecologia na Pnater criou condições propícias para que outros desdobramentos nessa direção fossem desencadeados. Um dos efeitos principais dessa cadeia de impactos acionada pela Pnater foi a inclusão do tema Agroecologia nas provas de concursos para admissão de técnicos em várias organizações estatais de Ater. O volume de recursos aplicados nos estados para a capacitação de técnicos e agricultores em Agroecologia, por meio de convênios com o Dater/SAF/MDA, cresceu de forma continuada nos últimos seis anos. Também como resultado da Pnater, destaca-se a criação do Programa de Agroecologia da SAF/MDA (com duração efêmera) e, posteriormente, do Comitê Nacional de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (Condraf).

Ao assumir o enfoque agroecológico na orientação das ações de Ater, a política abriu amplos espaços de debate, influenciando inclusive a criação de muitos dos cursos de Agroecologia no país a que nos referimos antes. A Agroecologia também já figura como uma referência no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que instituiu um Departamento de Agroecologia. Desde 2003, o referencial da Agroecologia vem sendo adotado em Conferências Nacionais (Desenvolvimento Rural Sustentável; Segurança Alimentar; Aquicultura e Pesca) e foi o tema central do Seminário Nacional de Ater, realizado em junho de 2008.

Dentre os desdobramentos positivos da Pnater, dois merecem destaque: o primeiro está no fato de que ela proporcionou as condições político-institucionais para que extensionistas de órgãos oficiais comprometidos com a construção de agriculturas socialmente incluídas e ambientalmente sustentáveis pudessem atuar na promoção de experiências nesse campo em todas as regiões do país e em estreita articulação com organizações da agricultura familiar. O segundo está no reconhecimento das entidades civis não-governamentais como órgãos de Ater passíveis de financiamento público. Embora com alguns problemas de concepção no que se refere à lógica de financiamento de programas de Ater, durante um breve período o repasse de recursos governamentais a ONGs e movimentos sociais contribuiu para o fortalecimento de ações que já vinham sendo fomentadas há vários anos por agências de cooperação internacional e para a criação de redes regionais de Ater.

Infelizmente, essa trajetória positiva desencadeada pela Pnater sofreu brusca interrupção devido à inadequação do marco legal que regula o repasse de recursos governamentais para o desenvolvimento de ações de interesse público por organizações da sociedade civil. Um número grande de órgãos oficiais de Ater nos estados também vem enfrentando enormes dificuldades para executar os recursos repassados pelo governo federal no âmbito da Pnater. Para superar esse entrave legal, o MDA elaborou e encaminhou um Projeto de Lei voltado à institucionalização da Política Nacional de Ater que se encontra no presente momento em tramitação no Congresso Nacional.

Desafios e perspectivas

Em que pesem os avanços relativos da perspectiva agroecológica no Estado brasileiro, é importante ressaltar que o setor do agronegócio e a agricultura patronal (representada no Congresso Nacional pela chamada Bancada Ruralista) mantém a iniciativa sobre as orientações governamentais, reafirmando sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico. No que se refere especificamente à agricultura familiar, uma das manifestações dessa tendência está na alocação de parte significativa das cifras recordes do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a aquisição de insumos industriais e maquinário, induzindo assim à especialização produtiva e ao atrelamento da produção familiar como elo subsidiário das cadeias agroindustriais.

Diante desse cenário, as organizações da sociedade civil se deparam com o desafio de atualizar suas estratégias voltadas à construção de capacidades políticas e metodológicas para a disseminação e a consolidação da Agroecologia como referência orientadora de transformações dos padrões vigentes de desenvolvimento rural. Ao atuar como instância galvanizadora do campo científico-acadêmico comprometido com essas transformações, a ABA-Agroecologia chama para si o papel de apoiar a formulação dessas estratégias por meio da articulação de educadores, pesquisadores e extensionistas de todas as regiões do país que vêm exercitando na prática novos métodos para a construção do conhecimento agroecológico.

Uma das características presentes em grande número dessas iniciativas inovadoras é a formação de parcerias e redes interinstitucionais voltadas ao desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão e, em casos mais avançados, de programas que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão. Por meio dessas parcerias e redes constituídas localmente, educadores, pesquisadores e extensionistas vinculados a instituições oficiais têm encontrado a possibilidade de interagir com as organizações da sociedade civil identificadas com a proposta agroecológica.

Apesar dos notáveis avanços nesses exercícios de convivência interinstitucional para o desenvolvimento de programas que aproximam os processos de produção científica a outras formas de produção de conhecimentos, eles não são realizados sem que encontrem os mais variados obstáculos colocados pelas instituições científico-acadêmicas que, afinal, foram criadas e organizadas para operarem pelo paradigma da agricultura industrial. Nesse sentido, cada iniciativa singular pode ser apreendida como a expressão da inovação criativa orientada para a conquista de espaço pela perspectiva agroecológica nas instituições do Estado. Encerram, portanto, um potencial transformador que deve ser identificado, sistematizado e valorizado.

A proliferação dessas iniciativas por todo o país criou as condições necessárias para que a ABA-Agroecologia se associasse à ANA, por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico (GT-CCA/ANA), no esforço nacional de identificação e sistematização das experiências de construção do conhecimento agroecológico.⁵ Esse esforço conjunto tem proporcionado maior visibilidade a esse processo emergente, assim como um ambiente favorável para o intercâmbio entre os protagonistas dessas experiências com vistas ao aprendizado mútuo e à criação de uma identidade comum. Tanto uma condição quanto a outra se apresentam como elementos essenciais para a condensação das forças de transfor-

⁵ Ver Sistema Agroecologia em Rede em www.agroecologiaemrede.org.br

mação, presentes nas instituições do Estado e na sociedade civil, que aos poucos vão construindo seus canais próprios de expressão e ação sinérgica.

Somos movidos pela convicção de que não há empecilhos técnicos e científicos para a mudança de rumo do desenvolvimento rural no Brasil. Nossa diversidade cultural é portadora de sabedorias inestimáveis para a valorização da megabiodiversidade de que ainda dispomos em nossos ecossistemas. Nosso país conta com instituições científicas sólidas e capacitadas para enfrentar o desafio de transpor as fronteiras do conhecimento em direção à sustentabilidade socioambiental. Esses são os requisitos essenciais para que essa reorientação se processe. Os verdadeiros obstáculos são de natureza político-ideológica. Portanto, somente uma vontade coletiva, impulsionada pela experimentação social em curso, será capaz de fazer frente às forças conservadoras que vêm bloqueando as transformações nas instituições científico-acadêmicas.

Paulo Petersen

Diretor-Executivo da AS-PTA
paulo@aspta.org.br

Fábio Kessler Dal Soglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
fabiods@ufrgs.br

Francisco Roberto Caporal

Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
francisco.caporal@mda.gov.br

Referências bibliográficas:

ANDRADE, P. P.; PAIVA, E.; NEPOMUCENO, A. L.; VIEIRA, M. L. C.; COLLI, W. **As bases científicas das normas de coexistência do milho geneticamente modificado**. MCT, Brasília, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2009.

PETERSEN, P.; Weid, J.M. von der. **Encontro nacional sobre pesquisa em Agroecologia**; relatório. Seropédica: AS-PTA/Embrapa Agrobiologia/Pesagro/UFRRJ, 1999.

PETERSEN, P. Introdução. In: **Construção do conhecimento agroecológico**; novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: ANA, 2007.

PLOEG, J. D. van der. Farmers' knowledge as line of defense. **Ileia Newsletter**. Leu-
sden: Ileia, out. 1990. p. 26-7

_____. On Rurality, Rural Development and Rural Sociology. Images and Realities of Rural Life. In: de HAAN, H.; LONG, N. **Perspectives on Rural Transformations**. Wageningen, Van Gorcum, Assen 1997. p. 39-73.

_____. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

ROCHA, C. T. D. da; ATZ, A. M. D.V.; COSTABEBER, J. A.; MACHADO NETO, D.P.; PAULUS, G. **Seminários sobre Agroecologia no Rio Grande do Sul, Brasil (1999-2005)**; um instrumento de educação ambiental adotado pela Emater-RS/Ascar. In: V Congreso de Educación Ambiental para el Desarrollo Sostenible. Havana, 2005.

TOLEDO, M.VICTOR; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: ICARIA, 2008



Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios

Cláudia Job Schmitt e Daniel Tygel

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida.

Alberto Melucci

Este artigo busca explorar as convergências existentes entre dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas: a *Economia Solidária* e a *Agroecologia*. Tanto um como o outro possui uma história bastante recente de articulação em nível nacional. O I Encontro Nacional de Agroecologia realizou-se no Rio de Janeiro em julho-agosto de 2002. Nesse mesmo ano foi organizada, em São Paulo, a I Plenária Nacional de Economia Solidária.

A constituição de cada um desses pólos de articulação social e política resulta de uma trajetória descontínua e multipolar de construção de convergências e identidades. Na verdade, é difícil precisar em que momento a *Agroecologia* ou a *Economia Solidária*¹ passam a existir como manifestação de uma rede mais ampla de solidariedades e interesses, estabelecendo objetivos capazes de aglutinar seus diferentes

¹Faremos referência, em vários momentos do texto, de uma forma genérica, à Agroecologia ou à Economia Solidária. Esses termos aparecem, no entanto, sempre grifadas. Como deixaremos claro ao longo do artigo, essas noções não se referem nem a um agente específico nem a sistemas unificados de princípios e práticas. Tratam-se, no nosso entender, de campos dinâmicos de relações, nos quais coexistem vetores de unidade e linhas de diversidade.

agentes, identificando seus opositores e inscrevendo suas ações em um universo partilhado de significados. A segunda metade da década de 90 foi, sem dúvida, um momento importante de multiplicação de iniciativas de base local e de enlace entre grupos e regiões, desaguando, no período mais recente, na construção de redes de abrangência nacional.

As formas organizativas assumidas pela *Agroecologia* e pela *Economia Solidária* – movimentos estes que descrevem a si próprios, frequentemente, não como movimentos sociais, mas sim, como *redes de redes, espaços de articulação e diálogo, articulações de movimentos sociais e organizações* – refletem seu caráter heterogêneo e mutável. Essas identidades mobilizam um amplo grupo de *unidades diversificadas e autônomas* – pessoas, redes e organizações – cuja solidariedade interna resulta de um permanente trabalho de construção e reconstrução (MELUCCI, 2001). Desnecessário dizer que a presença dos mediadores (indivíduos ou organizações), capazes de promover a interligação entre mundos diferenciados em uma mesma visão de mundo, figura como um elemento fundamental no processo de construção dessas identidades.

Como observa Melucci (2001)(...) *os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Configuram-se como estruturas em estado de latência, nas quais cada célula vive uma vida própria, mantendo, ao mesmo tempo, uma série de relações através da circulação de informações e pessoas. Em momentos descontínuos, no tempo e no espaço, essas estruturas se tornam visíveis, emergindo através de diferentes processos de mobilização coletiva.*

O caráter contra-hegemônico dessas ações de resistência ao *modelo de desenvolvimento econômico que perpetua a dominação das elites agrárias no meio rural*² ou ao *modo capitalista de organizar as relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza*³, contribui, sem dúvida, para que as mesmas apresentem um caráter descontínuo e, por vezes, contraditório. Como observa Santos, o êxito dessas alternativas de produção e de organização comunitária no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo e estabelecendo laços com um movimento social mais amplo (SANTOS, 2002).

Se forem compreendidas como parte de um sistema abrangente de ação social e não como iniciativas isoladas, as ações de promoção da *Economia Solidária* e da *Agroecologia*, em suas diferentes escalas, incorporam, também, dimensões de um movimento social, expressando conflitos, entre diferentes atores, nos quais estão em disputa modelos de sociedade. É fundamental compreender, no entanto, que nas práticas cotidianas desses grupos e organizações, a *resistência ao capitalismo* e a *sobrevivência dentro do capitalismo* fazem parte de uma mesma equação. Em seu agir, estão presentes demandas e contradições de diferentes tipos, refletindo os múltiplos pertencimentos através dos quais se constroem suas identidades.

Nosso objetivo, nesse trabalho, não é, no entanto, engessar os atores engajados na promoção da *Agroecologia* ou da *Economia Solidária* em nenhum tipo de lógica classificatória. Trata-se, antes de tudo, de potencializar possibilidades de diálogo, identifi-

² Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia.

³ Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Sobre o FBES. Princípios da Economia Solidária. Disponível em: www.fb.es.org.br.

cando confluências e sugerindo desafios, refletindo sobre concepções, estratégias e formas de organização que são, por natureza, mutáveis, referenciadas em experiências históricas permanentemente recriadas nos embates do presente.

I. Um pouco da história

I.1 Cultivando reciprocidades: a Economia Solidária e sua trajetória no Brasil

No Brasil a *Economia Solidária* surge (ou ressurge) historicamente, sobretudo a partir dos anos 80, com base em um grande leque de experiências associativas que passam a se organizar, no campo e na cidade, em distintos contextos econômicos e sociais. Empresas falidas ou em crise, recuperadas pelos trabalhadores; grupos e associações comunitários de caráter formal ou informal; associações e cooperativas constituídas por agricultores(as) familiares e assentados da reforma agrária; cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços); grupos de finanças solidárias, entre outras iniciativas, integram as práticas organizativas, bastante diversificadas, presentes nessa construção. É somente nos anos 1990, no entanto, que o termo *Economia Solidária* passa a ser mais amplamente utilizado, articulando conceitualmente essas distintas experiências, seja em seu questionamento ao sistema econômico capitalista, seja como uma estratégia coletiva de geração de trabalho e renda.

Segundo Motta, (...) a expressão *Economia Solidária* possibilitou a junção de diversos tipos de experiências num mesmo campo de ideias e o agrupamento de diversas entidades, instituições e pessoas em torno de objetivos comuns. O que a *Economia Solidária* trouxe de original foi uma nova forma de organizar uma série de práticas já existentes, as quais, por sua vez, em sua articulação, passaram a se constituir como pólo animador de outras tantas iniciativas, em um contexto marcado pela crise do desemprego, pela liberalização dos mercados e pela intensificação dos processos de exclusão social.

Importante destacar que o tecido social que alimenta a construção das práticas de *Economia Solidária* no Brasil não se restringe aos empreendimentos econômicos solidários propriamente ditos. Enquanto campo de articulação social e política, a mobilização social em torno da construção desta *nova economia* reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Envolve, além disso, um grupo abrangente de organizações de apoio e de articulação, como as Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT); a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); a Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL); organizações ligadas à Igreja Católica como a Caritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); além de ONGs como o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), entre tantas outras.

No Brasil, o termo *Economia Solidária* acabou, de certa forma, se sobrepondo a outras designações como economia social, economia de solidariedade, socioeconomia solidária, economia popular e solidária, economia do trabalho, apenas para citar algumas. Na maneira como tem sido correntemente utilizado remete, simultaneamente, a uma forma específica de organização das atividades econômicas (da produção ao consumo), aos empreendimentos econômicos geridos pelos trabalhadores com base em práticas associativas e solidárias e ao movimento político de articulação entre os diferentes agentes identificados com a *Economia Solidária*.

Do ponto de vista conceitual, a *Economia Solidária* tem sido objeto de diferentes interpretações, configurando-se como um campo prático e discursivo no âmbito do qual convivem múltiplas posições.⁴ Como elementos nucleadores, que seriam, pelo menos em princípio, transversais às distintas visões sobre a *Economia Solidária*, merecem destaque: (i) a valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos, afirmando sua supremacia em relação ao capital; (ii) a identificação do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica, baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação; (iii) a gestão democrática dos empreendimentos pelos próprios trabalhadores (autogestão); (iv) a construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre os diferentes empreendimentos.

Parece haver um consenso em torno da ideia de que a Economia Solidária parte de uma racionalidade distinta da economia capitalista. As novas relações sociais e econômicas, mediadas pelo trabalho associado e pelos princípios de solidariedade e cooperação, desenvolvidas no âmbito dessa *nova economia, requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas* (Pinto, 2006), fortalecendo práticas de reciprocidade e contrariando a ideia de que o ser humano se comportaria, naturalmente, com base no desejo de maximizar seu lucro. Bastante distintas são, no entanto, as percepções das diferentes correntes teóricas que hoje influenciam o pensamento sobre a *Economia Solidária* em relação ao seu *papel* ou ao seu *lugar* na transformação do modo de produção capitalista.

Os dados registrados no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), atualizados em 2007, são indicativos do movimento de disseminação dos empreendimentos solidários no Brasil nas últimas duas décadas. De um universo total de 21.578 empreendimentos, 34% deles haviam iniciado suas atividades na década de 1990, e 56,6% entre 2000 e 2007. Essa expansão tem ocorrido juntamente com todo um processo de articulação social e política das organizações da *Economia Solidária* em diferentes níveis territoriais e também no plano nacional.⁵

Durante o período preparatório do I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, foi formado o chamado GT Brasileiro, constituído por organizações e redes vinculadas a um amplo conjunto de práticas e segmentos da *Economia Solidária*, surgindo como

⁴ Para uma discussão sobre as diferentes vertentes de interpretação sobre a economia solidária ver: PINTO, 2006 e PAULI, 2006. Sobre a história de economia solidária no Brasil ver: SINGER, 2002.

⁵ O SIES surgiu de uma iniciativa conjunta da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Funciona, atualmente, com base em um modelo de gestão participativa, por meio de uma Comissão Gestora Nacional, com participação de representantes do Estado e da sociedade civil, e Comissões Gestoras Estaduais. Para consulta aos dados do SIES ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Consultado em outubro de 2009.

uma primeira expressão nacional desse campo no Brasil. Na I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada logo após a eleição de Lula, em 2002, foi iniciado o debate sobre a Plataforma, a Carta de Princípios e a criação de um Fórum de Economia Solidária de âmbito nacional. No Fórum Social Mundial, de 2003, o governo Lula anunciaria a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. A II Plenária Nacional de Economia Solidária, também realizada durante o FSM-2003, serviu como ponto de partida de um processo de mobilização, nos diferentes estados brasileiros, tendo como objetivo discutir identidade, plataforma, lutas, caráter e composição de um Fórum Nacional. Em junho de 2003, na III Plenária Nacional da Economia Solidária, com participação de cerca de 800 delegadas(os), indicadas(os) através de dezoito plenárias estaduais, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), do qual participam três segmentos distintos: os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria ou fomento e os gestores públicos articulados em rede.⁶

De acordo com as definições da IV Plenária Nacional da Economia Solidária, ocorrida em março de 2008, o FBES constitui-se como

(...) um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país que queremos (...).

Figuram como instâncias políticas do FBES os Fóruns Locais (estaduais, microrregionais e municipais), a Plenária Nacional, a Coordenação Nacional e os Grupos de Trabalho.

1.2 Nas redes da Agroecologia: das práticas de inovação socioambiental à disputa por um modelo de desenvolvimento rural alternativo

Em junho de 2006, foi organizado, em Recife, o II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA). Participaram do evento 1.731 pessoas, oriundas de diferentes regiões do país.⁷ O encontro envolveu um intenso processo preparatório mantendo, a exemplo do que já havia ocorrido no I ENA, uma forte ancoragem nas experiências agroecológicas de produção familiar.⁸ Essa orientação resultou na presença de um número bastante significativo de produtores(as) familiares⁹, representando, aproximadamente, 57% do universo total de participantes do Encontro. O restante do público, enqua-

⁶ Na III e IV Plenárias Nacionais de Economia Solidária, o movimento decidiu pela permanência de gestores públicos no FBES, contanto que não representassem o órgão ao qual estivessem vinculados, mas, sim, articulados em uma rede própria, e com isso levando posições desse espaço.

⁷ O II ENA foi organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), constituída em 2002 por ocasião do I ENA.

⁸ A noção de experiência, frequentemente utilizada quando se trata de designar as iniciativas locais de promoção da Agroecologia protagonizadas por diferentes categorias de produtores familiares, traz consigo uma forte dualidade. Por um lado, remete a um conjunto de conhecimentos, habilidades, noções e princípios, adquiridos ao longo do tempo e que dão um sentido e uma identidade a um conjunto de práticas. Ao mesmo tempo, na forma como esse termo é comumente empregado no campo científico, refere-se a um conhecimento ou modo de fazer que ainda não foi validado cientificamente. Buscou-se resgatar, aqui, a categoria experiência na forma como é empregada pelos próprios agentes do campo agroecológico, geralmente com uma conotação positiva, afirmando, entre outras coisas, a capacidade de inovação dos indivíduos e grupos engajados nas ações orientadas pelos princípios da Agroecologia.

⁹ Esses participantes, no momento da inscrição, se auto-identificaram como extrativistas, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, agricultores urbanos e artesãos.

drado no levantamento realizado pela Secretaria Executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na categoria *técnicos* (43% dos inscritos), era composto por técnicos de ONGs, gestores públicos, agentes de pastoral, extensionistas ligados a órgãos públicos de extensão rural, agentes de saúde, professores e consumidores. A presença das mulheres no encontro foi, também, bastante significativa, atingindo um percentual equivalente a 46% do número total de participantes.¹⁰

Uma das atividades preparatórias ao II ENA foi a construção do *Mapa das Expressões da Agroecologia*. Um esforço concentrado de identificação e mapeamento de experiências, coordenado pela ANA, e mobilizando diferentes entidades, permitiu, em um período bastante curto de tempo – dois a três meses – a identificação de 1.011 iniciativas em todas as regiões do país. Quando o mapa foi apresentado no II ENA, já era consenso que as nuvens de pontos que representavam a presença de experiências, distribuídas em todo o território brasileiro, contemplavam apenas parte das inúmeras ações de inovação socioambiental em curso no país e eram o resultado de mais de duas décadas de experimentação e articulação social e política. O esforço inicial de identificação das experiências havia cumprido, no entanto, seu objetivo principal: demonstrar a capilaridade e abrangência dessas ações locais, bem como a capacidade de irradiação do enfoque agroecológico como uma referência de manejo dos agroecossistemas e de organização social e comunitária.¹¹

De forma similar à que foi descrita, anteriormente, em relação à *Economia Solidária*, no Brasil a construção do campo agroecológico resulta da confluência histórica entre diferentes trajetórias de crítica e mobilização social em reação aos impactos sociais e ambientais gerados pelo processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil a partir dos anos 1970.¹²

Se na década de 1980 as bases de sustentação da chamada *agricultura alternativa* estiveram mais fortemente ancoradas em determinadas vertentes do movimento ambientalista e no posicionamento político de profissionais das ciências agrárias que buscavam questionar as bases científicas da chamada *agricultura convencional*¹³, no período seguinte esse cenário se modifica. Verifica-se, nesse momento, a emergência, em distintos contextos locais, de um rico repertório de práticas técnico-produtivas e de organização econômica e social que buscam incorporar, em seu horizonte prático e conceitual de intervenção, a crítica ao chamado *pacote tecnológico da Revolução Verde* ou, de uma forma mais ampla, ao *modelo de desenvolvimento imposto pela modernização da agricultura e do mundo rural*. Essa crítica não irá se restringir apenas às práticas tecnológicas da *agricultura moderna*, estendendo-se, também, aos ordenamentos políticos, econômicos e sociais impostos pelas trajetórias dominantes de desenvolvimento.

Na prática, esses processos de experimentação e inovação irão assumir diferentes formatos, ganhando materialidade em um conjunto bastante heterogêneo de ini-

¹⁰ Os dados referentes ao perfil dos participantes do Encontro foram organizados por Rosângela Cintrão, Secretária Executiva da ANA no período de realização do II ENA.

¹¹ O conceito de experiência que orientou o mapeamento definiu a experiência em Agroecologia como uma estratégia familiar ou coletiva de utilização/incorporação de princípios agroecológicos ao manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais associados e aos processos de organização social e comunitária.

¹² Para uma reconstituição detalhada do processo de incorporação da questão agroecológica à agenda de diferentes atores sociais rurais, ver LUZZI (2007). Ver também PETERSEN e ALMEIDA (2004).

¹³ Como expressão dessa fase, cabe mencionar, aqui os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), realizados nos anos de 1981, 1984, 1987 e 1988 e que se constituíram como um espaço importante de articulação.

ciativas: redes de agricultores(as) experimentadores(as), circuitos de produção, processamento e consumo de alimentos produzidos em bases ecológicas ou oriundos de sistemas produtivos *em transição*; acordos comunitários de pesca ou de manejo de terras de uso comum; bancos comunitários de sementes, entre outras.

Uma parte importante dessas práticas sociais identificar-se-á como portadora de um referencial comum, a *Agroecologia*, termo que passa a incorporar, tanto no discurso dos protagonistas dessas iniciativas como na literatura existente sobre o tema, diferentes níveis de significação. Em alguns contextos, será identificada como uma disciplina científica (ou campo de conhecimento), que tem como objeto a *aplicação de princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis* (Gliessman, 1997). O enfoque agroecológico tem sido traduzido, também, como o *manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação coletiva, para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático no âmbito da produção e da circulação* (Guzmán, 2003). Vem sendo definido, ainda, como a *abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar* (ENA, 2002). Em outros momentos, a *Agroecologia* é vista como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, *qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo* (PÁDUA (relat.), p. 7) ou, ainda, *como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura* (MMC, Brasil, s/d).

É importante perceber, no entanto, que o termo não abarca e nem sintetiza o conjunto das práticas, sentidos e identidades que emergem nesse movimento de crítica e resistência aos modos de organização impostos pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Designações como agricultura ecológica, convivência com o semiárido, extrativismo sustentável, policultivos, carregadas de significação em seus contextos de origem, não são passíveis de redução a um único conceito. O mesmo ocorre com as diferentes identidades socioculturais (geraiseiros, catingueiros, ribeirinhos, faxinalenses, quebradeiras de coco, etc.), afirmadas nas lutas em defesa de determinados territórios e modos de vida.

A impossibilidade de reduzir atores, práticas e processos organizativos a um único enquadramento parece reforçar a ideia de que o que está em questão quando se trata de *Agroecologia* não é apenas o processo técnico de conversão de sistemas convencionais de produção em sistemas produtivos diversificados e menos dependentes de insumos externos. A chamada transição agroecológica implica, ao mesmo tempo, na reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, na defesa de territórios e de formas sustentáveis de vida (vinculadas, em muitos casos, a formas de manejo e de gestão dos recursos naturais características de povos e comunidades tradicionais) e no fortalecimento da autonomia dos produtores(as) familiares na produção e reprodução de sua base de recursos.

Vale destacar que, no Brasil, o processo de constituição do que hoje identificamos como campo agroecológico mobilizou, com diferentes níveis de engajamento e em diversas escalas, não apenas organizações formais de camponeses e agricultores (as) familiares. O sucesso de muitas dessas iniciativas esteve fortemente relacionado à sua capacidade de mobilizar e ativar laços de proximidade, reciprocidade e parentesco, presentes no dia-a-dia das comunidades rurais¹⁴, fortalecendo estratégias individu-

¹⁴ Para uma análise aprofundada sobre o tema da reciprocidade nas comunidades camponesas, ver: SA-BOURIN (2009).

ais ou coletivas de reprodução econômica e social e de manejo dos recursos naturais que já vinham sendo desenvolvidas pelos próprios produtores(as) familiares.

Esse processo tornou visível o fato de que, mesmo em regiões marcadas por forte presença de uma agricultura familiar modernizada, a lógica mercantil capitalista não dominava, necessariamente, todas as dimensões da vida social. Trocas de sementes, práticas de ajuda mútua, estratégias comunitárias de manejo dos recursos naturais, redes de intercâmbio de conhecimentos e informações regidas por princípios não mercantis, continuavam a existir nas comunidades rurais, resistindo às inúmeras pressões desencadeadas pelos ordenamentos econômicos, sociais, políticos e territoriais impostos pelo processo de modernização da agricultura e pela liberalização dos mercados de produtos agrícolas ocorrida a partir do final dos anos 80.

A construção dessas referências locais de geração e disseminação de princípios e práticas identificados, em diferentes níveis, com a *Agroecologia*, foram, sem dúvida, um fator decisivo para que, pouco a pouco, a ideia de que, também do ponto de vista tecnológico, *uma outra agricultura é possível* passasse a penetrar de uma forma mais expressiva o universo político dos movimentos sociais, possibilitando uma articulação mais estreita dessas organizações com os demais atores, que hoje constituem o chamado campo agroecológico.

Na última década, os Encontros Nacionais de Agroecologia, as Jornadas de Agroecologia realizadas no estado do Paraná, o surgimento da ANA e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) contribuíram para consolidar algumas convergências que hoje alimentam os processos de articulação do campo agroecológico em suas diferentes expressões.

O fortalecimento das experiências agroecológicas de produção familiar, o *enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio apoiado no latifúndio e nos monopólios agroindustriais e financeiros e a radical reorientação das políticas de desenvolvimento para que estejam voltadas ao fortalecimento das iniciativas e projetos coletivos gestados pelas organizações da sociedade civil* (Carta Política do II ENA), apontados na Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia, figuram como boa síntese dos eixos unificadores do campo agroecológico em sua diversidade.

2. Empreendimentos de Economia Solidária e experiências de promoção da Agroecologia: interfaces

"Os camponeses pobres [agricultores familiares], que na Revolução Industrial foram excluídos da grande produção, foram considerados obsoletos. E agora, pelo contrário, eles são o que há de mais moderno e necessário"¹⁵

Paul Singer

Os dados disponíveis no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), atualizados em 2007, demonstram que 10.513 empreendimentos de Economia Solidária mapeados pelo sistema, de um universo total de 21.763 empreendimentos, ou

¹⁵ Ver: <http://www.mds.gov.br/noticias/paul-singer-a-agroecologia-e-a-coisa-mais-extraordinaria-que-esta-acontecendo-hoje-no-mundo/view>. Consultado em setembro de 2009.

seja, 48,3% do total, declararam ter como espaço de atuação o meio rural. Outros 17% responderam que estavam atuando tanto na área urbana como na área rural, sendo os demais empreendimentos de base eminentemente urbana.

Entre as cinquenta atividades econômicas mais citadas pelos empreendimentos identificados aparecem, respectivamente, em primeiro e segundo lugar, *atividades de serviços relacionados com a agricultura e cultivo de outros produtos de lavoura temporária*. Na listagem, são mencionadas ainda, como atividades importantes para a economia dos empreendimentos recenseados, o *cultivo de cereais para grãos* (4º lugar), o *cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura* (5º lugar), a *criação de animais* (6º lugar), a *produção mista (lavoura e pecuária)* (7º lugar), entre outras. Dos cinquenta itens indicados na tabela, quinze deles referem-se a atividades diretamente relacionadas à produção agropecuária ou à prestação de serviços ligados à agricultura e à criação de animais. Foram arrolados, além disso, oito itens envolvendo beneficiamento e processamento de produtos agrícolas ou, ainda, a fabricação de alimentos, tais como a *fabricação de farinha de mandioca e derivados* (9º lugar), a *fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria* (14º lugar), o *beneficiamento de arroz e fabricação de produtos de arroz* (43º lugar) e atividades semelhantes. Outras formas de empreendedorismo solidário como a tecelagem, o artesanato em couro, a comercialização de alimentos, sugerem também vínculos (reais ou potenciais) entre a *Economia Solidária* e a produção agropecuária. Vale destacar, no entanto, que o fato de um empreendimento estar no meio rural não revela, necessariamente, a existência de um vínculo direto entre a atividade produtiva desenvolvida pelo grupo e a agricultura.

A construção dessas referências locais de geração e disseminação de princípios e práticas identificados, em diferentes níveis, com a Agroecologia, foram, sem dúvida, um fator decisivo para que, pouco a pouco, a ideia de que, também do ponto de vista tecnológico, uma outra agricultura é possível passasse a penetrar de uma forma mais expressiva o universo político dos movimentos sociais...

Entre os dez principais produtos ou serviços gerados pelos empreendimentos de *Economia Solidária* identificados pelo recenseamento, seis deles (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, leite e hortigranjeiros) são produtos agrícolas. Na lista dos cinquenta insumos ou matérias-primas mais utilizadas pelos empreendimentos aparecem as sementes (2º lugar), os adubos (4º lugar) e a ração para animais (7º lugar). Produtos de origem agrícola como a farinha de trigo, a mandioca, o açúcar, o leite, etc. aparecem também como insumos necessários à produção, sendo que, na grande maioria dos casos (cerca de 41% do número total de respostas dadas a esse item,

considerando três ordens de importância), os insumos e matérias-primas utilizados pelos empreendimentos são adquiridos de empresas privadas.

Essa rápida mirada nas informações disponíveis em relação aos empreendimentos solidários sugere, antes de tudo, que as formas associativas de organização para fins econômicos, identificadas com a *Economia Solidária*¹⁶, estão fortemente presentes no meio rural, também mantendo vínculos importantes com a atividade agrícola propriamente dita. Mostram, além disso, que vários dos insumos utilizados pelos grupos de produção poderiam ser produzidos e comercializados de forma direta por agricultores(as) familiares, havendo, portanto, um potencial muito grande a ser explorado do ponto de vista da integração entre os diferentes empreendimentos e, destes, com camponeses e agricultores(as) familiares, organizados (as) ou não através de formas associativas.

No SIES as atividades desenvolvidas por agricultores(as) familiares são enquadradas como empreendimentos de *Economia Solidária* desde que apresentem um caráter coletivo, autogerido e suprafamiliar. Para participação no FBES os critérios são praticamente os mesmos. As resoluções da IV Plenária da Economia Solidária, em seu Capítulo 3, referente à *Natureza, Estrutura e Forma de Funcionamento do FBES* estabelecem ainda que: *comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, pescadores etc.) podem ser consideradas empreendimentos solidários se, de fato, tiverem uma ação econômica coletiva (FBES, 2008).*

As informações do SIES não permitem visualizar, no entanto, de forma segura, em que medida todos os empreendimentos identificados como *empreendimentos com atuação na área rural* são integrados por camponeses, agricultores(as) familiares, extrativistas e/ou povos e comunidades tradicionais. No item relativo à participação dos empreendimentos em movimentos sociais e populares, 5.680 deles declararam participar do movimento sindical (rural ou urbano), 4.646 do movimento de luta pela terra e agricultura familiar e 2.812 do movimento ambientalista¹⁷, o que sugere a existência de imbricações importantes entre o *movimento de Economia Solidária* e os movimentos sociais de trabalhadores do campo.

Os dados atualmente disponíveis não permitem, no entanto, nenhum tipo de inferência, de ordem mais quantitativa sobre quantos empreendimentos de *Economia Solidária* têm a *Agroecologia* como referência prática e conceitual em suas atividades. No Atlas da Economia Solidária 2007¹⁸, é possível encontrar uma seção específica na qual estão contidos dados referentes à responsabilidade ambiental dos empreendimentos. Na pesquisa realizada em 2007, 6.144 empreendimentos declararam desenvolver uma produção sem agrotóxicos. Destes, 47% estavam localizados na região Nordeste e cerca de 17% na Região Sul. Em comparação, 7.121 empreendimentos realizavam o tratamento dos resíduos gerados por suas atividades e 634 tinham

¹⁶ Segundo Motta, os empreendimentos de Economia Solidária foram definidos no Guia de Procedimentos do SIES como organizações coletivas e suprafamiliares (...) cujos participantes exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação de recursos; permanentes e não práticas eventuais; que podem dispor ou não de registro legal; que exercem atividade econômica (...) que seja a 'razão de ser' do empreendimento; e podem ser singulares ou complexas. MOTTA, Eugênia. *O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária: quantificando uma outra economia*. Palestra apresentada durante a I Jornada de Estudos Sociais da Economia, co-organizada pelo CESE/IDAES e o NUCeC do Museu Nacional da UFRJ, julho de 2006.

¹⁷ Informações obtidas através do SIES. Ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Consultado em outubro de 2009.

¹⁸ Ver: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Consultado em outubro de 2009.



como prática o reaproveitamento de materiais. O significado deste dado – 6.144 empreendimentos que desenvolvem uma produção sem agrotóxicos no âmbito da *Economia Solidária* – precisaria ser interpretado à luz de um conjunto mais amplo de informações, ainda não disponíveis. De qualquer modo, não nos parece um número tão pequeno, considerando terem sido mapeados, no Brasil, segundo o levantamento do SIES (2007), cerca de 21.000 empreendimentos de *Economia Solidária*.

Sabe-se, ainda, que a presença das organizações de *Economia Solidária* nos espaços de articulação do campo agroecológico também é bastante significativa, como fica demonstrado pelos dados relativos às organizações participantes do II ENA. Das 753 organizações arroladas pelas fichas de inscrição, 25% foram identificadas como associações ou cooperativas, o que não significa, sobretudo no caso das associações, que todas elas tenham finalidades econômicas. Para além das organizações incluídas nessas categorias (associações, cooperativas de produção, cooperativas de serviços e cooperativas agroextrativistas), identifica-se, ainda, um conjunto formado por outras 102 organizações que, dependendo de suas características, também poderiam integrar o universo da *Economia Solidária* (organizações de mulheres, organizações comunitárias ou grupos informais, organizações quilombolas, organizações indígenas, organizações de consumidores de produtos orgânicos e organizações diversas enquadradas na categoria *outras*). Não seria demais pensar, portanto, que pelo menos 30% das organizações presentes no II ENA pudessem ser descritas como empreendimentos de *Economia Solidária*. Cabe registrar, além disso, a presença de um número significativo de organizações governamentais, movimentos sociais, entidades pastorais ou eclesiais, redes ou articulações, universidades, apenas para mencionar algumas das categorias construídas a partir das fichas de inscrição dos participantes do encontro de Recife, que possuem uma atuação também no campo da *Economia Solidária*.

Para além dessa ou daquela categoria, desse ou daquele critério de enquadramento, o que o quadro anteriormente desenhado parece indicar, em primeiro lugar, é que a integração/interface entre a *Agroecologia* e a *Economia Solidária* enquanto campos de articulação já existe, o que não significa que uma identidade possa ser reduzida à outra. É possível visualizar, além disso, algumas complementaridades e possibilidades de fortalecimento mútuo em temas importantes, em torno dos quais já existe o debate, destacando: (i) a integração entre a produção, o processamento, a comercialização e o consumo em uma perspectiva solidária, considerando, por exemplo, que boa parte dos insumos e matérias-primas são hoje adquiridos de empresas privadas; (ii) a questão ambiental e suas relações com a economia, o que poderia conferir uma maior amplitude à discussão sobre a responsabilidade ambiental; (iii) a temática do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional. Por fim, uma questão que permanece em aberto é o fato de que as unidades produtivas familiares, tomadas de forma individual, não são consideradas como um empreendimento de *Economia Solidária*. No meio rural, as formas de ajuda mútua e de gestão coletiva de recursos naturais nem sempre se consolidam na formação de um grupo, de caráter permanente e com uma finalidade econômica claramente definida.

3. Conteúdos e estratégias recentes

Seria um equívoco tentar reduzir as práticas alternativas e as dinâmicas de organização voltadas à construção de uma *nova economia* aos conteúdos e estratégias políticas das organizações que hoje se encontram engajadas na construção de um

movimento de *Economia Solidária* de abrangência nacional. Da mesma forma, a transição para formas sustentáveis de manejo e gestão dos recursos naturais, na agricultura e no meio rural, não pode ser pensada como um processo linear e nem reduzida às definições políticas das redes e articulações que trabalham na promoção da *Agroecologia* e que hoje se identificam como parte do campo agroecológico. As práticas produtivas e formas de sociabilidade que animam a vida dos empreendimentos de *Economia Solidária* e das experiências em *Agroecologia*, nas diferentes regiões do país, perpassam essas expressões políticas e organizativas, mas, ao mesmo tempo, às transcendem, gerando dinâmicas econômicas, organizativas e de articulação política que ampliam as fronteiras dos próprios movimentos em sua configuração política atual.

Essa constatação em nada diminui o significado político dos processos de articulação em nível nacional ora em andamento, tanto na *Agroecologia* como na *Economia Solidária*. Os últimos anos foram extremamente ricos para ambos os movimentos/ campos de articulação, tanto no que se refere à construção e sedimentação de princípios, como no que tange à formulação e implementação de estratégias de ação. Os documentos elaborados nos Encontros Nacionais de Agroecologia (I ENA e II ENA) e nas Plenárias Nacionais da Economia Solidária refletem, em boa medida, esse esforço de construção. Produto de uma confluência entre distintas posições e de um esforço de diálogo entre atores bastante diversos traduzem também, experiências compartilhadas, esperanças e convergências, revelando as várias interseções existentes entre os dois campos.

Trataremos a seguir de alguns temas que assumem destaque nos debates da *Economia Solidária* e da *Agroecologia*, com especial atenção para o *dilema dos mercados*, a *relação com as políticas públicas* e os *desafios da sustentabilidade*. Não se trata de cristalizar uma imagem ou algum tipo de posicionamento em relação ao modo como esses focos temáticos vêm sendo abordados pelos diferentes atores, mas, principalmente, lançar um olhar cruzado sobre as formas como essas problemáticas vêm sendo abordadas.

3.1 O dilema dos mercados

Como já observamos anteriormente, a ideia de que é possível e necessário trabalhar na construção de uma *outra economia*, baseada em uma nova ética e em novas relações de trabalho e de gestão dos meios de produção, envolve a afirmação de valores e práticas distintos da lógica mercantil capitalista. Da mesma forma, a construção de uma agricultura sustentável alicerçada na produção camponesa aponta para um processo de mudança social e tecnológica, orientado por outros princípios



que não, simplesmente, o aumento da produtividade e a busca de rendimentos econômicos crescentes. Ao mesmo tempo, tanto os empreendimentos de *Economia Solidária* como as experiências em *Agroecologia* deparam-se, no seu dia a dia, com uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas, ainda que outras lógicas econômicas (da partilha, da reciprocidade) não tenham deixado de existir.

A Carta Política do II ENA expressa, de forma clara, essa tensão entre o mercado capitalista existente e as formas de intercâmbio, baseadas na reciprocidade, que os atores do campo agroecológico desejam construir, indicando, ao mesmo tempo, alguns princípios que deveriam orientar a atuação dos produtores(as) familiares e suas organizações em suas relações com os mercados:

Os mercados, na sua configuração hegemônica atual, representam o principal instrumento de expressão e de reprodução do agronegócio. A construção da Agroecologia implica o desenvolvimento de novos valores que fundamentam as relações dos trabalhadores e trabalhadoras no campo com os mercados.¹⁹

São apontados ainda, no mesmo documento, como princípios orientadores das estratégias de organização e comercialização os seguintes itens: (i) a visão dos mercados como um meio de realização de trocas econômicas e não como um fim em si mesmo; (ii) que o produto ecológico deve ser acessível a todos e todas; (iii) que as novas relações com os mercados devem ser estabelecidas em bases éticas e solidárias e fundamentadas em alianças entre produtores(as) e consumidores(as); (iv) que as atividades produtivas voltadas para os mercados devem ser desenvolvidas de forma a garantir e fortalecer as produções orientadas para o autoconsumo das famílias produtoras.

As Resoluções da IV Plenária Nacional de Economia Solidária também fazem menção à necessidade de *alterar os mecanismos de funcionamento dos mercados e das atividades econômicas*, através de diferentes estratégias, chamando atenção, ao mesmo tempo, para a necessidade de que essas atividades possam dar *um retorno imediato aos empreendimentos solidários*:

Um dos desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que, ao mesmo tempo, dêem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a Economia Solidária aconteça concretamente e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira.²⁰

Um elemento comum a essas duas visões é a percepção de que o dilema dos mercados não envolve apenas uma questão de *produtos*, mas, sim, de *processos*, ou seja, o que está em jogo são as relações sociais que perpassam a produção, o processamento e a distribuição dos produtos oriundos dos empreendimentos de Economia Solidária ou da produção familiar agroecológica.

As políticas públicas, a articulação em rede, a valorização das relações diretas entre produtores e consumidores, o acesso às compras governamentais como instrumento de desenvolvimento econômico e social e a construção de formas solidárias de financiamento da produção aparecem como elementos comuns às estratégias dos dois movimentos.

¹⁹ Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia.

²⁰ FBES. IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório final. Junho de 2008.

A identificação dessas convergências não deve obscurecer, no entanto, duas constatações importantes: (1) que não existe um posicionamento único nem no campo da *Economia Solidária* nem da *Agroecologia* no que diz respeito às estratégias de acesso e de construção de novos mercados. As visões variam bastante dependendo do contexto onde se situam os empreendimentos ou as experiências, mas, também, em função de diferenças de percepção em relação a como deverá se dar o processo de construção social desses novos circuitos de produção e consumo; (2) que o debate sobre a sustentabilidade ambiental dessa nova economia é um elemento-chave na discussão sobre os mercados e que o problema da transição para uma economia de base sustentável não se resolve apenas pela construção de mercados diferenciados para determinados produtos. Esse tema será retomado na seção referente aos desafios da sustentabilidade.

A questão da construção de um mercado de produtos diferenciados, seja para produtos orgânicos ou agroecológicos, seja para os produtos da *Economia Solidária* figura, sem dúvida, como um elemento importante nessa discussão.

Nas diferentes partes do mundo, a construção de um mercado especial para os produtos orgânicos teve como ponto de partida o desejo dos consumidores de ter acesso a produtos mais saudáveis e o desejo dos agricultores e agricultoras de serem reconhecidos seus esforços de produzir sem as difundidas facilidades do modelo convencional (Meirelles, 2003). Como aponta Meirelles, *aquilo que era, inicialmente, fruto da vontade dos produtores de ter uma marca que identificasse seu trabalho, tornou-se um emaranhado de leis, normalizações, credenciamentos, contratos, certificados, selos e interesses comerciais poderosos.*

No Brasil, a legislação que regulamenta a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos (Lei 10.831/2003 e seus dispositivos de regulamentação) não surgiu, pelo menos em princípio, como uma demanda das organizações. Na prática, a construção desse mercado diferenciado já vinha se dando por iniciativa dos próprios produtores(as) – identificados como *orgânicos*, *ecológicos* ou *agroecológicos* – e das diferentes organizações envolvidas na produção, processamento, comercialização e consumo de produtos *limpos* (*orgânicos*, *ecológicos*, *agroecológicos*, *sem agrotóxicos*, ou outras designações).

O processo de articulação e mobilização que se desencadeou em torno do debate sobre a legislação por parte das organizações identificadas com a *Agroecologia* foi fortemente pautado pela preocupação de que as novas normas poderiam restringir o acesso dos camponeses, agricultores e agricultoras familiares e extrativistas a esse mercado, excluindo aqueles que não tivessem condições de mobilizar os recursos econômicos e organizativos necessários para entrar em conformidade com as novas regulamentações. A crítica à *certificação por terceiros* como a única forma de certificação passível de reconhecimento logo se fez presente. Em 2002, por exemplo, o tema seria abordado na Carta Política do I ENA nos seguintes termos:

Embora a produção ecológica possa ser tão rentável quanto a convencional, ou até mais, ela pode ter custos de comercialização mais elevados enquanto a oferta for baixa. Esse fato, aliado à existência de crescente demanda por produtos de qualidade, produzidos sem o uso de adubos químicos, agrotóxicos e organismos transgênicos, tem levado à formação de preços mais elevados para esses produtos. Enquanto durar essa circunstância é legítimo que se busquem mecanismos que confirmem credibilidade

às transações comerciais e estabeleçam sinergias entre o consumidor e a produção familiar ecológica por meio da certificação de qualidade do produto e do processo de produção. A certificação, no entanto, não pode ser monopólio de uns poucos e deve adequar-se às necessidades e possibilidades de todos os consumidores e das famílias produtoras interessadas nesse mercado, baseando-se na ética e na construção de uma relação de confiança entre produtores e consumidores.²¹

A mobilização das diferentes organizações e o diálogo estabelecido com os órgãos governamentais responsáveis pela construção das novas regulamentações, no caso, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, possibilitou que as normas brasileiras reconhecessem outros mecanismos de avaliação de conformidade como os sistemas participativos de garantia (SPGs) e, no caso da comercialização direta, as organizações de controle social (OCSs).²²

O processo de implantação dessa legislação ainda se encontra, no entanto, em andamento e seus impactos ainda não se fizeram sentir, de uma forma mais efetiva, sobre os produtores(as) familiares e grupos de produção que hoje atuam nesse mercado. Várias organizações, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia²³, estão engajadas no esforço por adequar seus procedimentos de avaliação de conformidade às normas que regulamentam os SPG's. Ao que tudo indica, mesmo no caso da chamada *certificação participativa*, a adequação ao novo marco legal exige um esforço considerável.

Na *Economia Solidária*, a demanda pela construção de um mercado diferenciado para os produtos e serviços aparece de uma forma mais clara. Indicações sobre o tema estão presentes no Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, contemplando, inclusive, a referência a sistemas participativos de garantia:

(...) a identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da Economia Solidária por parte dos consumidores são de fundamental importância. Dentre as

²¹ Carta Política. I Encontro Nacional de Agroecologia.

²² Nos termos do Decreto nº 6.323/2007, Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPGs) são definidos como as atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação de conformidade de forma participativa. Ver: Decreto 6.323/2007, em http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/PRODUTOS_ORGANICOS/AO_LEGISLACAO/DECRETO%206323.PDF. Na Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009, os diferentes mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica são tratados de forma bastante detalhada. No caso dos SPGs, o controle social deverá ser fruto da participação direta de seus membros, que estabelecem e dinamizam ações coletivas de avaliação da conformidade dos fornecedores à regulamentação da produção orgânica. No que diz respeito à comercialização direta, o controle social deverá se dar pela participação do agricultor em uma organização de controle social (OCS), cadastrada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, a qual deverá possuir processo próprio de controle, estar ativa e garantir o direito de visita pelos consumidores assim como o livre acesso do órgão fiscalizador às unidades de produção a ela vinculadas. O reconhecimento das OCSs como mecanismos de controle social nos processos de comercialização direta também tem sido considerado como um avanço da legislação brasileira se comparado às legislações vigentes em outros países. Ver: http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENULAERAL/AGRIULTURA_PECUARIA/PRODUTOSORGANICOS/AO_LEGISLACAO/MECANISMOS%20DE%20GARANTIA.28.05.2009.%20VERS%C3O%20PUBLICADA_0.PDF.

²³ A Rede Ecovida de Agroecologia é composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores organizados em associações, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias e pessoas comprometidas com a Agroecologia, tem como objetivos desenvolver e multiplicar iniciativas, estimular o trabalho associativo na produção e consumo de produtos ecológicos e ter uma marca e um selo como expressão de compromisso e qualidade. Atualmente, a Rede Ecovida está presente nos estados do RS, SC, PR e SP, tendo sido pioneira na implantação de formas participativas de certificação e constituindo-se como uma referência internacional nesse debate.

formas de garantia, os sistemas participativos, por serem baseados na autogestão e envolverem os vários elos (produtores(as), consumidores(as) e comerciantes e distribuidores(as), contribuem para que o processo de certificação e a criação de identidade da Economia Solidária aconteçam por iniciativa e organização do próprio movimento de forma democrática e participativa. Além disso, esses sistemas têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios, fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo.

Em julho de 2008, foi entregue oficialmente ao Ministério do Trabalho e Emprego uma proposta de normativa que busca consolidar princípios, parâmetros, atores, instâncias de gestão e controle do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário brasileiro. O projeto procura, ao mesmo tempo lançar as bases para a construção de um sistema de comércio com seus princípios, critérios e mecanismos de regulamentação, visando proporcionar *uma identidade aos produtos e serviços da Economia Solidária, agregando valor e conceito aos mesmos, e, assim, ampliando suas oportunidades de venda*²⁴ e propor uma política de estímulo a estas cadeias produtivas, com diferentes mecanismos de fortalecimento da produção, comercialização e consumo solidários. A normativa ainda se encontrava, no momento da elaboração desse texto, em processo de tramitação.

A construção de mercados diferenciados, seja para produtos orgânicos ou agroecológicos, seja para os produtos da Economia Solidária, coloca no centro do debate algumas questões cruciais incluindo: (i) normas e critérios de enquadramento e seus possíveis impactos sobre práticas de comercialização já existentes; (ii) a capacidade desses novos mercados de garantir (ou não) a inclusão de grupos e produtores(as) com menor capacidade de mobilização de recursos políticos, econômicos e organizacionais; (iii) as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, na gestão compartilhada desses mercados; (iv) a interação entre esses nichos ou segmentos de mercado e lutas mais abrangentes contra as diferentes formas de exploração do trabalho humano e dos recursos naturais impostas pelas relações mercantis capitalistas.

²⁴ Uma apresentação detalhada da proposta do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário pode se encontrar no site da articulação Faces do Brasil, da qual participam diferentes entidades ligadas à Economia Solidária e ao debate sobre o Comércio Justo. Ver: <http://www.facesdobrasil.org.br/conhecafaces.html>.

Esses temas estão presentes, hoje, no debate que vem sendo conduzido pelas organizações do campo agroecológico e da *Economia Solidária*, sendo renovados no cotidiano pelos desafios práticos enfrentados pelos empreendimentos solidários e pelas experiências em *Agroecologia*.

No que se refere, especificamente, às relações que se estabelecem entre a produção familiar de base agroecológica e os diferentes mercados, o conhecimento acumulado na organização de feiras locais, na comercialização via mercado institucional, na interação com as cooperativas de consumidores, na venda dos produtos por meio de pequenos entrepostos ou mesmo de grandes supermercados, tende a reforçar a percepção que não é suficiente ter acesso a este ou aquele canal de comercialização. Mais do que isso, é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção.

A redução da dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante. Esse debate acerca da localização dos circuitos de produção e consumo incorpora, além disso, uma série de questionamentos em relação aos custos energéticos e ambientais associados aos circuitos globais de produção e consumo de alimentos.

Existem, ao mesmo tempo, muitas questões a serem resolvidas do ponto de vista do acesso aos recursos naturais – terra, água e biodiversidade – que incidem diretamente sobre a capacidade produtiva das famílias e dos grupos associativos e que não se resolvem pela via do mercado.

Outro fator importante a ser considerado refere-se à gestão dos empreendimentos associativos. Segundo diversos autores (Magalhães et al, 2004) (Gaiger, 2007), os empreendimentos de *Economia Solidária* teriam características próprias, demandando a construção de novos processos e ferramentas de gestão, de forma a compatibilizar suas características internas (autogestão, participação, reciprocidade) com sua inserção em um ambiente econômico onde predominam outras formas de racionalidade. O desenvolvimento de metodologias de gestão, a capacitação técnica e política dos membros



das iniciativas solidárias e a criação de um *Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária* figuram já como objetivos estabelecidos pelas Plenárias Nacionais da Economia Solidária. Os dilemas enfrentados por esses empreendimentos são compartilhados, em maior ou menor grau, pelas organizações do campo da Agroecologia. O tratamento mais aprofundado desse tema foge aos limites desse trabalho. Trata-se, no entanto, de um núcleo de problematização de grande relevância tanto para os empreendimentos de Economia Solidária como para as organizações do campo agroecológico.

3.2 A relação com as políticas públicas

A luta por políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidários²⁵ ou voltadas para o fortalecimento das diferentes formas de produção familiar agroecológica nos distintos contextos socioambientais²⁶ é, hoje, componente estratégico, tanto na atuação do movimento de Economia Solidária como na intervenção das organizações ligadas à Agroecologia. Como antes mencionado, o processo de articulação política das organizações ligadas à Economia Solidária resultou na criação, em 2003, de uma secretaria específica, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que hoje desempenha um papel central na formulação, implementação e articulação de políticas voltadas a esse setor, em interação com diferentes órgãos governamentais. No campo da Agroecologia as ações encontram-se distribuídas em vários ministérios, com uma presença mais forte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, algumas iniciativas no Ministério do Meio Ambiente e um Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Embora tenham adotado estratégias um pouco distintas e que refletem, sem dúvida, as dinâmicas específicas da Agroecologia e da Economia Solidária enquanto campos de articulação política, algumas questões parecem ser comuns a ambos os movimentos. Procuramos elencar, aqui, apenas algumas convergências que nos pareceram mais relevantes:

(i) a permanente tensão entre as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, e os enquadramentos e modos de operação, em muitos casos pouco flexíveis, impostos pelas políticas públicas;

(ii) a inadequação do marco legal que regulamenta o repasse de recursos governamentais às organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento de ações de interesse público. As formas de operacionalização de convênios e contratos hoje vigentes dificultam, em muito, a construção de arranjos inovadores de políticas públicas baseados em formas de ação conjunta envolvendo o Estado e as organizações da sociedade civil. Obstáculos importantes também vêm sendo enfrentados no que se refere à construção de mecanismos de financiamento adaptados à realidade dos empreendimentos solidários e capazes de servir como estímulo à transição para uma agricultura de base ecológica;

(iii) a pulverização das ações de governo relacionadas a cada um desses campos temáticos em diferentes órgãos governamentais sem que se identifiquem mecanismos eficientes de coordenação intersetorial das iniciativas;

²⁵ IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório final.

²⁶ Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia.

A luta por políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidários ou voltadas para o fortalecimento das diferentes formas de produção familiar agroecológica nos distintos contextos socioambientais é, hoje, componente estratégico, tanto na atuação do movimento de Economia Solidária como na intervenção das organizações ligadas à Agroecologia.

124

(iv) a necessidade de estar permanentemente mobilizando forças e disputando o espaço das alternativas agroecológicas ou das iniciativas ligadas à *Economia Solidária*, em arenas políticas cada vez mais complexas. Esse tipo de atuação tem demandado um esforço muito grande das organizações, desde o nível local até o plano nacional;

(v) o esforço por traduzir os princípios, valores e propostas da *Economia Solidária* ou da *Agroecologia* para um universo social mais diverso – os consumidores, os gestores públicos, a sociedade em geral. A capacidade de dialogar com outros grupos sociais, de construir alianças, de dar visibilidade e legitimidade a essas propostas figura, cada vez mais, como um elemento fundamental na conquista e consolidação de políticas públicas em cada uma dessas áreas;

(vi) parecem existir, por fim, vários questionamentos sobre como articular uma atuação mais setorial, lutando por políticas públicas de atendimento a um público específico, com intervenções políticas de caráter mais abrangente, na defesa e ampliação dos direitos sociais e na luta por outro modelo de desenvolvimento. No caso específico da *Agroecologia* suas reivindicações estão imbricadas, e, muitas vezes, diluídas em um conjunto mais amplo de demandas relativas à agricultura familiar, e que nem sempre envolvem uma crítica mais explícita ao atual modelo de desenvolvimento em termos de sua sustentabilidade ambiental.

Do ponto de vista de suas agendas políticas, muitas são as interfaces: a questão do acesso dos produtores familiares ao mercado institucional, que se deu, inicialmente, através do *Programa de Aquisição de Alimentos* e, mais recentemente, com a aprovação da nova *Lei da Alimentação Escolar* é, sem dúvida, um tema comum a ambos os pólos de articulação. Mecanismos de financiamento, o aperfeiçoamento do marco legal do associativismo e do cooperativismo e a questão da assistência técnica aos empreendimentos com atuação no espaço rural também são temas comuns.

3.3 O desafio da sustentabilidade

A luta pela *construção de uma sociedade sustentável* também aparece, com maior ou menor grau de generalidade, como um núcleo comum de problematização, aproxi-

mando os movimentos. Esse tema, no entanto, ainda carece de um maior aprofundamento, tanto no que diz respeito à sustentabilidade ambiental dos empreendimentos de *Economia Solidária* como no que se refere aos vínculos existentes entre o enfoque agroecológico e o ambiente e a população urbanas.

O debate sobre o desenvolvimento local e a soberania e segurança alimentar no campo e na cidade são elos importantes nessa discussão. Trata-se de pensar um conjunto mais amplo de relações que se estabelecem no âmbito das chamadas *cadeias da Economia Solidária* e, também, para além delas. Torna-se necessário ver a economia nos termos da economia ecológica, ou seja, como fluxo de energia e materiais e não apenas como um fluxo monetário e como um ecossistema físico e global finito (Martinez Alier, 2007).

No caso dos agricultores familiares, a redefinição de suas relações com o meio ambiente é um elemento-chave na transformação de suas relações como os mercados, a jusante e a montante da produção agrícola. Ao mesmo tempo, o acesso a meios de produção, como a terra, a água e a biodiversidade, não envolve apenas um questão de *justiça econômica* incorporando, também, uma forte dimensão ambiental. Trata-se, além disso, de um tema estratégico para a ampliação do diálogo desses dois campos com outros segmentos sociais em temas como qualidade de vida, mudanças climáticas e riscos ambientais.

4. Confluências, impasses e desafios

Ao longo do texto, procuramos explorar confluências, impasses e desafios que presentes no *mundo da Agroecologia* e no *mundo da Economia Solidária* como campos de contestação social e de construção de práticas alternativas. Muitos são os elos que ligam esses espaços de articulação, sendo que vários temas e questões comuns foram aqui levantados. Outros, no entanto, como, por exemplo, a participação das mulheres e as questões de raça e etnia, não foram sequer abordados nos limites desse artigo, o que não significa que não sejam extremamente importantes na construção social e política desses movimentos. Nas diferentes regiões do país e, também, no plano nacional, várias iniciativas de trabalho conjunto já se encontram em andamento, surgindo a partir de diferentes atores e em distintas escalas e, o que nos parece fundamental, cruzando as fronteiras, tantas vezes arbitrárias, entre o rural e o urbano, mobilizando questões tão importantes como o trabalho, a saúde, o alimento, a qualidade de vida e a construção de um mundo (ou mundos) mais solidário(s).

Referências bibliográficas

I ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política. I Encontro Nacional de Agroecologia – **Anais**. Rio de Janeiro, 30 de julho a 2 de agosto de 2002.

II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política**. Recife, 2 a 6 de junho de 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Relatório final**. Junho de 2008.

- GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Críticas de Ciências Sociais**, v. 79, dez. 2007, p. 57-77.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology**: ecological processes in sustainable agriculture. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. El marco teórico de la Agroecología. IN: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrário**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2006. p 221-248.
- LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.
- MAGALHÃES, O. A. V. et al. Especificidades na gestão de empreendimentos na economia solidária: breve estado da arte sobre o tema. **Cadernos do SepAdm**, nº 1, 2004. p. 69-78.
- MEIRELLES, Laércio. **La certificación de productos orgánicos caminos y des-caminos**. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php?id_categoria=8. Consultado em outubro de 2009.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MOTTA, Eugênia de S. M. B. A “**outra economia**”: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 102 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 2004.
- MOTTA, Eugênia. **O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**: quantificando uma outra economia. Palestra apresentada durante a I Jornada de Estudos Sociais da Economia, co-organizada pelo CESE/IDAES e o NUCeC do Museu Nacional da UFRJ, julho de 2006.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Agroecologia**: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder. S/d.
- PÁDUA, J. A. (relat.). Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia realizado no Rio de Janeiro nos dias 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, agosto de 2001.
- PAULI, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 179 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006.
- PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Sílvia Gomes. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Versão provisória. Rio de Janeiro, abril de 2004.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Prefácio. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-129.

**NOSSA BIODIVERSIDADE
QUEM QUER BIODIVERSIDADE
QUER BIODIVERSIDADE
OUR BIODIVERSITY WANT
BIOSECURITY
NUESTRA BIODIVERSIDAD
QUIERE BIODIVERSIDAD
OP 3 BRASIL 13-17 de Março**

**NÃO PRECISAMOS
DE MILHO TRANSGÊ
WE DON'T NEED
GM MA**



Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos

Marijane Vieira Lisboa

Diversos nomes para uma mesma causa complexa

À medida que se acelerava a destruição do meio ambiente por meio de práticas produtivas da sociedade industrial moderna, foram surgindo, desde o fim do século XIX, movimentos sociais que se organizavam para combatê-las e que se chamaram, alternativamente, de *ambientalistas*, *ecologistas* ou *socioambientalistas*, sem que seja possível traçar uma clara distinção entre eles a partir dessas designações.

Alguns teóricos dos EUA, uma das pátrias mais importantes desses movimentos, propunham que se chamassem de *ambientalistas* aqueles que se preocupavam principalmente com a preservação do ambiente selvagem, e de *ecologistas* aqueles mais preocupados com os aspectos sociais que definem as relações entre a sociedade e a natureza¹.

Ao tentar diferenciar as tendências que compõem o movimento ambientalista internacional, Joan Martinez Alier (2007), uma das grandes expressões da sociologia e da economia ecológicas, propõe dividi-las em três principais correntes. À primeira ele atribuiu o nome poético de corrente de *culto à natureza selvagem*, mais comumente conhecida como *preservacionista* e *conservacionista*. Surgidos durante o século XIX e a primeira metade do século XX, os grupos que seguiam essa linha defendiam fundamentalmente a preservação das paisagens e dos *habitats* naturais ameaçados pela

¹ Murray Bookchin, norte-americano nascido em 1921 em uma família de judeus russos, cuja Ecologia Social atribuiu a crise ambiental à estrutura hierarquizada da sociedade humana, disse o seguinte a respeito: “Eu falo de ecologia, não de ambientalismo. O ambientalismo trata da utilidade do habitat humano, do habitat passivo que as pessoas utilizam, em suma, do conjunto de coisas chamado de recursos naturais e de recursos urbanos. Ecologia, ao contrário, interpreta todas as interdependências (sociais e psicológicas, bem como naturais) de forma não-hierárquica. A ecologia nega que a natureza possa ser interpretada de um ponto de vista hierárquico.” (SPOWERS, 2002).

expansão da agricultura moderna, das estradas de ferro, das hidrelétricas e do corte raso de madeira para diversos usos urbanos e industriais.

Já aqueles que consideram importante a conservação dos recursos naturais devido à utilidade que eles têm para os homens e que buscam compatibilizar as atividades econômicas industriais e agrícolas com técnicas menos agressivas e poupadoras de recursos, Alier classifica como sendo da corrente da *modernização ecológica*. E, finalmente, o terceiro grupo seria formado por aquelas populações humanas que lutam por preservar o meio ambiente em que vivem, mas que são ameaçadas pelos interesses políticos e econômicos poderosos. Povos indígenas e populações tradicionais – como extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas e agricultores familiares –, bem como os operários e moradores de áreas urbanas degradadas, pertenceriam à corrente que Alier intitulou de *ecologismo dos pobres*, ao qual estaria em sintonia com o movimento de *Justiça Ambiental*, nascido nas regiões urbanas degradadas do sul dos EUA² e que se opõem à distribuição desigual dos riscos e danos da sociedade moderna.

No Brasil, entretanto, o termo *socioambientalismo* surgiu para abranger aqueles grupos que viam uma relação estreita entre a questão ambiental e a social, estabelecendo *alianças políticas estratégicas* entre movimentos sociais e o movimento ambientalista (SANTILLI, 2005). Exemplo dessa interação foi a luta levada a cabo pela *Aliança dos Povos da Floresta*, que reuniu povos indígenas, populações tradicionais, seringueiros, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros, para proteger a Floresta Amazônica do crescente processo de desmatamento e deterioração provocado pela busca de novas terras, pela criação de gado e por projetos de mineração, de construção de barragens e de rodovias.

Portanto, pode-se dizer que não há acordo entre movimentos e estudiosos sobre como chamar as diversas correntes, nem se pode diferenciá-las apenas com base em seus nomes. Enquanto nos EUA houve uma preferência pelo termo *ecologista* para designar o movimento ambientalista mais preocupado com as questões sociais, no Brasil o termo é pouco usado, dividindo os grupos entre aqueles que se chamam simplesmente de ambientalistas e aqueles que pretendem enfatizar o seu caráter social adotando as expressões *socioambientalismo* ou mesmo *justiça ambiental*.

Respeitar e aprender com a natureza: os primeiros movimentos ambientalistas

Os primeiros movimentos ambientalistas do século XIX surgem em reação à destruição das paisagens naturais promovida pelo desmatamento crescente, pela construção de represas e pela caça excessiva. Preocupados em preservar florestas, paisagens naturais e rios, trataram de estudar biologia, zoologia e os regimes fluviais. Um dos primeiros ambientalistas dos EUA, George Perkins Marsh, lançou em 1864 um livro que fez enorme sucesso, *O Homem e a Natureza*, no qual denunciava a grave

² O movimento de Justiça Ambiental nasce nos EUA nos anos 1980, integrando lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis (ACSELRAD, 2008). Populações carentes de poder político e econômico arcavam com uma parte desproporcional dos riscos e danos produzidos pela sociedade industrial, pois seus bairros e territórios eram os preferidos para a instalação de aterros sanitários, incineradores e fábricas poluentes e perigosas. No contexto social dos EUA, a discriminação contra a população negra era particularmente notável, o que levou toda uma corrente desse movimento a se chamar de movimento contra o racismo ambiental.

degradação de solos e a infestação de pragas decorrentes de barragens, desmatamento e erosão. Dois outros grandes pensadores estadunidenses, cujos livros também ganharam destaque, Ralph Waldo Emerson e Thoreau, defenderam um estilo de vida simples de *volta à natureza*, servindo de inspiração para os movimentos hippies que criaram comunidades rurais nos anos 1970.

Alguns dos primeiros ambientalistas, no entanto, tinham uma visão mais pragmática das razões pelas quais se deveria preservar os ambientes naturais. Formados em engenharia florestal, na sua maior parte, e entusiastas da ideia de progresso (DIEGUES, 1992), acreditavam que a natureza devia ser preservada não tanto por sua beleza ou pelo lazer que proporcionaria aos seres humanos, mas porque era a reserva de preciosos recursos naturais que deveriam ser conservados e utilizados de forma eficiente.

No Brasil, embora desde o período colonial e durante o Império houvesse uma crítica ambiental consistente que apontava para a ligação íntima entre as práticas agrícolas devastadoras do meio ambiente e a existência do trabalho escravo (PÁDUA, 2002), os primeiros movimentos ambientalistas vão surgir apenas no século XX, quando as consequências terríveis da destruição da Mata Atlântica começam a se tornar evidentes. As primeiras entidades conservacionistas são criadas na década de 1930, assim como os primeiros parques e reservas naturais (DEAN, 1995).

Na década de 1970, o desenvolvimento econômico patrocinado pela ditadura militar foi acompanhando de impactos devastadores no meio ambiente. Na agricultura, o crédito fácil para os novos cultivos comerciais, como a soja, o milho, o arroz e o trigo, fomentando a mecanização e o uso intensivo de agrotóxicos, levou à destruição das áreas remanescentes da Mata Atlântica, à erosão e à contaminação dos solos. O desmatamento da Amazônia também se acelerou devido à política de povoá-la com gente do Sul do país e de ceder grandes extensões de floresta para empresas desenvolverem a pecuária. É nessa época que se inicia a fase de construção de grandes represas, inaugurada com a maior delas, Itaipu, cujos milhares de atingidos formarão o embrião do futuro Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) (VEINER, 2004). A essa altura, outros problemas ambientais advindos da industrialização e da urbanização, e não apenas da agricultura e da pecuária predatórias, vão favorecer o surgimento de uma nova onda de movimentos ambientalistas no Brasil e no Mundo.

Os novos movimentos ambientalistas dos anos 1970

A publicação de *A primavera silenciosa*, da bióloga estadunidense Rachel Carson, em 1962, é um marco importante para os movimentos ambientalistas dos anos 1970, pois é com esse livro que começa a crítica ao uso de substâncias químicas, como agrotóxicos e outros insumos industriais.

Rachel Carson era especializada em biologia marinha e já escrevera alguns livros de muito sucesso (SPOWERS, 2002). Entretanto, foi ao estudar os efeitos do inseticida DDT utilizado para controlar mosquitos na população de pássaros em Massachusetts, EUA, que ela descobriu que crianças haviam morrido por causa da dispersão dessa substância. Além disso, constatou que trabalhadores agrícolas estavam sofrendo com a exposição a pesticidas, como o *clordane*, o *dieldrin* e o *parathion*. Rachel Carson foi atacada impiedosamente pelas corporações produtoras de agrotóxicos, chamada de

comunista e lésbica e acusada de trabalhar contra o progresso. Mas, apesar de tudo isso, seu livro se tornou mais um sucesso editorial incontestável.

Até *A primavera silenciosa*, todos os novos produtos da indústria química eram vistos como milagrosos e inócuos para a saúde humana, animal e vegetal. A chamada Revolução Verde havia transformado radicalmente a agricultura ao introduzir, além da mecanização e da irrigação, o uso massivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Também no setor industrial, milhares de novas substâncias sobre as quais quase nada se sabia passaram a ser empregadas. O planeta estava sendo seriamente envenenado, pois resíduos tóxicos, muitos deles bioacumulativos e persistentes, permaneciam por décadas no solo, nas águas, no ar e nos alimentos que comíamos (COLBORN, 2002).

Assim, enquanto os movimentos preservacionistas e conservacionistas do período anterior trataram de proteger ambientes naturais do avanço da modernidade, os novos movimentos ambientalistas dos anos 1970 tiveram como objetivo lutar contra os impactos nocivos dos pretensos avanços tecnológicos e científicos produzidos no campo e nas cidades: testes atômicos, usinas nucleares, agrotóxicos, indústrias químicas, incineradores e tantos outros. Diferentemente dos riscos naturais, esses eram fruto da ação humana, de tecnologias criadas para resolver problemas, mas que criaram outros até piores (BECK, 1995).³ Em grande parte invisíveis e inodoros, como os agrotóxicos presentes nos alimentos, mas nem por isso menos letais, já que muitos dos seus efeitos só serão percebidos depois de muito tempo, esses riscos atingem a todos e estão por toda a parte.

A partir de então, os movimentos ambientalistas vão lutar pela proibição do uso de produtos que contêm substâncias tóxicas, como herbicidas, pesticidas, desinfetantes, entre outros. Os produtos clorados, tais como vários agrotóxicos e o plástico PVC, tornaram-se alvo de uma preocupação maior, uma vez que pesquisas revelavam que eles seriam carcinogênicos, imunossupressores e perturbadores do sistema endócrino, capazes, portanto, de afetar seriamente a saúde e a reprodução humana e animal (COLBORN, 2002). Como alternativa, os novos movimentos propunham uma agropecuária que prescindisse do uso de substâncias tóxicas, resgatando as práticas ecológicas das tradições indígenas e camponesas. Da mesma forma, defendiam a adoção de práticas de *Produção Limpa*⁴ para as indústrias, eliminando o emprego de insumos e substâncias tóxicas, substituindo-as por insumos não-tóxicos e renováveis.

Operários de indústrias químicas contaminados nos seus ambientes de trabalho também se organizaram para obter tratamento adequado e indenização pelos danos a eles causados. Além de eliminar substâncias tóxicas e poupar recursos renováveis, a *Produção Limpa* deve ser entendida como um modo de preservar a diversidade bio-

³ Ulrich Beck, sociólogo alemão, adotou o termo sociedade de risco para designar essa fase tardia da sociedade industrial. Além dos seus óbvios impactos negativos no meio ambiente e na saúde humana e animal, a sociedade de risco também abala os fundamentos políticos, jurídicos e econômicos da nossa sociedade, pois põe em questão a legitimidade e a competência do Estado, do Direito, da Ciência e da Economia para lidar com esses impactos.

⁴ O conceito de Produção Limpa, ou Clean Production, surge nos EUA nos anos 1990 entre ativistas ambientalistas e acadêmicos preocupados com os impactos ambientais da indústria. O termo designa um novo modo de produzir bens e serviços de forma a ajudar a reverter nossas atuais práticas de produção e consumo destrutivas (Thorpe, B, 2000). Inicialmente concentrado na questão de como produzir, mais tarde incorporou a crítica ao consumo supérfluo, abrangendo ainda os serviços e os aspectos mais políticos relacionados aos princípios democráticos, à justiça social e ao respeito à diversidade cultural.

lógica e cultural da humanidade, respeitando por isso todas as formas de produção, consumo e vida cultural sustentáveis

No Brasil, ainda em plena ditadura militar, o movimento ambientalista gaúcho já lutava contra a importação de resíduos tóxicos e a poluição do Rio Guaíba por uma fábrica de celulose, assim como denunciava os danos causados pelo emprego de agrotóxicos (URBAN, 2001).

A nova onda ambientalista dos anos 1970 também esteve estreitamente associada ao que se chamou de contracultura, movimento que se inicia com a rebelião juvenil de 68 e que fará uma crítica radical à sociedade de massas, rejeitando a mentalidade consumista e propondo modos de vida despojados e naturais. Comunidades *hippies* se formam em vários países, muitas vão viver no campo, tratando de praticar uma agropecuária de pequena escala e sem agrotóxicos.

Globalização, Justiça Ambiental e Agroecologia

133

A relação entre Agroecologia e movimentos ambientalistas também é estreita, sobretudo quando consideramos seus vínculos com os conceitos de *justiça ambiental* ou *ecologismo dos pobres*, termo preferido por Joan M. Alier. Essa corrente designa aqueles movimentos que lutam contra a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, buscando preservar o ambiente do qual extraem sua sobrevivência, como é o caso de povos indígenas e populações tradicionais ameaçados por projetos de construção de hidrelétricas, mineração, expansão de monoculturas de eucaliptos, soja, cana, entre outras (ACSELRAD, 2008). A agricultura praticada por esses grupos sociais é essencialmente ecológica, uma vez que não só permite a conservação dos recursos naturais, como também garante a sua regeneração.

Esses movimentos começaram a se organizar em nível regional, nacional e internacional na última década do século XX, à medida que a globalização econômica intensificou a exploração dos recursos naturais e ameaçou a sobrevivência de populações tradicionais cujo modo de vida permanecia relativamente intocado em regiões de acesso mais difícil (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No Brasil, por exemplo, pertencem à *Rede Brasileira de Justiça Ambiental* diversos movimentos e entidades representativas de camponeses, quilombolas, trabalhadores sem-terra, atingidos por barragens, pescadores artesanais, povos indígenas, populações extrativistas, entre outros. Todos esses grupos sociais no Brasil se veem amea-

çados pelas grandes obras previstas no *Plano de Aceleração do Crescimento de Infraestrutura* (PAC de Infraestrutura) do governo Lula, tais como as novas barragens dos rios Madeira e Xingu, a transposição do Rio São Francisco e a ampliação e dragagem de vários portos. O crescimento das atividades de mineração e siderurgia em todo o país, financiadas em grande parte por agências públicas como o BNDES, a expansão dos monocultivos de cana-de-açúcar, eucalipto e soja de Norte a Sul do Brasil, bem como o avanço da criação de gado, são outras fontes de preocupação. Nas cidades, grupos de trabalhadores expostos a contaminantes, como organoclorados e amianto, e moradores de áreas ambientalmente degradadas também fazem parte dos movimentos de justiça ambiental.

Transgênicos, tecnologias e democracia

A introdução no mercado de variedades transgênicas veio aproximar ainda mais o movimento ambientalista do movimento agroecológico, devido aos riscos evidentes que esse tipo de cultivo traz para o meio ambiente e para a agricultura sustentável. Todas as corporações que desenvolveram sementes transgênicas são velhas conhecidas dos movimentos ambientalistas, pois foram as mesmas que introduziram os agrotóxicos e outras substâncias tóxicas no planeta desde o início do século XX (ANDRIOLI e FUCHS, 2008).

Perda de biodiversidade agrícola, contaminação de solo e água pelo uso mais intensivo de agrotóxicos, eliminação de insetos e animais benéficos à agricultura são alguns dos principais riscos ambientais associados aos cultivos transgênicos (SHIVA, 2002).

Embora os defensores desse tipo de cultivo costumem apregoar que a introdução de plantas transgênicas resistentes a herbicidas ou plantas biocidas reduziria o uso de agrotóxicos, pesquisas recentes vêm mostrar que o seu emprego aumentou consideravelmente em todos os países que autorizaram o plantio comercial de transgênicos, como foi o caso dos EUA, Brasil e Argentina. Na verdade, a transgenia deve ser compreendida como uma segunda Revolução Verde que, preten-



dendo corrigir os danos que a primeira criou, pode gerar estragos ainda mais graves, pois imprevisíveis e irreversíveis (FERNANDES, 2007).

Por isso, a luta contra a introdução de transgênicos em todo o mundo levou à formação de um amplo leque de alianças que reúne ambientalistas, pequenos agricultores, consumidores, trabalhadores agrícolas, movimentos pela reforma agrária e em defesa dos modos de vida de povos indígenas e populações tradicionais. Em contraposição à agricultura convencional e suas tecnologias de alto impacto ambiental, social e econômico, essa frente de movimentos defende a Agroecologia como a única alternativa ambientalmente adequada à agricultura convencional.

No Brasil, a campanha *Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos* surgiu no fim dos anos 1990 a partir de um núcleo de entidades ambientalistas (Greenpeace), de Agroecologia (AS-PTA), agricultores sem-terra (MST), consumidores (IDEC), entre outros, que se opunham à iminente liberação comercial da *Soja RR* da Monsanto pelo órgão “encarregado” da biossegurança, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). A forte resistência social liderada por esses grupos e movimentos foi capaz de sustar tal liberação naquele momento, pois a justiça brasileira reconheceu que não havia estudos prévios que atestassem a inocuidade ambiental e de saúde da soja transgênica. Uma vez eleito, contudo, o próprio presidente Lula, que havia prometido em sua campanha eleitoral não permitir o plantio de transgênicos sem a devida segurança científica, autorizou a colheita de soja transgênica plantada ilegalmente no país e, mais tarde, o seu plantio. Em seguida, foram feitas mudanças na nova lei de biossegurança de modo a facilitar a liberação comercial de outros transgênicos (LISBOA, 2007). Nos anos seguintes, assistimos à introdução de algodão transgênico e, mais recentemente, à liberação comercial de diversas variedades transgênicas de milho.

Apesar desse lamentável retrocesso, a crescente conscientização a respeito dos riscos dos transgênicos para a agricultura familiar e para a soberania alimentar do país tem feito com que a cada dia cresça o número de adesões à campanha *Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos*, que hoje reúne quase 300 entidades e movimentos. A campanha, que vem denunciando a forma irresponsável com que as autoridades do país lidam com os cultivos transgênicos, propõe a suspensão de todas as autorizações concedidas até o momento enquanto o país não dispuser de estudos realizados por cientistas independentes, comprovando que aqueles não trazem danos ao meio ambiente, à segurança alimentar e à agricultura familiar.

Mudanças climáticas, agricultura e segurança alimentar

A problemática do aquecimento global e a questão da justiça climática também estabelecem fortes ligações com a Agroecologia. A agropecuária convencional é responsável por parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa devido ao desmatamento, à criação de gado bovino, ao uso de combustíveis fósseis no maquinário agrícola, transporte e armazenamento da produção, bem como à produção e uso de fertilizantes e agrotóxicos empregados na agricultura. A pretensa solução de agrocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar, milho, colza, palma e outros cultivos, além de ocasionar mais desmatamento e todos os demais problemas da agri-

cultura convencional (ASSIS, 2007), trouxe consigo a crise alimentar dos últimos dois anos, pela elevação do custo dos alimentos (SCHLESINGER, 2008; ORTIZ, L, 2008).

Para o movimento ambientalista, a solução para o problema das mudanças climáticas não se encontra na substituição de combustíveis fósseis por renováveis, proposta inviável por muitas razões, nem em tecnologias caras e mirabolantes recentemente cogitadas, mas em uma mudança radical no comportamento e modo de vida da sociedade contemporânea. A base física e biológica do Planeta Terra já não mais comporta o atual padrão de produção e consumo praticado nos países desenvolvidos e em parte do mundo em desenvolvimento e seria impossível estendê-lo aos demais países do globo sem que este entrasse em colapso (DUPAS, 2007). A única alternativa viável para todos nós é a redução drástica no gasto de energia e demais recursos naturais, assim como na geração de resíduos, o que requer a adoção de um outro estilo de vida, bem mais módico no que se refere à produção e consumo de bens e serviços.

As conclusões dos relatórios produzidos pela *Avaliação Internacional do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola* (IAASTD, sigla em inglês), que reuniu centenas de cientistas, responsáveis por políticas públicas, empresas e movimentos sociais em todo mundo, vieram confirmar essa visão, ao mostrar que a única forma de agricultura capaz de garantir a segurança alimentar do planeta é aquela que ao mesmo tempo conserva o solo, os recursos hídricos e a diversidade genética. E é por isso que entre as suas principais recomendações figura a adoção de políticas públicas que privilegiem a agricultura familiar e ecológica.

Marijane Vieira Lisboa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 marijane.lisboa@gmail.com

Referências bibliográficas:

- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. de A; BEZERRA, G das N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- ALIER, J M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (Org.). **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- ASSIS, W. F. T.; ZUCARELLI, M. C. **Despoluindo incertezas: impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável**. Belo Horizonte: Editora e Gráfica O Lutador, 2007.
- BECK, U. **Ecological Politics in an Age of Risk**. Cambridge: Polity Press, 1995.
- COLBORN, T.; DUMANOSKI, D.; MYERS, J. P. **O futuro roubado**. Porto Alegre: LP&M, 2002.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da destruição da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1992.
- DUPAS, G. A questão ambiental e o futuro da humanidade. **Política Externa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 9-25, 2007.
- FERNANDES, G. B. Chega de manipulação. In: VEIGA, J. E. (Org.). **Transgênicos, sementes da discórdia**. São Paulo: SENAC, 2007.
- LISBOA, M. Transgênicos no Governo Lula: liberdade para contaminar. **Revista Cidadania & Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, n. 15, 2008, p. 4-9.
- ORTIZ, L. (Org.). **Novos caminhos para o mesmo lugar**: a falsa solução dos agrocombustíveis. Porto Alegre: NAT, 2008.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Editora Peirópolis/ISA/IEB, 2005.
- SCHLESINGER, S. **Lenha nova para a velha fornalha**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.
- SPOWERS, R. **Rising tides**: the history and future of the environmental movement. Edinburgh: Canongate Books, 2002.
- URBAN, T. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.
- VEINER, C. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.



Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural

Emma Siliprandi

A participação crescente, nos movimentos agroecológicos, de mulheres que se reivindicam feministas – ou com práticas que as situam, *grosso modo*, no campo do feminismo – torna oportuna uma reflexão sobre a aproximação entre esses movimentos e sobre quais os desafios que essa convivência tem trazido, na prática, para ambas as forças de luta social.

Em minha tese de doutorado, estudei histórias de vida de lideranças femininas do campo agroecológico, focando na sua trajetória para conquistar o reconhecimento de seu papel de sujeitos políticos. Foi possível ver que essas mulheres, apesar das suas distintas origens e prioridades, construíam identidades comuns enquanto agricultoras e militantes dos movimentos de mulheres, que tinham como base o seu engajamento em ações questionadoras das desigualdades de gênero no meio rural e do modelo produtivo destruidor do ambiente. Entretanto, por serem agricultoras familiares, estavam submersas em realidades opressivas desde o interior das famílias, vivendo a contradição de criticar aquele modelo produtivo e de organização familiar e ao mesmo lutar para a sua reprodução – exatamente porque o consideravam o mais justo e adequado para um desenvolvimento rural equilibrado e equitativo.

Realizei a pesquisa inspirada por uma preocupação pessoal, proveniente da minha vivência como assessora de movimentos sociais rurais. Fui testemunha, durante muitos anos, das dificuldades encontradas pelas mulheres participantes dos movimentos da agricultura familiar para fazer valer os seus pontos de vista como sujeitos sociais e políticos. Apesar do seu aparecimento público a partir da década de 1980, com movimentos e reivindicações próprias, eram muitos os obstáculos para que elas pudessem conciliar suas vidas pessoais com a militância política, considerando as suas condições específicas de vida, em que o trabalho e a família constituíam universos tão estreitamente vinculados.

No início dos anos 2000, um novo cenário começou a se delinear e a repercutir no movimento sindical rural e de luta pela terra, entre outras esferas dos movimentos sociais do campo: as mulheres agricultoras passaram a apontar para novas questões, que iam além da simples garantia da sobrevivência do modo de vida camponês. Naquele momento, elas passaram a exigir do Estado, da sociedade e dos próprios movimentos uma revisão do lugar destinado a elas nesses modelos. Ademais, começavam a desenvolver políticas de aliança próprias, organizavam eventos públicos, enfim, mostravam força política. Nas discussões propostas por elas, emergiam questões claramente vinculadas com o campo ambiental, ao mesmo tempo em que pautavam temas historicamente trazidos pelo feminismo. Foi o reconhecimento dessa realidade que me fez querer entender como puderam dar esse salto, assumindo um discurso militante que procurava, justamente, integrar esses dois campos, do ambientalismo e do feminismo. Estava claro que estavam se constituindo como novos sujeitos políticos, e esse aparecimento na cena pública merecia atenção.

Após muitas décadas de mobilização e articulação das mulheres rurais em torno do reconhecimento da sua profissão, do direito à sindicalização e da garantia de sua autonomia financeira e produtiva, elas começam a identificar e a denunciar as diversas formas de violência também dentro das famílias rurais, que muitas vezes não é percebida como tal: a proibição de ir a uma reunião; a falta de espaço na família para discutir as questões estratégicas da produção; a falta de acesso ao gerenciamento da propriedade, ao uso dos recursos comuns (tais como a terra, os instrumentos de trabalho, os recursos financeiros, etc.). Para muitas delas, a militância agroecológica foi o espaço onde se deu o seu aprendizado político. Portanto, será ali que elas manifestarão a sua discordância com os sistemas atuais e buscarão construir propostas alternativas, pensando em um modelo de família que se coadune com um ideal de sociedade mais justa e sustentável.

Neste artigo, procuro evidenciar as aproximações entre os propósitos desses dois movimentos e, apesar da existência de alguns pontos de tensão (que procurarei apontar), demonstrar que é possível e necessária a construção de alianças duradouras. No cerne desse debate está a questão da radicalidade do discurso da autonomia e da contribuição dos indivíduos, enquanto sujeitos políticos plenos, na construção de sociedades democráticas e sustentáveis, defendidas tanto pelo feminismo como pelo movimento agroecológico. O reconhecimento da necessidade da participação das mulheres (e de outros sujeitos sociais) nesse processo será uma decorrência dessa radicalidade.

Origens e desafios do (eco)feminismo

O feminismo pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma teoria crítica e como um movimento social que se dedica a desvendar os mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens. Esses mecanismos serão descritos como um sistema *sexo-gênero*, chamado de patriarcado, presente na grande maioria das sociedades conhecidas e que se sustenta sobre raízes materiais, mas também ideológicas e simbólicas, perpetuando a crença de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificariam as desigualdades sociais.

Ao longo da história, as mulheres nem sempre se conformaram com essa situação e buscaram formas de resistência à opressão. São conhecidas entre nós as duas grandes *ondas* do feminismo em nível mundial, no século XIX e no século XX. Mas

mesmo fora desses momentos-chave, em diferentes épocas, homens e mulheres tiveram que fazer esforços intelectuais e políticos muito grandes para tornar visíveis os “marcos de injustiça” em que se encontravam inseridos (expressão de Célia Amorós e Ana de Miguel, em sua obra *Teoria Feminista*, 2005), assim como para poder obter legitimidade para as suas reivindicações de transformação social.

O feminismo chegou aos temas ecológicos já nos anos 60 do século passado. Esse não foi um encontro fortuito. Havia muitos elementos em comum entre a crise ambiental, que se avizinhava com o avanço da industrialização e da urbanização, e a percepção dos movimentos feministas sobre o lugar destinado às mulheres nessas sociedades emergentes. Os problemas decorrentes das guerras e do militarismo e a consciência da exclusão das mulheres do mundo público trouxeram à tona que a sua opressão se reproduzia em outras esferas, inclusive e, sobretudo, nos lares. Daí o lema do feminismo daquele período: o pessoal é político.

Como parte desse movimento, no final dos anos 1970, surge o ecofeminismo, uma teoria que buscava associar a opressão que a humanidade exercia sobre a natureza à forma desigual com que os homens tratavam as mulheres. As ecofeministas europeias e norte-americanas se destacaram nesse debate, sendo sua principal contribuição a percepção da existência de um “marco opressivo androcêntrico”, caracterizado pela postura arrogante que orientava as relações dos seres humanos com o meio natural e os demais seres (expressão de Karen Warren, 1998). Essa postura, além de antropocêntrica, era também androcêntrica e etnocêntrica, porque refletia um descaso para com as condições de sobrevivência do planeta, assim como em relação às mulheres e outras categorias sociais que não fossem os homens brancos e adultos tomados como referência de padrão moral. Vandana Shiva, com seu livro *Abraçar a Vida* (1991), em que conta a história de resistência do movimento de mulheres Chipko, na Índia, destacou-se como uma ecofeminista *terceiro-mundista* por ter questionado também o uso da ciência moderna na destruição de sistemas comunitários de produção agrícola e florestal.

O ecofeminismo é formado por diferentes correntes, desde as mais espiritualistas até as materialistas; desde aquelas próximas ao *essencialismo* (que entende que

**Após muitas décadas de mobilização
e articulação das mulheres rurais
em torno do reconhecimento da sua
profissão, do direito à sindicalização e
da garantia de sua autonomia financeira
e produtiva, elas começam a identificar
e a denunciar as diversas formas de
violência também dentro das famílias...
Para muitas delas, a militância
agroecológica foi o espaço onde se deu
o seu aprendizado político**

homens e mulheres são seres com características essenciais opostas e imutáveis) até as de orientação construtivista. O ecofeminismo construtivista (expressão criada por Alicia Puleo) tenta recuperar tanto a análise das condições concretas de vida das mulheres como os condicionantes ideológicos integrantes do sistema *sexo-gênero* que marcam a construção das subjetividades masculina e feminina e que devem ser desmontados para poder se avançar em direção a propostas de transformação social ecologistas e com igualdade de gênero.

As propostas do ecofeminismo construtivista reconhecem a necessidade da organização da mulher enquanto sujeito político que tem especificidades nas lutas sociais e, particularmente nas questões ambientais, considerando-se igualmente os demais coletivos oprimidos. Resgatam, assim, a linguagem dos direitos e da igualdade como norteadora dessa luta, na qual não pode haver espaço para nenhum tipo de *essentialismo ontologizante* (conforme Alicia Puleo, 2008). Para essa corrente, as alianças entre os movimentos feministas e ecologistas teriam que se dar a partir de alguns pressupostos, entre eles, o do reconhecimento mútuo de que a igualdade em termos de dignidade e direitos entre homens e mulheres é imprescindível e o da necessidade de posturas responsáveis da humanidade diante do meio natural e dos demais seres vivos. Essas seriam as condições para a construção de utopias em que feminismo e ecologismo teriam um papel fundamental.

As mulheres na construção da Agroecologia

Vários textos que descrevem as premissas e os métodos da Agroecologia se referem às desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção¹. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural e que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais. Com a exceção da citação de alguns autores como Vandana Shiva e Joan Martinez Alier (que argumentou sobre a necessidade da inclusão das questões das mulheres nos movimentos ambientais), praticamente não há referências concretas ao assunto na produção dos principais teóricos da Agroecologia, mostrando que, apesar de ser uma questão reconhecida como importante, não obteve o destaque necessário para que fosse, até pouco tempo, objeto de análise.

Apesar dessa ausência de abordagem sobre o tema, é inegável que as relações de poder determinam as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. Parece de fato existir um *vazio de análise* entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas (o *agroecossistema*) e o nível macro (as comunidades rurais, camponesas, indígenas e a agricultura familiar), um espaço que merece ser analisado, uma vez que é onde se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura.

No Brasil, os primeiros textos reivindicando uma maior atenção à participação das mulheres na construção da Agroecologia apareceram em meados da década de

¹ Ver, por exemplo, Hecht (2002); Caporal (1998); Sevilla Guzmán (1999).

1990, na autoria de Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga vinculada a uma organização não-governamental de assessoria a movimentos populares².

Atentando para a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura e para a importância das outras atividades produtivas que elas desempenham no conjunto da unidade familiar (como a horta, o pomar, os animais domésticos e todas as atividades consideradas *secundárias* em relação às culturas comerciais), Maria Emília Pacheco propunha que os projetos agroecológicos passassem a dar destaque àqueles espaços de produção em que as mulheres assumiam o papel principal e, com isso, passassem a reconhecer as próprias mulheres como sujeitos produtivos.

Afinal, essas atividades eram importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade.

O reconhecimento do seu valor implicaria, no entanto, uma mudança de postura dos técnicos que trabalhavam nesse tipo de projeto, pois seria necessário ouvir as mulheres, dar atenção às suas preocupações e reconhecê-las como elementos ativos nas lutas sociais, o que, na prática, até então, ocorria muito esporadicamente (PACHECO, 1997).

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar: preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.).

A antropóloga discutia essa questão usando como referência os postulados da Economia Feminista e de algumas ecofeministas, que mostravam que a exploração do trabalho das mulheres, tanto na esfera produtiva como reprodutiva, obedecia à mesma lógica da exploração da natureza. Desse modo, levantou a questão da necessidade de empoderamento das mulheres, considerando-as como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente, assim como portadoras de uma lógica não destruidora da natureza:

Há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções colocam-se contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre sociedade e natureza, numa perspectiva democrática, para a contestação da exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero e integrar nesse

² Diversas pesquisadoras e pesquisadores (Paola Cappelin, Lena Lavinias, Leonilde Medeiros, Zander Navarro, Cândido Gribowski, entre outros) já vinham se referindo ao ressurgimento dos movimentos de mulheres agricultoras no Brasil, ocorrido durante a década de 1980. Esses movimentos lutavam pelo reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais (visando obter direitos sociais e previdenciários) e por acesso a políticas produtivas específicas (como terra, crédito, assistência técnica) e começavam a ganhar espaço no conjunto das lutas camponesas. Maria Emília Pacheco, no entanto, foi a primeira autora a se referir especificamente à participação das mulheres na construção de experiências agroecológicas.

conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado à sustentabilidade do meio ambiente. (PACHECO, 2002, p.8)

Tal argumento de defesa da importância das mulheres na Agroecologia combinava os postulados feministas do empoderamento das mulheres com os conceitos de coevolução dos sistemas sociais e ecológicos, especificando o papel das mulheres na construção dos conhecimentos, ou seja, reivindicando o status de sujeitos sociais para elas:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre os recursos genéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. [...] Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural. (PACHECO, 2002, p. 20)

No entanto, para reverter a sua situação de invisibilidade e enfrentar as estruturas do poder seria necessário, entre outras medidas, oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que elas tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades. Essa postura representaria um triplo desafio para as organizações que apoiavam essas experiências: revisão das categorias de análise aceitas até então; revisão das práticas político-educativas das próprias ONGs e entidades de assessoria; e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas, levando em consideração os anseios das mulheres (PACHECO, 2002, p. 23).

Essas questões esbarravam claramente na discussão sobre o caráter familiar da agricultura camponesa. O argumento da autora será o de que a Agroecologia terá que aproximar-se dessa discussão, pois,

(...) as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim como a sua reprodução social. (PACHECO, 2005a, p. 2)

Estava claro que um dos pontos mais difíceis seria justamente a desconstrução do mito da família como um conjunto harmônico e integrado, em que todos exercem papéis complementares, *gerenciados* pelo homem. Essa visão idealizada escondia, na verdade, que a família era também um espaço onde se reproduziam relações desiguais de poder entre os homens e as mulheres. Porém, num momento em que se buscava justamente afirmar a *bondade intrínseca* do modelo de agricultura familiar, essa questão tornava-se delicada.

Cumprе lembrar que, no contexto da discussão sobre a importância do campesinato na Agroecologia, estava havendo uma redescoberta de autores como Alexander Chayanov (1974) e Jerzy Tepicht (1973), entre outros, que percebiam o caráter familiar da agricultura camponesa como uma das virtudes que permitia que essa forma de produzir subsistisse dentro do capitalismo, porque era capaz de, permanentemente,



rever a alocação dos recursos produtivos a partir de um balanço entre as exigências do mundo exterior em termos de produção e as necessidades da família.

Nesse debate, estavam em jogo questões como a capacidade da unidade camponesa de acumular capital, incorporar novas tecnologias e apropriar-se da renda da terra. Tratava-se de uma situação de permanente tensão entre crescer e capitalizar-se, por um lado, e sobreviver enquanto modo de vida, por outro. A perspectiva dos marxistas clássicos era, em geral, economicista e determinista (o campesinato estaria fadado *necessariamente* a um determinado destino sob o capitalismo); posições que eram contestadas por autores que buscavam em Chayanov e Tepicht pistas sobre a *inesperada* sobrevivência do campesinato ao longo dos anos, em formações históricas muito distintas. Esses autores viam no aspecto familiar da unidade camponesa uma parte dessas respostas, visto a sua *unidade de propósitos* (a manutenção do patrimônio da família como o objetivo máximo dos camponeses). Era preciso, no entanto, ver mais do que os aspectos econômicos para entender a *lógica do campesinato*³.

Contudo, o que mesmo os defensores do campesinato como *um modo de vida* não conseguiam ver é que os demais membros da família – esposa, filhos, agregados – não eram seres inertes dentro do aglomerado familiar, atuando apenas como mão-de-obra *suplementar* a que se recorria em caso de necessidade. Eram pessoas que ocupavam determinados papéis produtivos e sociais dentro da família, detentoras de saberes diferenciados acumulados por essas experiências e, sobretudo, sujeitos dotados de desejos e necessidades capazes de influenciar também as decisões sobre o futuro do empreendimento familiar.

Maria Emilia Pacheco vai ajudar a quebrar essa visão monolítica da *agricultura familiar*, chamando a atenção para as iniquidades que atingiam as mulheres. Baseou-se em algumas pesquisas que mostravam que, no campesinato, a distribuição do produto do trabalho tendia a ser mais igualitária nos sistemas de produção em que a mulher participava das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos (argumento da equidade). Além disso, apontou evidências de que, quando se expandia o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolviam, aumentavam as opções estratégicas, criando-se condições para que elas tivessem maior autonomia e poder de decisão (argumento do empoderamento baseado nas condições materiais) (PACHECO, 2005, p. 4).

A influência da perspectiva agroecológica na conquista de espaço político pelas mulheres rurais

Com o recente lançamento de campanhas de combate à violência contra as mulheres no campo, por parte de órgãos públicos e de movimentos de mulheres, em um contexto de popularização de uma nova legislação sobre o tema (Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha), essa questão, que permanecia latente em todos os movimentos rurais, ganhou visibilidade. Estudos começam a mostrar a persistência de práticas de violência contra as mulheres, mesmo em grupos ou comunidades que vivem a transição para estilos de produção mais sustentáveis. Os movimentos de mulheres rurais começam a questionar, em diferentes espaços, as origens dessa violência e se propõem a construir propostas para preveni-la e para combatê-la. O assunto tem repercutido também em eventos realizados no âmbito dos movimentos agroecológicos.

³ Uma excelente apresentação dessa discussão pode ser encontrada em Abramovay (1992).

A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras

As mulheres rurais estão identificando um conjunto de situações em que se sentem discriminadas e vêm recuperando temas já antigos nas suas preocupações, como a construção dos estereótipos de gênero, ainda fortemente presentes em nossa sociedade, que designam o espaço doméstico/privado como o seu por excelência, tendo como contrapartida sua exclusão do espaço público. Outro tema que vem sendo novamente abordado diz respeito às condições objetivas de vida de homens e mulheres no campo, reforçadas por regulamentos e instituições que favorecem a existência de práticas opressivas entre os gêneros. O cerceamento à sua autonomia enquanto sujeitos de direitos, participantes ativas da vida social, econômica, cultural e política de uma comunidade, também figura entre as questões retomadas.

A partir dos anos 2000, começaram a ser realizadas algumas pesquisas sobre essa participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais rurais, assim como nas experiências produtivas vinculadas ao movimento agroecológico⁴. Pela primeira vez eram enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais do ponto de vista de gênero, o que levou a concluir que, de maneira geral, participar de experiências agroecológicas proporcionava a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais.

Foram apontados alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos:

- a) O enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar.
- b) A transição agroecológica muitas vezes é vivida pelos agricultores e agricultoras como uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos. Além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o *cuidado*), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias.
- c) A forma como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, uma vez que esse processo exige a integração do

⁴Ver Pastore (2003); Karam (2004); Mourão (2004); Burg (2005), entre outras.

conjunto das atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem.

- d) No período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (Estado, ONGs financiadoras de projetos, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas, tais como cursos e seminários.
- e) A participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima.
- f) O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia.

No entanto, as mesmas pesquisas apontaram que essas transformações não eram automáticas, havendo casos em que, quanto mais o sistema produtivo avançava em direção às práticas ecológicas e integrava-se mais fortemente ao mercado, mais as mulheres ficavam à margem das decisões. Verificou-se então uma espécie de paradoxo: as atividades que eram de domínio das mulheres passavam a ser controladas pelos homens, e elas perdiam poder de barganha dentro das famílias, voltando a atuar somente como mão-de-obra⁵.

As explicações para esses fenômenos teriam que ser buscadas no caráter patriarcal da sociedade em que as mulheres estão inseridas. No contexto da agricultura familiar (de base ecológica ou não), o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência é outorgado aos homens, cabendo às mulheres um lugar subordinado. As atividades consideradas *produtivas* (que geram renda) valem mais que as *reprodutivas* (de manutenção das pessoas), sendo as primeiras identificadas como do universo masculino e as segundas, do feminino. Entretanto, na prática, homens e mulheres transitam entre essas atividades sem se restringirem, obrigatoriamente, apenas a um dos campos; e nem se *comportam*, necessariamente, de acordo com esses modelos. Mas independente do sexo da pessoa que venha a realizar a atividade, a forma de valorização do que é masculino ou feminino permanece; assim como, mesmo que o comportamento das pessoas não corresponda ao modelo esperado, é esse conjunto de representações que serve como referência.

Para chegar a uma compreensão mais próxima de como foi possível, para elas, romperem com esses dilemas na prática e entender os processos pelos quais elas estavam se constituindo como sujeitos políticos, sendo ao mesmo tempo *agricultoras*

⁵ Magalhães (2005) analisa um caso semelhante também no Brasil: a *masculinização* da produção leiteira no oeste paranaense, mostrando como essa atividade, tradicionalmente considerada feminina, desloca-se para o controle dos homens quando o leite passa a fazer parte de um mercado mais estruturado e começa a gerar mais renda para as famílias. Fica claro então que o fator sucesso econômico alcançado eventualmente com as atividades desenvolvidas tradicionalmente por mulheres, por si só, não explicaria uma tendência da agricultura ecológica em abrir espaços para uma maior autonomia das agricultoras. Outros fatores teriam que ser analisados para entender melhor o que favoreceria ou dificultaria essas transformações.

ecologistas e *feministas*, foi necessário combinar uma série de abordagens, teóricas e empíricas, que fossem além do que já estava dito até então, seja sobre os movimentos de mulheres e o feminismo, seja sobre os movimentos camponeses e a sua relação com o meio natural.

Em primeiro lugar, a análise do envolvimento delas com as lutas sociais por igualdade de tratamento diante do Estado e da sociedade, pela garantia dos seus direitos, mostrou um caminho que já havia sido trilhado por muitas outras mulheres ao longo da história. Se pensarmos nas lutas das mulheres desde a Revolução Francesa, passando pelo sufrágismo do século XIX até os movimentos contestatórios da década de 1960, ou se observarmos a trajetória das camponesas indianas da década de 1980, encontraremos muitos casos em que a luta pela ampliação de direitos, orientada por um desejo de equidade social, fez com que as mulheres descobrissem que era preciso refletir sobre a sua própria condição e organizar-se em espaços próprios. Fizeram-se *feministas* por força da necessidade, porque no decorrer do processo perceberam a opressão de gênero, atentaram para o fato de que seu mais elementar direito de expressão e articulação era cerceado porque eram mulheres.

Uma segunda questão diz respeito à sua inserção dentro da agricultura familiar. O acesso das mulheres aos recursos produtivos (incluindo o meio natural) e aos bens simbólicos associados à agricultura familiar é restrito por ser marcado pelas relações desiguais de gênero no campo. Por outro lado, o envolvimento das mulheres com os temas da reprodução e dos cuidados está atrelado às suas atribuições de gênero, embora elas mesmas estejam gestando propostas para quebrar com essa exclusividade. A valorização atribuída pelas mulheres a aspectos das relações entre os seres humanos e a natureza está vinculada com o fato de terem uma inserção determinada na estrutura produtiva, acompanhada da construção da sua subjetividade como *cuidadoras* das pessoas e dos demais seres, o que não acontece com os homens.

Muitas vezes essas correlações não estão evidentes à primeira vista. Estão escondidas atrás de estereótipos, de normatizações sobre como deveriam ser homens e mulheres, disfarçadas de descrições da realidade (*homens são de um jeito, mulheres são de outro*), que, em última instância, impedem o avanço de propostas emancipatórias para todos. Diferentemente, podemos ver que o papel ocupado pelas mulheres na produção familiar é dinâmico e mutável:

- Elas são criadoras/transmissoras de uma cultura camponesa, que se expressa, por um lado, nas atividades que ainda estão sob sua responsabilidade e que elas têm a função de perpetuar. Mais do que as atividades ou tarefas em si, o que está em jogo é a transmissão às novas gerações de valores e símbolos, associados à autonomia e à *dignidade camponesa* (por exemplo, com relação às questões da alimentação e da saúde) – temas sobre os quais elas podem dar testemunhos muito mais *pró-ambiente* do que os homens, em função das suas atribuições e papéis sociais atuais. Nesse sentido, elas não atuam como meras transmissoras desses valores, mas também como criadoras de *novas tradições*.
- Do ponto de vista das condições concretas para a realização de suas atividades, é evidente o cerceamento à autonomia e a inexistência de garantias ao exercício dos seus direitos, o que hoje se verifica pelo seu precário acesso à terra, aos insumos, ao crédito, às informações, bem como pela sua inserção subordinada na gestão das propriedades. As mulheres enfrentam ainda enormes dificuldades

para assumir papéis de liderança, dadas as interdições a que são submetidas e à sua constante desvalorização social.

- Do ponto de vista da Agroecologia, a falta de reconhecimento das mulheres agricultoras como sujeitos plenos de direitos está comprometendo todo um conjunto de possibilidades de enriquecimento dos movimentos, seja em termos das atividades dominadas por elas, sobre as quais elas já têm saberes acumulados, seja em relação à construção da equidade social e de gênero, tão apregoada e tão pouco promovida. A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras.

Existem ainda muitos entraves para a plena participação das mulheres na luta política, mas por diferentes meios elas se motivam e os enfrentam, construindo sua militância feminista e ambientalista. De forma semelhante a muitas feministas que as precederam – ainda que não se assumam necessariamente como tal – elas partem do questionamento de suas condições estruturais (acesso a meios de sobrevivência) para interpretar e *desmontar* ideologicamente o sistema que as oprime, inclusive quanto à construção das subjetividades, sendo essa questão fundamental para entender o papel de homens e mulheres nas suas relações com o meio natural. Elas estão se organizando para propor mudanças a esse sistema, projetando ideais e utopias a serem construídos por intermédio de ações políticas coletivas. Não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do planeta, mas como mulheres agricultoras que lutam para exercer seu direito enquanto sujeitos plenos de suas próprias vidas, contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem.

Emma Siliprandi

engenheira agrônoma, doutora em Desenvolvimento Sustentável
emma.siliprandi@gmail.com

Referências bibliográficas:

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS, 1992.
- AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Ed.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Madrid: Minerva, 2005. 3 v.
- BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) – Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha.

- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, p. 21-52, 2002.
- KARAM, Karen. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 303-320, jan./abr. 2004.
- MAGALHÃES, Reginaldo. **A “masculinização” da produção de leite**. São Paulo: 2005 (mimeo).
- MOURÃO, Patrícia de Lucena. **Agricultura familiar em Abaetetuba: um olhar sobre as práticas agroecológicas e as relações de gênero**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Construindo um diálogo: feminismo e agroecologia (entrevista). **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 28/29, n. 103/104, dez./mar. 2005.
- _____. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).
- _____. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Proposta**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997.
- PASTORE, Elenice. **Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na região serrana do Rio Grande do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PULEO, Alicia. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Isegoría - Revista de Filosofía Moral y Política**, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.
- TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.
- SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- WARREN, Karen. El poder y la promesa de un feminismo ecológico. In: AGRA, Maria Xosé (Comp.). **Ecología y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p. 117-147.



A Agroecologia e os movimentos sociais do campo

Depoimentos de: **Alberto Broch, Altemir Tartelli e João Pedro Stédile**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são as três maiores representações do movimento social no campo brasileiro, em termos de capilaridade nacional e de expressão política. Nos últimos anos, as três organizações vêm articulando crescentemente suas pautas de luta e suas intervenções em diferentes espaços públicos em defesa de um novo projeto para o mundo rural, fundado na agricultura familiar e camponesa e na sustentabilidade socioambiental.

Contag, Fetraf e MST participam da Coordenação Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e têm se integrado a várias ações convergentes promovidas pela ANA, buscando influenciar a elaboração de políticas públicas orientadas para o fortalecimento da produção familiar de base ecológica. Pela importância que assumem enquanto referências políticas socialmente ativas e reconhecidas e pela capacidade mobilizadora de forças vivas do campo brasileiro em torno a um projeto democrático de desenvolvimento rural, o futuro da agricultura familiar camponesa no Brasil depende em grande parte das opções desses movimentos e de sua capacidade de traduzir em projeto político coletivo as estratégias de resistência e de inovação que estão sendo construídas em todo o país pela iniciativa dos produtores e produtoras familiares.

Por essa razão, os depoimentos de Alberto Ercílio Brochi, presidente da Contag, de Altemir Antônio Tortelli, coordenador da Fetraf-Sul, e de João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST, adquirem um significado particular neste número da *Revista Agriculturas* dedicado à reflexão sobre o presente e o futuro da agricultura familiar camponesa no Brasil. Os depoimentos dos três dirigentes foram tomados com base em questões de igual teor propostas pela revista.

Alberto Ercílio Broch - Presidente da Contag

Por um projeto alternativo de desenvolvimento

Para a Contag, a principal estratégia para um novo projeto de desenvolvimento para o país passa necessariamente pela potencialização da vocação produtiva e social da agricultura familiar. Isso significa a problematização do modelo agrícola e agrário ainda vigente no Brasil, centrado no produtivismo a qualquer custo, que tem trazido sequelas sociais e ambientais. Por seu acúmulo histórico, a Contag vem concentrando esforços desde 1994, ano do seu sexto Congresso, na elaboração e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), que visa discutir o modelo de desenvolvimento ao propor o restabelecimento do papel do Estado por meio da disponibilização de políticas públicas (agrícolas, sociais e estruturais) que tenham como foco principal a valorização da agricultura familiar. A Contag também foca suas ações na exigência de regulação e normatização legal das relações de trabalho ante a tendência cada vez mais explícita de assalariamento do meio rural brasileiro.

Pacto entre atores e papel do Estado

A proposição de um pacto ou contrato entre os atores sociais do campo é fundamental. É preciso reivindicar e exigir a responsabilidade do Estado na implantação de políticas públicas para produção, comercialização e abastecimento com o devido compromisso com a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar. O objetivo é potencializar a vocação produtiva de alimentos da agricultura familiar e gerar oportunidades sociais para o campo, promovendo o desenvolvimento articulado com outros setores da sociedade (urbano e, em especial, o Estado). É necessário estimular o processo de diversificação e elevar a autonomia das populações locais ao ampliar o acesso e a organização dos mercados. Isso vai exigir mais do que nunca o diálogo/confronto com o setor hegemônico do agronegócio na busca de regulação das relações de trabalho como forma de combater a pobreza e a desigualdade. É preciso incorporar os invisíveis do campo (os mais vulneráveis), justamente aqueles que não estão organizados nem representados. Outra questão: é necessário respeitar as vocações produtivas, sociais e ambientais dos territórios. Isso vai exigir uma nova postura de participação que amplie nossa presença na esfera de articulação política por meio da eleição de representantes em todos os níveis comprometidos com o ideário filosófico desse projeto de desenvolvimento. Será a demonstração inequívoca de que há um outro tipo de agricultura no cenário brasileiro, cuja importância econômica e social as forças conservadoras insistem em não admitir.

Políticas diferenciadas para atender a diversidade de situações

A diversidade de sistemas de produção é a expressão da necessidade da intervenção do Estado por meio de políticas públicas diferenciadas, em termos de alocação de financiamento adequado, geração de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e assistência técnica e extensão rural de qualidade. Além disso, a criação de políticas de valorização cultural e a garantia de acesso a mercados diferenciados são possíveis estratégias de inserção social e econômica que valorizam essa diversidade e, ao mesmo tempo, constituem expressões concretas de alternativas de produção

que fogem do modelo agrícola tradicional e geram desenvolvimento local. Mesmo os agricultores familiares que se encontram inseridos nos processos produtivos de verticalização integrada necessitam do olhar do Estado, que deve promover mecanismos regulatórios a fim de evitar relações de trabalho degradantes e exploratórias e que ultrapassem a dimensão meramente produtivista, incorporando os preceitos de produção sustentável e da segurança alimentar.

Potencializar a produção agroecológica

A proposta de agricultura de base ecológica constitui uma das alternativas de produção do PADRSS e foi ratificada no 10º Congresso da Contag, realizado em março deste ano, concedendo aos agricultores familiares e às populações tradicionais o reconhecimento da suas iniciativas como elementos que devem ser alvo de atenção e fomento de políticas de Estado. Gradativamente, essa opção vem sendo incorporada pelo sindicatos e federações ao universo dos(as) trabalhadores(as), traduzindo-se em inúmeras iniciativas e experiências de produção orgânica ou agroecológica. Contudo, faz-se necessário um conjunto de medidas políticas que potencialize a produção agroecológica, garantindo aos produtores uma rentabilidade compatível com a oferta de um produto diferenciado, com qualidade e sanidade. É notório que há um movimento de valorização dessa opção produtiva na sociedade, estimulado pela redução dos preços dos produtos orgânicos/agroecológicos para os consumidores, mostrando que as práticas ambientalistas podem ser combinadas com sucesso às práticas comerciais de acesso e ampliação dos mercados. Há inúmeras iniciativas que revelam e sinalizam uma grande transformação e valorização desses produtos, uma vez que os programas de produção ambientalmente sustentáveis estão se tornando parte de estratégias de muitas empresas para aumentar as inovações e criar novos mercados para produtos diferenciados.

Altemir Antônio Tortelli - Coordenador geral da Fetraf-Sul

Visão da Fetraf para a sociedade brasileira

A Fetraf é oriunda da vertente de movimentos sociais e políticos de esquerda que, a partir dos anos 1980, teve a ousadia de pensar alternativas para o país. Essas alternativas foram se construindo, se afirmando e se concretizando de várias maneiras, seja na luta por reforma agrária, por outro sindicalismo, por um novo partido que representasse os trabalhadores ou por novas formas de fazer agricultura e assistência técnica. Os frutos disso tudo são vários, sendo um deles, atualmente, a existência de um presidente da República de origem operária, que faz a diferença quando pensa o papel do Estado, na contramão do neoliberalismo do governo anterior.

Nos últimos 25 anos, também houve as diferenciações dos movimentos na definição das táticas e estratégias políticas, mesmo mantendo uma base comum, uma identidade forte, na perspectiva de se promover mudanças socioeconômicas. A questão colocada é como fazer essas mudanças, e isso tem nos diferenciado, apesar de visualizarmos no horizonte uma sociedade com características comuns, fraterna e justa, sem exploração e dominação de qualquer tipo, democrática, que tenha no so-

cialismo a referência fundamental. Isso quer dizer ou nos sinaliza sempre que temos que caminhar no sentido oposto da lógica capitalista.

E, para falar sobre o nosso projeto, podemos tomar como referência nosso último Congresso, que ocorreu em 2007. Ali está nosso conteúdo programático, que serve de orientação para nossas ações e para a articulação destas com o projeto político maior de sociedade que propomos e que estamos empenhados a construir. Nosso projeto para o campo e para a agricultura familiar deve estar em sintonia com o projeto de sociedade que queremos, porque não estamos isolados do mundo exterior.

As bandeiras da Fetraf

De forma muito resumida, coloco algumas propostas para a agricultura, começando pela questão fundiária. Na nossa visão, a Reforma Agrária mantém a sua atualidade e a Fetraf luta pela sua efetivação. Acreditamos que a concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucas pessoas é um problema para a democracia, pois o poder político e econômico também fica concentrado. Hoje, mais grave ainda, é o domínio estar nas mãos de grupos internacionais, o que afeta a soberania do país e, portanto, é inaceitável. Além disso, a degradação ambiental de alto impacto é feita pelos grandes produtores rurais, que apenas por ambição querem extensões de terras e lucros cada vez maiores, fazendo pressão sobre os ecossistemas.

Defendemos que o Estado brasileiro deve ter como estratégia a implementação de políticas públicas que intervenham na agricultura de modo que garanta a segurança e a soberania alimentar. Nós nos opomos às propostas liberais de deixar que o mercado por si só resolva as questões da alimentação e do abastecimento. Defendemos a elaboração de políticas públicas que criem as condições de existência de uma agricultura que produza alimentos em quantidade e qualidade, com preços favoráveis aos trabalhadores. Defendemos que a agricultura familiar deve ter tratamento diferenciado, especial, por parte do Estado. Defendemos que a agricultura familiar seja declarada como de importância estratégica para o país, inclusive sendo considerada como parte da soberania do Brasil. Um país que não produz seus próprios alimentos é vulnerável. E isso diferencia o Brasil de muitos outros países. Isso requer várias políticas públicas de grande alcance social que protejam a agricultura familiar, sem deixá-la à mercê do mercado e das oscilações internacionais do capitalismo globalizado.

Um projeto solidário

No âmbito da Fetraf, estamos nos últimos anos propondo e construindo processos organizativos que fortaleçam a agricultura familiar e criem formatos que possibilitem enfrentarmos o atual modelo produtivo, como cooperativas de produção (de leite, por exemplo), de crédito, de habitação, de agroindustrialização e de comercialização. Na nossa concepção, as saídas são coletivas e passam necessariamente pela organização dos agricultores e pelo estabelecimento de formas solidárias de relacionamento em sociedade. Devemos construir, a partir de nossas bases, outra economia, dentro do lema de que *outro mundo é possível*. Nossas iniciativas da área socioeconômica devem ser compatibilizadas com fortes e constantes mobilizações políticas, de enfrentamento de modelos. Na base da Fetraf, estamos já há alguns anos organizando agroindústrias familiares, que por sua vez se organizam em redes, formando assim identidades comuns, buscando se fortalecerem mutuamente. Preci-

samos continuar buscando alternativas ao modelo dominante na produção, agroindustrialização e comercialização. Nossa ação deve sempre se opor ao individualismo e criar novas relações socioeconômicas.

Novas políticas públicas

O censo agropecuário divulgado recentemente reafirmou o que já sabíamos: que a agricultura familiar é responsável por grande parte dos produtos que compõem a dieta alimentar do país. Acreditamos que isso talvez nos ajude um pouco no enfrentamento de modelos. E devemos reconhecer que o governo do presidente Lula criou um leque de políticas importantes que beneficiam a agricultura familiar. O problema é que muitas são políticas de governo, e não sabemos se, com a mudança de governantes, se perpetuarão. O próprio governo Lula está em disputa. Mas o certo é que o futuro nos desafia, e estamos conscientes disso. Sabemos que o poder econômico e político do agronegócio é grande, está fortalecido e se internacionalizando cada vez mais. Nossas cooperativas e agroindústrias enfrentam enormes dificuldades porque têm que concorrer com as grandes empresas ou grandes cooperativas tradicionais. Os agricultores são atraídos por vantagens financeiras momentâneas e discursos ideológicos que criam ilusões e expectativas de que resolverão seus problemas individualmente.

Nesse contexto, precisamos pressionar o Estado por políticas favoráveis à agricultura familiar e, de nossa parte, devemos nos organizar para resistir e ao mesmo tempo gestar outro modelo. Acreditamos que precisamos fazer alianças políticas, buscar convergências e unidade em pontos estratégicos. Precisamos constituir uma frente ampla. A fragmentação dos movimentos sociais e da esquerda só serve ao avanço dos conservadores da direita. Precisamos ainda gerar consciência política e mobilização dos trabalhadores, do campo e da cidade. A estratégia passa por construir alternativas e gestar o novo, propor políticas e ao mesmo tempo fazer embate político e organizar os agricultores.

Soluções diferenciadas para situações diferentes

Na base da Fetraf de todo o Brasil as diferenças se expressam visivelmente. Portanto, temos que, a partir de uma proposta programática comum, responder a cada grupo específico que compõe a nossa base social. Um exemplo disso são os agricultores que cultivam fumo. Milhares deles estão na região Sul e na base da Fetraf, que teve a coragem política de apoiar que o Brasil fosse signatário da Convenção-Quadro que combate o plantio de tabaco no mundo. Apoiamos por coerência, por saber que o fumo é um problema de saúde pública de grande proporção. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ignorar que milhares de famílias cultivam fumo e dele sobrevivem. Portanto, nossa postura é de reivindicar políticas públicas que desestimulem o plantio de fumo e incentivem as famílias a cultivarem outros produtos. Combatemos o fumo, mas estamos junto com as famílias. Da mesma forma, temos agricultores pobres e outros capitalizados, com diferentes expectativas e necessidades. Nesse sentido, é preciso compreender toda essa complexidade e trabalhar na convergência de um projeto estratégico para a agricultura familiar que seja sustentável, solidário e que respeite as diversidades culturais. Defendemos que se tenha um conjunto de políticas públicas amplas e outras específicas, que corrijam injustiças e valorizem grupos especiais. Acreditamos que quanto mais organizadas e ecologizadas as famílias estiverem

melhores condições teremos de ter sustentabilidade, mas os parâmetros que avaliam isso devem se diferenciar de acordo com as peculiaridades regionais e culturais. Ter muitos agricultores que planejam deixar o fumo nos próximos cinco anos já é algo a ser comemorado, mesmo que eles não estejam fazendo agrofloresta ou mesmo que nunca venham a fazer. Mas acreditamos que a base de referência de modelos sustentáveis deve ser uma produção diversificada e ecológica, menos dependente de empresas, com as famílias organizadas em alguma forma de cooperação e construindo cadeias curtas entre a produção e o consumo final.

A Agroecologia no programa da Fetraf

A Fetraf encerra em seu programa um compromisso central com a Agroecologia. Reafirmamos isso no nosso Congresso e em todos os fóruns de que participamos. É parte do projeto estratégico de construção de outro modelo produtivo e de sociedade, que naturalmente vai além da produção, uma vez que envolve princípios éticos e uma nova base de relacionamento entre as pessoas e o meio ambiente, um novo padrão de consumo e uma nova visão de sociedade. Em termos práticos, a Fetraf incorporou a Agroecologia em todas as suas formações, capacitações e projetos educacionais. Também já há alguns anos temos estimulado e desafiado nossos sindicatos a incentivarem e apoiarem os agricultores a iniciar processos de transição para uma agricultura de base ecológica ou pelo menos a adotar novas posturas e tecnologias menos impactantes. Com isso disseminamos diversas práticas sustentáveis e, em muitos casos, houve a conversão total dos sistemas de produção, criando referências importantes para o diálogo pedagógico que irradia possibilidades e nos faz acreditar em novos tempos.

No âmbito político e macro, temos defendido a elaboração ou o aperfeiçoamento de políticas públicas que possam estimular e criar as condições objetivas para que os agricultores tenham mais facilidade em se engajar na transição agroecológica. Um exemplo disso é o Pronaf Sustentável, que sempre defendemos em nossas lutas políticas e que agora está se tornando real. E, na nossa última jornada de lutas deste ano (2009), levamos a Brasília um conjunto de pontos de pauta para beneficiar a agricultura familiar. Dentre outras questões, propusemos a criação de um grande Programa Nacional de Agroecologia, que segundo nossa concepção deve incluir crédito subsidiado para as famílias que quiserem optar por esse modo de produção. E, mais que isso, o Programa deve envolver a pesquisa pública, direcionando volumes significativos de recursos para a geração de novos conhecimentos que fomentem essa perspectiva, além de uma nova educação para o ensino de escolas agrícolas e universidades e uma Ater voltada para a promoção de outro modelo agrícola e de desenvolvimento.

Acreditamos que a construção de uma nova agricultura, de base ecológica, deve ser impulsionada por políticas públicas que favoreçam as famílias que estão dispostas a fazer a transição, mas que também apoiem aqueles atores sociais que vêm desenvolvendo processos junto aos agricultores, como os movimentos sociais, as cooperativas e ONGs que trabalham com Agroecologia. Várias frentes e iniciativas compõem a estratégia da mudança de modelo produtivo, que deve incluir o estímulo à conscientização do consumidor urbano e, nesse aspecto, acreditamos que a inclusão de alimentos agroecológicos no cardápio da merenda escolar é um passo importante. Estamos também executando projetos de Ater nos últimos anos e queremos avançar

nisso, ao promover uma assistência técnica que tenha, nos seus objetivos centrais, a construção da Agroecologia e o desenvolvimento sustentável e solidário.

Enfim, acreditamos que não há outra opção senão mudar o rumo, ou seja, devemos obrigatoriamente transitar para outro tipo de agricultura, pois o atual modelo é excludente, concentrador de riquezas e causador de impactos ambientais, que trazem sérios prejuízos para as famílias de agricultores, à sociedade em geral e à natureza, que vem reagindo às agressões. A cada dia fica mais visível que o mundo do jeito que está, sujeito à lógica de mercado capitalista, é insustentável sob qualquer ângulo que se queira analisar. Mas apostamos que *outro mundo é possível*, e a Fetraf está empenhada em contribuir para concretizar isso, através de várias iniciativas locais.

João Pedro Stédile - Membro da Coordenação Nacional do MST

Origens do modelo agrícola brasileiro

Podemos dividir a história da organização capitalista da agricultura brasileira em três períodos bem definidos. Durante quatro séculos de colonianismo, a grande propriedade, classificada pelos historiadores como *plantation*, organizou a produção para exportação, baseando-se no trabalho escravo. Depois, a partir da crise daquele modelo e da Revolução de 1930, implantou-se um modelo capitalista de industrialização dependente, que subordinou a produção agrícola aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista de organização da produção, combinava a grande propriedade exportadora (para obter divisas e financiar a compra de máquinas) com a agricultura camponesa, que produzia alimentos para o mercado interno e abastecia a indústria com sua mão-de-obra sobrando. No período de ascensão tecnológica, a indústria difundiu então as técnicas da chamada Revolução Verde, que consistia basicamente no uso de insumos produzidos pela indústria, como fertilizantes químicos, máquinas e agrotóxicos.

Agronegócio: modelo agrícola sem agricultores

O modelo da Revolução Verde entrou em crise na década de 1980. A partir da década de 1990, a economia brasileira passou a ser dominada pelo modelo de acumulação hegemônico pelo capital financeiro e internacionalizado, relegando a agricultura a uma condição de completa submissão às empresas transnacionais. Dessa forma, surgiu o modelo agrícola do agronegócio. O agronegócio é mais que um verbo, é um modelo de organização da produção totalmente subordinado aos interesses apontados. Os grandes fazendeiros, em geral os que detêm acima de 500 hectares, reorganizaram sua produção para o mercado externo, vão aumentando a escala a cada ano para se manterem competitivos e, portanto, vão expandindo as áreas de lavoura. Mas só conseguem aumentar a produção com o uso intensivo de mecanização e de venenos. Transformaram-se então em agentes de um modelo tecnológico predador da natureza, pois contaminam os solos e as águas, além dos próprios alimentos que produzem. Trata-se de um modelo também socialmente injusto, que expulsa o trabalhador rural do campo. É o que denunciamos na Via Campesina: no agronegócio,

não há lugar para camponeses nem sequer agricultores, pois os trabalhadores desse modelo usam as técnicas do padrão internacional e se transformam em tratoristas, aplicadores de venenos, etc.

Por outro lado, houve um aumento extraordinário da dependência em relação ao capital financeiro, que é quem fica com parte dos lucros da produção agrícola pela cobrança dos juros. O agronegócio, segundo o Censo Agropecuário de 2006, produz em torno de R\$ 85 bilhões (PIB agrícola), mas para isso precisou tomar empréstimos de cerca de R\$ 80 bilhões dos bancos.

Aumentou também a dependência das empresas transnacionais, que controlam os insumos utilizados, o mercado e os preços. Prova disso é que as 20 maiores empresas que atuam no comércio e na agroindústria (a maioria transnacionais) tiveram uma receita de R\$ 112 bilhões em 2007.

Concluindo, o agronegócio é um modelo agrícola insustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social. Não interessa ao povo brasileiro e traz como consequência, além da degradação do meio ambiente e produtos contaminados, a concentração da propriedade da terra, da produção e da renda. E, portanto, contribui para uma sociedade mais desigual e injusta. Nesse projeto não há espaço para os camponeses, mesmo os pequenos produtores mal conseguem sobreviver e se transformam em pequenos capitalistas, totalmente subordinados aos interesses do modelo.

O projeto do MST para a agricultura brasileira

O MST vem debatendo nos últimos anos e, no nosso último Congresso, realizado em 2007, formulamos uma proposta de projeto agrícola, que chamamos de projeto de reforma agrária popular ou um modelo de agricultura popular.

Isso porque nos damos conta de que agora não há mais espaço para uma reforma agrária clássica, que no passado apenas distribuía terra, democratizava a propriedade, mas subordinava os camponeses e agricultores familiares aos interesses da indústria. Naquele tempo, as burguesias industriais eram impulsionadoras de reformas agrárias clássicas. Assim aconteceu em todos os países desenvolvidos, industrializados, ao longo do século XX.

Agora, para o caso brasileiro, precisamos pensar um novo modelo, que enfrente a situação de dominação das empresas transnacionais e do capital financeiro. Precisamos desenvolver uma agricultura que, em primeiro lugar, democratize a propriedade da terra como pilar da igualdade de condições e de oportunidades sobre os bens naturais. E, a partir disso, precisamos reorganizar a produção para priorizar a produção de alimentos saudáveis e para o mercado interno.

Precisamos reestruturar o modelo agroindustrial, organizando as agroindústrias com base em cooperativas em todos os municípios e assentamentos, para que haja mais emprego, sobretudo para a juventude do meio rural, e uma melhor distribuição dessa riqueza entre os trabalhadores da agricultura e da indústria.

Precisamos desenvolver um novo modelo tecnológico, agora baseado em técnicas agrícolas que estejam em equilíbrio com a natureza e, ao mesmo tempo, consigam aumentar a produtividade física da área e do trabalho, sem uso dos agrotóxicos. É isso que chamamos genericamente de técnicas da Agroecologia.

Precisamos combinar as mudanças na produção e nas técnicas com um amplo processo de democratização da educação, em todos os níveis de ensino e para todas as faixas de idade, a realizar-se no meio rural, onde as pessoas vivem. Vejam os dados reveladores do último Censo: temos em torno de 30% de analfabetismo entre os trabalhadores da agricultura e 90% não têm o ensino fundamental completo. Precisamos combater isso também. E, por último, devemos desenvolver e valorizar a cultura do meio rural como um fator fundamental de congregamento e unidade social.

Esse é o nosso projeto de agricultura popular, que consiga fixar a população no meio rural, desconcentrar e gerar renda e condições de vida dignas.

Caminhos diferenciados, princípios comuns

Evidentemente que no nosso projeto popular de agricultura devem caber todas as mais diferenciadas formas de organização da produção, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista de organização social. Até porque em cada microrregião de nosso território elas são influenciadas pelos diferentes biomas, microclimas, pela vocação agrícola, pelas necessidades de consumo da população que está nas cidades próximas. As diferentes formas são necessárias, mas dentro de um novo modelo, de novos paradigmas que orientem a produção em geral e que combatam a exploração pelas empresas e a degradação da natureza.

Desafios da Agroecologia

Nós temos enfrentado muitos desafios dentro dessa proposta de Agroecologia. Primeiro: embora tenhamos um acúmulo de conhecimento científico em todos os países, que reconhece os saberes tradicionais da humanidade para produzir alimentos sem agredir a natureza, estabelecendo uma parceria com ela, temos muito poucos profissionais da área agrônômica que possam nos ajudar a multiplicar os conhecimentos e realizar o verdadeiro fomento no meio rural.

Segundo: a academia brasileira está totalmente hegemônica pelos interesses do agronegócio. Assim, os jovens agrônomos são formados na visão estreita desse modelo, enquanto os pesquisadores somente recebem apoio para estudar produtos e meios que interessam ao capital.

Terceiro: nós temos ainda muita deficiência em dar uma certa homogeneidade aos conceitos e práticas agroecológicas. Não precisa colocar tudo num manual, mas pelos menos tentar clarear alguns princípios, conceitos, práticas, etc.

Quarto: precisamos convencer cada vez mais agricultores de que é possível adotar práticas agrícolas coadunadas com a natureza, que permitam aumentar a produção, a produtividade do trabalho e a produtividade física por área. Ou seja, podemos e devemos aplicar essas técnicas em escala suficiente e necessária para conseguir alimentar todo nosso povo, com produtos sadios e de forma regular.

Quinto: há ainda muito preconceito e uma influência muito grande da hegemonia do capital sobre a agricultura, o que faz com que muitos camponeses ideologicamente pensem apenas em imitar os fazendeiros, como se isso fosse garantir o aumento da produção, do lucro e da melhoria das condições de vida. Então, há um trabalho político-ideológico também, para que os pequenos agricultores camponeses se deem conta dos interesses de classe que estão por trás de cada modelo.

Construindo o enfoque agroecológico

Para enfrentar esses enormes desafios, o MST tem concentrado energias crescentes, dependendo também da evolução do nível de consciência e de conhecimento dos próprios militantes. No dia-a-dia, temos dedicado muitos esforços para multiplicar o ensino da Agroecologia, sobretudo no níveis médio e superior. Hoje, temos convênios com diversas universidades, no mínimo uma por bioma, para tentar formar novos agrônomos, com uma nova visão de agricultura agroecológica. Recentemente, conseguimos formar novas turmas.

Temos procurado difundir e multiplicar o intercâmbio entre as experiências positivas dos assentamentos, embora ainda de forma muito incipiente, para demonstrar que é possível produzir em escala, abastecer o mercado interno, as cidades, com alimentos saudáveis.

Temos procurado levar esse esforço para toda a América Latina, associando-nos a outros movimentos camponeses. Estamos construindo uma rede de Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (Ialas) para termos escolas e intercâmbio em nível regional que formem mais agrônomos, em diferentes países. Hoje, há cursos em andamento em Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Chile e pretendemos ampliar para a região amazônica, Paraguai, Argentina e Peru.

Como vemos, será um longo trabalho e um longo caminho que teremos pela frente. Mas estamos seguros dele. Ao contrário do modelo do agronegócio, que não tem futuro. Suas contradições vão levar a que a própria população da cidade comece a rejeitar seus produtos, comece a se dar conta de suas responsabilidades em relação à falta de qualidade dos alimentos, cada vez mais contaminados e gerando doenças. A sociedade deverá assumir sua responsabilidade nas alterações climáticas, que afetam todo mundo. Além disso, do ponto de vista econômico, o modelo do agronegócio está cada vez mais dependente do capital financeiro e de uma agricultura baseada no petróleo, o que precipitará o seu fim.

Publicações

Camponeses do Brasil – entre a troca mercantil e a reciprocidade

SABOURIN, Eric. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 328p. (Coleção Terra Mater)

http://www.garamond.com.br/produtos_descricao.asp?lang=pt_BR&codigo_produto=380

O mundo rural brasileiro se defronta com um conjunto de desafios, dentre os quais merecem destaque: o imperativo da reforma agrária como estratégia de desenvolvimento; a incorporação de bolsões de pobreza rural a atividades voltadas ao mercado; os riscos de degradação socioambiental e cultural; a monocultura; a dependência de tecnologias intensivas em agroquímicos; o esvaziamento demográfico do campo. Esses desafios podem ser sumarizados na ideia da compatibilização entre modernidade e sustentabilidade.

O livro apresenta uma oportuna abordagem sobre a realidade do campo brasileiro, cujas mudanças recentes demandam novas leituras e, principalmente, a consideração de novos aspectos. O trabalho rigoroso, fundamentado em criteriosa pesquisa teórica, histórica e aplicada, trouxe à tona importantes elementos, que podem reanimar o debate sobre o papel da agricultura familiar no Brasil, tema de grande interesse para as políticas públicas em geral.

A vasta experiência teórica e prática do autor, em diferentes países, permitiu um diálogo entre a literatura clássica e estudos mais recentes sobre campesinato. Um mérito da obra é, portanto, a atualização de questões que marcaram todo o século XX – como o papel da agricultura camponesa, suas identidades e modos de resistência – para o contexto brasileiro, já no século XXI. Dentre os novos elementos lançados, podemos citar a aproximação entre a análise da agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos de base comum, a evolução das relações de reciprocidade entre camponeses (com destaque para os projetos comunitários) e o avanço das relações mercantis no seio de comunidades onde o nível de monetização da economia era baixo.

A obra apresenta relevantes aspectos que podem inspirar a elaboração de políticas públicas, ao mesmo tempo em que permitem atualizar a agenda de temas da pesquisa acadêmica. O cruzamento entre a análise de comunidades camponesas e



a questão ambiental também é um eixo de grande pertinência para os dias de hoje. Já a abordagem de instrumentos recentes da política social, como é o caso do *Bolsa Família*, permite avançar sobre um tema espinhoso da atualidade no Brasil: como compatibilizar a universalização de direitos (como o de auferir uma renda mínima) e o imperativo de romper com vícios políticos da história brasileira, tais como o assistencialismo e o clientelismo.

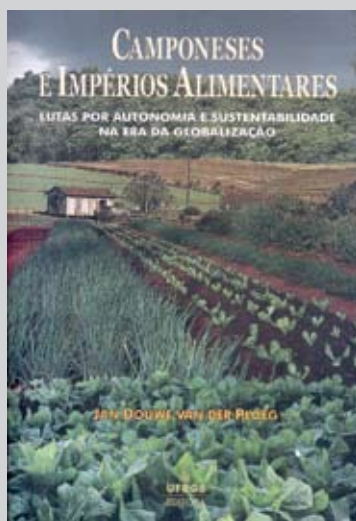
Trata-se de um marco do pensamento sobre a agricultura brasileira de base familiar.

Resenha elaborada por Marcel Bursztyn

Centro de Desenvolvimento Sustentável da
Universidade de Brasília

Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.

PLOEG, Jan Douwe van der. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais)



A obra apresenta uma análise do papel, do sentido e da evolução da situação camponesa num contexto de globalização, em particular no que se refere aos *impérios* dos mercados agrícolas e das multinacionais da agroindústria. O autor defende a existência de uma condição camponesa atrelada à luta pela autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas. Essa condição leva à adoção ou adaptação do modo camponês de produzir, que é fundamentalmente diferente daquele da empresa agrícola ou do agronegócio. Ploeg baseia-se em três estudos de caso conduzidos em regiões contrastantes em termos de desenvolvimento rural e de evolução das estruturas agrárias: Peru, Itália e Holanda. Com isso, o autor mostra como as agriculturas familiares, sejam do Norte ou do Sul, quando confrontadas com a dependência crescente de mercados globalizados, adotam ou reatualizam formas de resistência ou de distanciamento da lógica produtivista e mercantil capitalista. Essas diferentes práticas de resistência caracterizam um processo de reconstrução do campesinato ou de *recampesinização*, inclusive em países europeus industrializados.

Por meio dos três casos, Ploeg consegue construir e ilustrar os fundamentos de um princípio camponês que corresponde a um projeto econômico e social rústico, mas robusto, porque moldado e validado por séculos de práticas e de resistências.

Esse princípio está caracterizado por uma série de respostas dos agricultores associados à condição camponesa. A primeira é a capacidade de coordenação e de cooperação em matéria de resistência aos impérios (lutas coletivas, comunitárias, defesa de patrimônios naturais ou culturais comuns). Entretanto, o princípio camponês não se expressa apenas por estratégias defensivas, mas também pela criatividade. Entre as respostas novas, o autor ressalta as inovações tecnológicas de inspiração camponesa como a Agroecologia, ou de natureza institucional, como as cooperativas territoriais da Frisa, as redes de sementes camponesas ou crioulas, as feiras cidadãs. Assim, o projeto camponês para o terceiro milênio remete invariavelmente a duas formas de relação: de um lado, a cooperação; de outro, a reciprocidade (incluindo o compartilhamento de recursos).

Resenha elaborada por Eric Sabourin

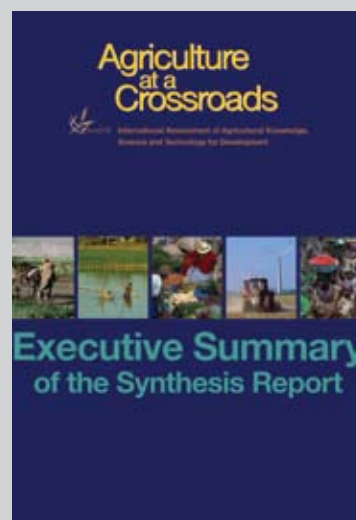
Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad)

Agriculture at a crossroads: international assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (IAASTD)

A pesquisa agrícola precisa se reinventar, considerando que soluções como *mais do mesmo* não serão capazes de apresentar respostas efetivas para o urgente enfrentamento das crises atuais que colocam em xeque nosso futuro. Essa é a conclusão a que chegaram os cerca de 400 cientistas de todas as partes do Globo que se reuniram em torno de um processo de avaliação internacional sobre ciência e tecnologia agrícola para o desenvolvimento, mais conhecido por sua sigla em inglês IAASTD.

Esse esforço internacional teve início em 2002 com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, e foi financiado pelo Banco Mundial e diversas agências do sistema ONU. A iniciativa reconhece os avanços obtidos nos últimos 50 anos pela ciência agrícola, especialmente por superar a aritmética malthusiana que previa a incapacidade da humanidade de se autoabastecer de alimentos com o crescimento geométrico da população mundial. Entretanto, destaca que ao longo desse caminho a agricultura desconectou-se da Natureza, os agricultores dos consumidores e as políticas de suas consequências, como resume Hans Herren, que co-presidiu o IAASTD.

Em busca desses imprescindíveis religamentos, foram elaborados um relatório global e cinco relatórios subglobais, que abordam oito temas: Bioenergia, Biotecnologia, Mudanças Cli-



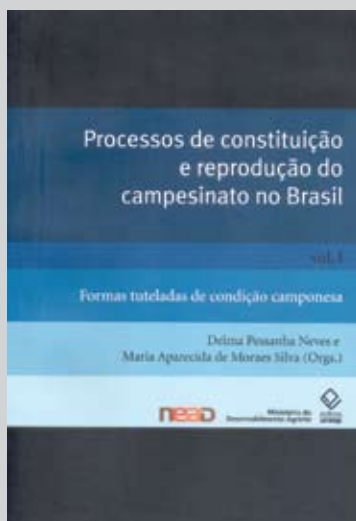
máticas, Saúde Humana, Manejo dos Recursos Naturais, Comercialização e Mercados, Conhecimentos Locais e Tradicionais e Inovação Comunitária, e Mulheres na Agricultura. Essas questões são debatidas à luz de quatro grandes desafios: fome e pobreza; nutrição e saúde; inequidade e modo de vida rural; e meio ambiente. Também foram produzidas sínteses com recomendações para governos e gestores públicos.

Diversas propostas de encaminhamento foram apontadas visando um novo direcionamento das políticas para a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento agrícola. Entre elas, destaca-se o fortalecimento do conhecimento e da C&T agrícola voltados para as ciências agroecológicas, que contribuirão para enfrentar questões ambientais ao mesmo tempo em que manterão produtividades crescentes. Para que isso ocorra, é preciso (entre outras medidas) favorecer um ambiente em que a C&T formal e o saber tradicional sejam vistos como parte de um sistema integrado de conhecimentos. As recomendações da IAASTD também ressaltam a importância de se fortalecer a pesquisa, a extensão rural e as oportunidades de investimentos dirigidas para os agricultores familiares.

O relatório final traz uma declaração de 58 países, entre eles o Brasil, na qual se reconhece que a avaliação aporta contribuições importantes que devem ser levadas adiante por todos os governos, de forma a assegurar que o conhecimento agrícola, a ciência e a tecnologia realizem seu potencial na promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade. Sendo assim, mãos à obra!

Todos os documentos estão disponíveis no endereço <http://www.agassessment.org/>

**Resenha elaborada por Gabriel Biaconi Fernandes,
AS-PTA**



**Coleção História Social do Campesinato Brasileiro
Brasília: Nead/UNESP, 2008.**

A recorrente visão linear e evolutiva dos processos históricos faz com que as formas de vida social tendam a ser pensadas se sucedendo no tempo. Em cada etapa consecutiva, são exaltados apenas seus principais protagonistas... Os demais atores sociais que, por alguma razão, transpuseram esse limite temporal costumam ser considerados como aqueles que se atrasaram para sair de cena. O campesinato foi frequentemente visto assim, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como mode-

lo as formas camponesas europeias medievais, não reconhece a presença do campesinato ao longo da história. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor-escravo e, posteriormente, capital-trabalho.

A coleção História Social do Campesinato Brasileiro vem a público para ajudar a desconstruir essa interpretação equivocada sobre os processos formadores de nossa nacionalidade. Em seu formato final, previsto para 10 volumes, diversos autores das ciências sociais vinculados a universidades de todo o país demonstram que as formas camponesas no Brasil coexistem com outros modos de produzir, mantendo relações de interdependência, fundamentais à sua reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Seja como for, os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma estratégia de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação pela percepção do valor intrínseco aos modos de vida de base familiar, vicinal e comunitária. Essa visão de mundo, assim estilizada para consagrar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

O que se pode apreender em essência da leitura dos textos publicados nessa coleção é que o campesinato esteve e permanece presente na realidade brasileira em todas as regiões. A sua variedade de formas contextuais indica a notável capacidade de adaptabilidade e de resistência frente a forças políticas, ideológicas e econômicas que se esforçam para negar-lhe espaço na sociedade. Portanto, mesmo que corresponda a um movimento de revalorização de uma tradição, a reprodução do campesinato na sociedade contemporânea é um fato inquestionável. Por meio dessa reprodução, a diversidade cultural é preservada e reafirmada, fazendo frente à homogeneização política e cultural em tempos de globalização neoliberal.

Ao dar visibilidade a esses atores fundamentais da história brasileira e a suas formas de existência, essa coleção presta uma inestimável contribuição para que o lugar e o papel do campesinato sejam redefinidos na futura sociedade que esperamos mais justa e sustentável.

**Resenha elaborada por Paulo Petersen (adaptada do texto de apresentação da coleção)
AS-PTA**



Sumário de imagens

- Pág. 04** – Muda de beterraba em canteiro após pouso com adubação verde e aplicação de composto – PE (Foto:Arquivo PDHC)
- Pág. 13** – Coleta de Açaí – PA (Foto: Fase/PA)
- Pág. 17** – Sementes da biodiversidade (Foto: Xirumba)
- Pág. 32** – Família de Luiz e Eleite, mestres da convivência com o semiárido – PB (Foto: Xirumba)
- Pág. 39** – Agricultores da Região Ribeirinha do Rio Acre – AC (Foto: Maurício Pinheiro)
- Pág. 42** – Comunidade Colibri – AC (Foto: Maurício Pinheiro)
- Pág. 46** – Quintal da família Konopka – SC (Foto: Marco Sokol)
- Pág. 53** – Chico Caxias, mestre da convivência com o semiárido – PB (Foto: Francisco Nogueira)
- Pág. 63** – Dona Terezinha, agricultora-urbana da cidade do Rio de Janeiro – RJ (Foto:Arquivo AS-PTA)
- Pág. 66** – Mobilização da ASA Brasil – BA (Foto: Luciano Silveira)
- Pág. 77** – Luta pela reforma agrária na década de 1980 – RJ (Foto:Arquivo AS-PTA)
- Pág. 84** – Construindo o entendimento sobre o funcionamento dos solos: pesquisadora Adriana Aquino, Embrapa Agrobiologia, em interação com a família Gross - PR (Foto: Edinei Almeida)
- Pág. 89** – Paisagem de ribeirinhos no Baixo-Tocantins/PA. (Foto:Aloizio Solyno)
- Pág. 104** – Feira Agroecológica – PE (Foto: Xirumba)
- Pág. 115** – Comercialização de plantas medicinais – RS (Foto: Flávia Charão Marques)
- Pág. 117** – Artesanto do Jequitinhonha – MG (Foto: Eduardo Ribeiro)
- Pág. 122** – Feira de produtos do artesanato do Jequitinhonha – MG (Foto: Marina Bustamante)
- Pág. 128** – Mobilização da Via Campesina durante o MOP3 – PR (Foto: Gabriel B. Fernandes)
- Pág. 134** – Mobilização durante o MOP3 – PR (Foto: Gabriel B. Fernandes)
- Pág. 138** – Mulheres organizadas para a construção de cisternas – RN (Foto:Arquivo CF8)
- Pág. 145** – Coletoras e produtoras de óleo de buriti – GO (Foto:Arquivo Articulação Pacari)
- Pág. 152** – Marcha das Margaridas – Brasília (Foto: Marcello Casal Jr./Abr); Congresso da Fetraf/Out. 2009 (Foto: Daniel Faustino); Marcha MST contra os transgênicos – DF (Foto:Arquivo MST)